



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 147

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	2976
ADVOCACIA GERAL	2985
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2986

TAQUIGRAFIA

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 25 de agosto de 2015

**Presidência dos Srs.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
LEBRÃO - 1º Secretário**

**Secretariado pelos Srs.
LEBRÃO - 1º secretário
LUIZINHO GOEBEL - Deputado**

(Às 15 horas e 05 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jesuíno Boabaid (PT de B), Lázinho da Fetagro(PT), Lebrão (PTN), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Alex Redano(SD), Dr. Neidson (PT do B), Jean Oliveira (PSDB), Laerte Gomes (PEN), Leo Moraes (PTB), Maurão de Carvalho (PP) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 39ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Antes, por Questão de Ordem, Sr. Presidente, quero registrar e agradecer a presença do Vereador Taturana, do Vereador Maurinho Silva, do Vereador Serginho, lá do meu município de Costa Marques. Sejam todos bem-vindos. Nos sentimos muito honrados com a presença de cada um de vocês e de todas as pessoas que ocupam a galeria desta Casa.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 167/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo tributário nas operações internas com Querosene de Aviação – QAV e Gasolina de Aviação – GAV que especifica”.

02 – Mensagem nº 168/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Emenda Constitucional Estadual que “Altera a redação do § 3º, do artigo 242, da Constituição do Estado de Rondônia”.

03 – Ofício nº 1245/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 423/15, de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

04 – Ofício nº 1291/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 074/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

05 – Ofício nº 1292/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 412/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

06 – Ofício nº 1294/2015 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 441/15, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

07 – Ofício nº 1293/2015 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 478/15, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

08 – Ofício nº 1354/2015 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 420/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

09 – Ofício nº 1355/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 310/15, de autoria dos Deputados Marcelino Tenório, Lazinho da Fetagro e Lúcia Tereza.

10 – Ofício nº 1356/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 249/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

11 – Ofício nº 1357/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 456/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

12 – Ofício nº 1358/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 415/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

13 – Ofício nº 1359/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 416/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

14 – Ofício nº 1360/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 184/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

15 – Ofício nº 1361/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 479/15, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

16 – Ofício nº 1362/2015 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 209/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

17 – Ofício nº 1399/2015 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 191 e 495/15, de autoria do Senhor Deputado Ailton Gurgacz.

18 – Ofício nº 1400/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 104/15, de autoria da Senhora Deputada Lúcia Tereza.

19 – Ofício nº 1401/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 137/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

20 – Ofício nº 1402/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 474/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

21 – Ofício nº 1403/2015 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 529 e 530/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

22 – Ofício nº 1433/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 501/15, de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

23 – Ofício nº 1434/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 335/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

24 – Ofício nº 1437/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 528/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

25 – Ofício nº 1438/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 534/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

26 – Ofício nº 1439/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 359/15, de autoria do Senhor Deputado Ezequiel Júnior.

27 – Ofício nº 1440/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 527/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

28 – Ofício nº 1441/2015 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 512, 513, 514, 522, 523, 525 e 526/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

29 – Ofício nº 1442/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 524/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

30 – Ofício nº 1443/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 503/15, de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

31 – Ofício nº 1444/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 121/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

32 – Ofício nº 1445/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 552/15, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

33 – Ofício nº 1447/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 504/15, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

34 – Ofício nº 2315/2015 – SEAGRI, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 510/15, de autoria do Senhor Deputado Lebrão.

35 – Ofício nº 2316/2015 – SEAGRI, encaminhando resposta às Indicações Parlamentar nºs 515, 516, 517, 518, 519, 520 e 521/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

36 – Ofício nº 1417/2015 – DETRAN, encaminhando Portaria nº 4172/GAB/DETRAN/RO, em resposta ao Ofício nº P/ALE-090/2015, de autoria coletiva.

37 – Ofício nº 543/2015 – Tribunal de Justiça do Estado, comunicando que julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Complementar nº 625, de 16 de agosto de 2011, objeto da ADIN nº 0000100-44.2015.8.22.0000.

38 – Ofício nº 546/2015 – Tribunal de Justiça do Estado, comunicando que julgou procedente a arguição para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 2º, X, 9º, II e os artigos 29 a 47 da Lei Estadual nº 3.018, objeto da arguição de inconstitucionalidade nº0013053-74.2014.8.22.0000.

39 – Ofício nº 1559/2015 – DETRAN, agradecendo pelo convite para participar da Audiência Pública com o objetivo de “Discutir e analisar as dificuldades dos alunos surdos no acesso Educacional Bilíngue”.

40 – Ofício nº 1623/2015 – Segundo Juizado da Infância e Juventude Porto Velho, encaminhando Sentença prolatada para conhecimento e providências.

41 – Requerimento do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, justificando ausência nas sessões dos dias 11 e 12 de agosto de 2015.

42 – Requerimento do Senhor Deputado Só na Bença, justificando ausência na sessão do dia 12 de agosto de 2015.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vou suspender a Sessão por alguns minutos porque o Deputado Léo Moraes convidou o pessoal do TRE Federal, e ele está aqui para nos ouvir. É um convite do Deputado Léo Moraes. Eu vou suspender aqui no prazo de 10 minutos para a gente ouvir eles rapidinho, depois voltamos com a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 15 horas e 19 minutos e reabre-se às 16 horas e 45 minutos)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Passemos às Breves Comunicações.

Com a palavra a Deputada Glaucione, pelo prazo de 05 minutos, sem apertes.

A SRA. GLAUCIONE – Quero aqui cumprimentar nosso Presidente Deputado Maurão, cumprimentar os demais Deputados meus colegas, cumprimentar o Plenário, cumprimentar o meu amigo Josafá do DEOSP, que a informação

que nós estamos tendo, Josafá, que terá reforma da reforma para atender aí o DEOSP, que a reforma acabou com o DEOSP. O que me faz usar esta tribuna, primeiro, gostaria de agradecer ao Governador do Estado em relação ao projeto de lei que chegou nesta Casa que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo tributário nas operações internas com querosene de aviação e gasolina que especifica. Nós estamos batalhando essa situação do incentivo do querosene já há algum tempo, já estivemos na MAP, Deputado Airton Gurgacz, e as empresas aéreas, Deputada Lúcia, não querem voar no interior porque não têm incentivo. Aproximadamente 18 Estados no Brasil têm o incentivo e Rondônia quer se dar ao luxo de não ter o incentivo. Mas nós estivemos no Ministério Público, conversamos, estivemos ali com o Governador, com a equipe da SEFIN, e agora é de consenso, Deputado Dr. Neidson, no nosso Estado ter esse incentivo. Porque hoje, na realidade, a SEFIN não arrecada praticamente sobre o combustível de voos do interior porque nós praticamente não temos. Agora, recentemente, que estamos com a RIMA fazendo voo de Cacoal para Porto Velho, porém apenas 09 lugares. E com esse incentivo aqui nós podemos ter outras empresas interessadas, mais empresas. E o lugar que aumenta a concorrência, com certeza, a passagem baixa também para atender a nossa querida população.

Então, nós aqui estamos felizes, hoje será lida essa Mensagem aqui na Assembleia e na próxima Sessão, com certeza, votaremos e será favorável, porque eu tenho certeza que os nossos pares concordarão com esse incentivo.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, uma Questão de Ordem para poder debater o mesmo tema da Deputada Glaucione.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Concedida, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Deputada, parabéns. Vossa Excelência que lutou muito por isso, tanto que já conquistou um voo regional de Porto Velho a Cacoal e essa mesma luta nós da região do Cone Sul do Estado também estamos buscando. Portanto, quero agradecer aqui ao Presidente da Assembleia por ter colocado em pauta com o aval de todos os pares a questão deste projeto.

A nossa região, principalmente o aeroporto de Vilhena, precisa receber voos também. Portanto, no texto do projeto não consta aqui qual é a obrigação da empresa, de quantos voos regionais deveriam ser feitos, mas, por outro lado, Deputado Laerte, fala que fica essa prerrogativa e essa autonomia ao Poder Executivo Estadual, portanto sou extremamente favorável. É uma matéria importantíssima para a economia do Estado de Rondônia, porque quando a gente dá condição para que o povo possa ir e vir, com certeza as coisas andam mais rápido. E o que nós vamos cobrar num futuro muito breve, se caso nós não virmos essa cobrança do Governo do Estado em fazer com que essas empresas que receberão incentivo façam pelo menos, além da Capital, mais dois voos regionais, que poderia ser Vilhena/Cacoal ou Vilhena/Ji-Paraná/Porto Velho, aí nós vamos apresentar uma emenda.

Então, vou votar junto com os pares a proposta do Governo, mas de antemão já deixo aqui dito que será

extremamente necessário que essas empresas que recebam esse incentivo para que elas façam no mínimo dois voos regionais dentro do Estado de Rondônia, tirando a Capital, Porto Velho. Então, esta é minha parte e parabeno Vossa Excelência.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputado Luizinho.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES - Deputada Glaucione, eu sei que não pode ter aparte nas Breves Comunicações, no Pequeno Expediente, mas...

A SRA. GLAUCIONE – Fique à vontade, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Mas eu gostaria aqui, Presidente Maurão, de salientar esse projeto e até pedir aqui aos nossos Deputados, à Deputada Lúcia, a questão da Comissão de Constituição e Justiça de nós votarmos aqui hoje. Nós temos votado tantas coisas às vezes, que interessam ao Governo e aos Poderes aqui, às vezes não passando pela Comissão, e eu sempre cobro isso, Deputada Lúcia, queria pedir desculpas a V.Ex^a, mas esse projeto é tão importante para o povo de Rondônia, mas tão importante para nós da região central, Deputado Airton, principalmente não temos voo nenhum lá e para Vilhena, para Cacoal e para o Estado eu acho que é um projeto que interessa a todo Estado de Rondônia.

Eu queria aqui, a Deputada Glaucione que vem desde o mandato passado lutando com essa isenção, nós participamos, eu e o Presidente Maurão, de uma reunião, Deputado Luizinho, com o Governador, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público Federal, com todos os Poderes, Deputado Lazinho, discutindo justamente isso, porque essa é uma matéria que interessa a todos, porque todos usam esses voos. E, infelizmente, nós, principalmente do interior, estamos sofrendo muito com isso.

Então, eu gostaria muito de parabenizar e agradecer ao Secretário de Estado de Fazenda, o doutor Wagner, que esteve conosco lá na reunião com o seu Adjunto, que se comprometeram em elaborar um projeto nos moldes que está aqui e encaminhar para esta Casa. Então, eu queria pedir aí aos nossos colegas Deputados, pedir aí que vamos votar essa matéria hoje, eu acho que, eu sei que tem que tramitar os Projetos da Comissão, a gente vota tantos, a gente vota alguns aqui que não tramitam. Eu mesmo, na semana retrasada, Deputados, pedi vista de um aqui, de remanejamento, e quase apanhei. Então, eu acho que esse projeto aqui, eu defendo porque é um projeto importante, importantíssimo para Rondônia e urgente. É uma matéria realmente urgente para nós buscarmos resgatar os voos regionais dentro do Estado de Rondônia.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputado Laerte.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. GLAUCIONE – Pois não, Deputada Lúcia.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu só gostaria, Deputado Laerte, de realmente saber, porque já tem uma Lei, eu gostaria de pelo menos, que a gente faz parte da Comissão de Justiça, quando Vossa Excelência fala que quando os projetos vêm aqui para o Plenário sem passar pelas Comissões, eu fico sem entender, porque eu tenho muito medo de prejudicar quem não faz quatro voos, de só beneficiar as duas maiores empresas que não deixam nada aqui em Rondônia. Tem uma Lei já antiga, queria ver se não há conflito, eu queria discutir, eu queria saber, Vossa Excelência está entendendo? Quando a Deputada Glaucione fala que é bom e Vossa Excelência fala que é bom e o Deputado Luizinho fala que é bom, obviamente que eu vou acreditar que é bom. Mas eu tenho que saber para eu falar o que aconteceu do incentivo do querosene, se é para todos, se os táxis aéreos também vão ter esse incentivo. Porque às vezes são os pequenos táxis aéreos que fazem realmente o traslado, as viagens.

Então, é isso que eu gostaria, está entendendo, Deputado Laerte? Ou Vossa Excelência acha que é pedir muito para eu saber? Ou Vossas Excelências explicam para mim, porque eu tenho medo de beneficiar dois, três e deixar os que realmente estão engatinhando e que precisam, que é o caso de táxi aéreo, que é o que serve a gente aqui, a Deputada Glaucione sabe disso, que presta o serviço de socorro para a gente no interior, os táxis, os pequenos. Que aí ficariam só três ou quatro firmas. Tem que ver se a lei antiga, se a Deputada Glaucione foi pedir para ser isso, eu vou acreditar e vou votar, Vossa Excelência está entendendo? Eu não quero ficar na contramão, eu quero ajudar, mas tenho muito medo de incentivar os grandes que não deixam nada para Rondônia e dos pequenos não serem beneficiados. Era só isso. É porque a Capital é Capital e o Interior é o Interior.

A SRA. GLAUCIONE – Deputada Lúcia...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, Deputada Glaucione?

A SRA. GLAUCIONE – Fique à vontade, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu queria reforçar o pedido de Vossa Excelência. Nós tivemos a oportunidade, logo no início do mandato anterior, de votar uma lei como essa que visa beneficiar as empresas que fazem no mínimo quatro voos regionais. Significa dizer que fariam voo regional Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. Esse foi o teor do Projeto de Lei, até porque são as únicas cidades do interior que têm aeroporto que dá condição para que as empresas aéreas possam fazer seus voos com frequência. Eu queria dizer que essa Lei não visa 'A' ou 'B', empresa jovem ou empresa mais antiga no mercado. Mas visa, sobretudo, atender o interior e as pessoas que necessitam do voo. Então, essa isenção, esse incentivo é para poder fomentar os voos regionais. Não tive acesso, não vi o projeto, mas acredito que deve ser no mesmo teor do

antigo, quatro voos regionais no mínimo para que a empresa possa ter acesso ao incentivo. É essa mesmo, Deputada Glaucione?

A SRA. GLAUCIONE – Olha, eu já vou aqui responder.

O SR. LAERTE GOMES – Se me permite aqui só a Deputada Lúcia, só para ler o Projeto aqui, Deputada Glaucione, Deputada Lúcia. O Projeto, e a Deputada Glaucione vai expor isso aí, até porque nós participamos desta reunião, Deputado Jean, e foi muito debatida lá essa questão, que não poderia ser um Deputado, um projeto idêntico e tinha iniciativa de vício. Um projeto feito, formatado pela Secretaria de Fazenda e atende, Deputada Lúcia, essa preocupação de Vossa Excelência, que tenho o maior respeito, ela atende o incentivo tributário de que trata, dessa lei, consiste na outorga de crédito presumido de 84% do valor sobre o saldo devedor do ICMS decorrente das prestações realizadas, de forma que o percentual resulte na carga tributária efetiva de 4% nas operações internas com querosene e gasolina de aviação. E atende as empresas de serviço, transporte aéreo regional de passageiros, que é a sua preocupação, e de táxi aéreo regional. Então, atende as empresas que fazem serviço de táxi aéreo regional do Estado, que eu tenho certeza que é a sua preocupação.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, a Deputada está no Pequeno Expediente, não cabe aparte. Eu gostaria que a Deputada concluísse. Eu sei da importância do projeto, mas o seu tempo...

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Presidente. É que a matéria realmente é interessante e todos os Deputados acabam participando. É muito importante, até porque é uma situação que nós estamos buscando há tanto tempo. E dizer aqui para a nobre Deputada Lúcia que um dos itens aqui, o benefício de que trata o *caput* desse artigo, que são os 4% de incentivo tributário, alcançará apenas a sociedade empresária ou a empresa individual que exercerá atividade econômica de prestação de serviço de transporte aéreo e de passageiros. Então, atende o individual e atende a empresa.

E dizer também, Deputado Jean, que ficou aberto, e eu entendi que é mais importante ficar aberto do que amarrar três, quatro municípios, porque é o caso do Estado do Amazonas, deu incentivo e hoje o incentivo lá é de 7%, eles pagam 7% do ICMS de voos do interior. E fica aberto, a empresa que quiser participar, fazer Cacoal, outra quer fazer Vilhena ou Ji-Paraná, fica em aberto. Porque aí nós vamos ter mais concorrência, eu acredito que é importante, porque nem todos, às vezes, têm interesse de fazer três, vai lá e faz uma, outro faz duas. Enfim, eu acredito que fica mais aberto, que é assim que está funcionando praticamente nos outros 18 Estados que fomos verificar a situação.

Então, eu acredito que será de grande importância e eu agradeço ao Deputado Laerte, ao Deputado e Presidente Maurão, que querem votar hoje.

Aí, mudando de assunto aqui, deixando os voos de lado aí, Deputado Lázinho, Presidente, só mais uma tolerância aqui, que eu quero entrar no assunto do café, da cafeicultura do nosso Estado. O nosso Estado, como a gente já escuta em

todos os lados que vamos passar, a crise já não pegou tanto o Estado de Rondônia porque nós não somos aí das indústrias, nós somos da produção. E um dos itens importantes do nosso Estado é a questão da cafeicultura, nós somos o 4º do Brasil. O 1º é Minas Gerais, o 2º é o Espírito Santo, o 3º é a Bahia e Rondônia vem em 4º lugar, considerado o melhor Conilon do mundo, zero por cento de acidez. E aí tivemos a questão do café clonal, Deputado Lázinho, que com dois anos este café já está produzindo, melhora a economia do nosso Estado. Eu venho brigando nos discursos, pedindo para o Governador para nos ajudar em termos de incentivar o plantio de café no Estado de Rondônia que com dois anos eu tenho certeza que o ICMS vai melhorar consideravelmente em nosso Estado. Porém nós tivemos um grande problema, viu, Presidente? Presidente, o senhor que é também de uma região produtiva do café, que é Ministro Andreazza, nós tivemos um problema sério em relação à cafeicultura no nosso Estado, nos últimos dias. A EMBRAPA considerou que as nossas mudas de café, os nossos viveiros, estão tendo nematoides. - Mas o que é que é nematoides, Deputada? Eu aprendi hoje também, nessa reunião que fui. São organismos dos solos, pequenos vermes microscópicos que atingem o sistema radicular, as raízes dos cafeeiros, tornando-se as plantas fracas e improdutivas, dificultando a absorção de nutrientes, águas e sais minerais. Resumindo, isso aqui significa que com seis anos, aproximadamente, essas mudas de café clonal que nós estamos tendo, que estão contaminadas por esses nematoides, elas passam a não produzir mais depois de seis anos de idade. Isso é grave, porque você incentiva hoje, aí o nosso agricultor vai e planta, sofre, economiza e daí a seis anos a lavoura dele já foi a zero novamente, ressecando e parando a produção do café.

Então, nós temos hoje, aproximadamente, no Estado de Rondônia, quatrocentas mil mudas de café que não estão com essa doença: nematoides. Nós vamos enfrentar um problema sério, Deputado Só na Bença, daqui para frente, porque nós não temos mais mudas para este ano. Porém, Deputado Lázinho, eu entendo que a EMBRAPA descobriu muito tarde, depois que os nossos viveiristas gastaram dinheiro, que foram para cima, que investiram, depois de tudo isso nós temos aí milhões de mudas de café no Estado de Rondônia que estão condenadas. Eu só entendo que a EMBRAPA, que é a responsável pelo acompanhamento, pelas análises do nosso café, demorou, Deputada Lúcia, muito, são muitos viveiristas que vão levar um prejuízo muito grande e infelizmente nós temos que apoiar o não plantio dessas mudas porque não vai resolver o problema do Estado.

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, nobre Deputada?

O Sr. Lázinho da Fetagro – Um aparte, Deputada?

A SRA. GLAUCIONE – Com a palavra, primeiro o Deputado Lázinho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputada, eu pedi para concluir porque nós estamos no prazo de cinco minutos, o Regimento não permite.

A SRA. GLAUCIONE – Só uma tolerância, Presidente, porque o assunto é muito importante.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Presidente, eu acho que o assunto tem que ser discutido aqui.

O Sr. Lazinho da Fetagro – A Deputada tinha que ter pegado o Grande Expediente porque são dois pontos importantes, como todos os que vêm aqui.

A SRA. GLAUCIONE – São assuntos importantes, são assuntos polêmicos.

O Sr. Lazinho da Fetagro - Mas a questão da muda, qual é o problema que nós estamos encontrando no Estado, Deputado Goebel? É bom que Vossa Excelência possa nos ajudar, que é líder do Governo, nós temos deficiência na fiscalização na produção das mudas. Porque o nematoide está na terra, ele está no solo, e essa planta que é jogada e já vem de uma planta mãe, como ela é clone, com a facilidade de absorver o nematoide, a planta consequentemente vai parar de produzir. Então, qual que é a nossa principal deficiência? Quando Vossa Excelência falou do apoio do Estado, do incentivo à cafeicultura, um dos pontos-chaves é a questão da fiscalização nas mudas, na produção de mudas.

A SRA. GLAUCIONE – É o IDARON, não é?

O Sr. Lazinho da Fetagro – O IDARON. E aí nós não podemos... Eu estive no IDARON conversando com a técnica responsável por essa área de fiscalização. Ela me disse que tem dois técnicos para o Estado só. Então, nós precisamos urgentemente que o IDARON possa, Deputado Lebrão, fazer o concurso logo, instrumentalizar o IDARON, para que possa fazer a fiscalização de fato. Dependendo do solo que veio para o canteiro, e a planta mãe já tem afinidade para adquirir a doença, acabou todo aquele canteiro, toda aquela muda. Isso é no tomate, isso é em qualquer outro tipo de planta. E no café está se tornando muito forte por quê? Porque normalmente os viveiros não são fiscalizados e as plantas mães, porque não adianta você, no caso do café, fiscalizar o viveiro de plantas, de mudas, porque a muda já vem pronta de outra planta, que já tem a facilidade de adquirir a doença, juntamente com o solo. Então, é muito grave, é muito sério e perigoso. Obrigado, Deputada. E parabéns pelo tema abordado.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputado Lazinho. Presidente, só peço liberar para a Deputada Lúcia.

A Sra. Lúcia Tereza – Então, Deputada, nós já falávamos disso, até do capim que está dando aqueles fungos e como Vossa Excelência disse, tarde, tarde que descobriram. O Deputado Lazinho deu o DNA certinho, correto, que tem que ser a correção do solo. E quando ele é clonado, ele já traz o DNA, às vezes, dessa bactéria. Até gente que plantou eucalipto clonado, depois de grande, depois de oito meses, morreu de um dia para o outro. Veja bem a nossa responsabilidade, EMBRAPA é uma coisa, mas o Estado tem que ter, quando a gente fala que precisa de dinheiro para ser investido em pesquisa, realmente, senão não tem progresso, não tem dinâmica. E eu gostaria de dizer que jamais a gente vai se sentir muito culpada de ter incentivado a plantar o café, porque

daqui a quatro anos, como Vossa Excelência diz, seis anos, vão chorar, não vai ter nem como...

A SRA. GLAUCIONE – Com certeza.

A Sra. Lúcia Tereza – Então, eu quero parabenizar, mas eu gostaria de somar para a gente tentar resolver não só o problema do café, até o da pastagem também, que está morrendo pelo fungo. E nós temos algumas respostas com um Engenheiro PHD do próprio IDARON e na EMATER também, para a gente juntar para ver se salva alguma coisa. Parabéns.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputada Lúcia. Presidente, obrigada pela tolerância, mas são essas as nossas palavras de hoje. Meu muito obrigada.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra, pelo prazo de 05 minutos, sem apartes, o Deputado Hermínio Coelho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Antes de o Deputado Hermínio começar a falar, Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só cumprimentar o Vereador Garcia, nosso Vereador amigo lá da cidade de Vilhena. Obrigado pela sua presença. A Lígia Beatriz Martins também que se faz presente e o nosso fotógrafo oficial, grande amigo Ernandes Mendonça que está aqui, submetido a uma cirurgia, mas fez questão de vir nos visitar. Então, obrigado a todos e estamos à disposição.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Senhor Presidente, senhor Vereador, Deputados. Eu queria só, vim à tribuna aqui para elogiar um projeto do Governo, pela primeira vez. Pela primeira vez vou elogiar um projeto que o Governo mandou sobre essa questão das placas e o DETRAN encaminhou para cá. E eu queria parabenizar o DETRAN, que esse projeto parece que chegou hoje aqui na Casa, os Deputados vão analisar, vai passar pelas Comissões, depois os Deputados, vai vir para o Plenário e os Deputados vão aprovar, eu acredito que vão aprovar. E pela informação que eu já tenho, que eu não vi ainda o projeto, a informação é que realmente foi feito como manda, obedecendo todas as leis e quem vai sair ganhando no final dessa história toda eu acredito que é a população, que vai, deve baratear bastante o valor da placa. O que me estranha muito nessa situação é que tinha uns companheiros aí que vinham combatendo a forma que vinha sendo feita antes, criando-se monopólio, criando esquema para beneficiar uma minoria. E tinham pessoas que traziam, trouxeram essas denúncias para nós aqui, para a Assembleia, que encaminhou ao Ministério Público e tem alguns companheiros que mudaram, já estão junto com o que eles denunciaram antes. Isso é que não dá para entender.

Eu espero, pedi para os nossos Deputados, que a proposta da forma que está vindo é da forma que é justa. Todo mundo tem acesso, quem estiver ok, que estiver apto e

tiver toda a condição de prestar serviço, está lá, vai ter... Ninguém está sendo excluído, entra todo mundo... O projeto beneficia a todos, todo mundo vai entrar, quem estiver dentro, tiver as condições normais para prestar o serviço vai prestar e no final a gente acredita que tem que baratear o valor dessa placa. Já estão falando aí que vai quebrar. Quebrar o quê? Não vai quebrar nada. E por isso tem alguns Deputados aqui que eu já vi, talvez pensem diferente, mas o projeto, mesmo eu não tendo ainda analisado bem o projeto, mas a informação que eu tenho é que o projeto não beneficia e nem prejudica ninguém. Foi feito da forma que deve ser feito. E as empresas que vão lá e disputem, que vão prestar o serviço. Eu não acredito, Deputado Cleiton, Deputado Laerte, que essa questão suicida que todo mundo no final vai se quebrar, que vai ter uma quebradeira. Não vai ter, não vai ter. Eu não acredito nisso. Acredito que eles devem se entender e o objetivo maior, que a gente espera, é exatamente que o maior beneficiado seja a população aqui de Rondônia.

Por isso, quero parabenizar o nosso Chefe Geral lá do DETRAN, o Dr. Albuquerque, por depois de muita luta ele ter... E a informação que a gente tem, eu fico feliz quando eu vejo um órgão público fazendo a coisa da forma que deveria ser, que deve ser feita, onde não direciona, não beneficia ninguém. Por isso, Deputado Cleiton, nós não temos, a Assembleia não tem que entrar muito nessa, aqui a gente fazer uma briga sobre esse assunto. A Assembleia sempre se meteu porque vieram pessoas aqui na Assembleia denunciar que tinha alguma coisa que não estava correta. E a Assembleia tomou medidas, alguns Deputados, a Assembleia tomou algum posicionamento em cima de ilegalidade. Nós não podemos tomar partido aqui por 'a' ou por 'b', se foi o DETRAN, e também não podemos nos meter se o Executivo está fazendo a coisa lá da forma que manda a lei, nós, Deputados, não podemos estar nos metendo, não é isso, Deputado Aécio? Por isso eu espero, Deputado Lebrão, que esse projeto prossiga, que a gente aprove e se tiver alguma ilegalidade a gente corrige, mas que não é o caso. Da forma que está sendo encaminhado, eu acredito que vai beneficiar a todos.

E dizer que na fala da Deputada Glaucione vários Deputados falaram, foi a primeira Deputada que falou hoje na Sessão, isso no Pequeno Expediente, que seriam cinco minutos, ficou quase meia hora. O Deputado Laerte falou mais que a Deputada Glaucione. O Deputado Laerte falou uns dez minutos no tempo dela. Desse jeito nós vamos sair daqui de madrugada, Deputado Laerte, porque aí, depois, ainda vem o Deputado Adelino, vêm os outros aí, imagina quando chegar o Grande Expediente. Por isso, eu estava tentando pegar o microfone ali só para dizer para a gente respeitar e deixar na hora que o Projeto for votado, Deputado Laerte, aí sim Vossas Excelências têm o direito, na hora da discussão, da votação, aí todos os Deputados dão a sua opinião...

Obrigado, Presidente. Obrigado, meus companheiros Deputados.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado. Deputado Adelino com a palavra, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados aqui presentes, demais pessoas presentes aqui

nesta Casa hoje, para nós é uma satisfação também cumprimentar a imprensa.

Com certeza, eu tinha anotado aqui para falar também sobre esse Projeto tão fomentado das placas. Lá em Ariquemes, há uns trinta dias, quando o Doutor Albuquerque estava lá, nós conversamos e ele deu uma ideia, que foi dele inclusive essa ideia, nós concordamos quando vimos que não ia prejudicar ninguém, pelo contrário, vai abrir para todas as pessoas que quiserem fabricar placas se habilitar e participar. E hoje eu fui surpreendido com alguns dizendo que não, mas tem que cuidar porque senão vão falir as pessoas que estão fazendo placas porque vai fazer muito barato. É isso, na Audiência Pública aqui, a população pediu isso, pediu que a gente entrasse, que a gente colocasse pessoas para concorrer para que a gente pare de pagar duzentos e trinta, duzentos e quarenta reais num jogo de placa. E nós agora então descobrimos a maneira mais viável e o DETRAN, junto com o Governo do Estado, mandou para cá. Então, nós temos que apoiar esse Projeto e depois ninguém vai fabricar placa com prejuízo, não. Todo mundo vai tentar fabricar dentro do preço que ele conseguir fabricar.

Então, eu acho que nós estamos defendendo esse Projeto, inclusive ficou para mandar, faz uns dois meses que nós estamos conversando com o Doutor Albuquerque para que mandasse e agora chegou esse Projeto. Não sei por que não foi para a Comissão de Redação e Justiça hoje. Era para ser lido hoje e também não está aqui na leitura. Eu peço ao Presidente que tramite esse Projeto o mais rápido possível. Aqui está a portaria que o DETRAN baixou, mas que já oficialize nesta Casa, para que a gente possa, a Assessoria da Casa aqui, eu mandei pegar o Projeto que não tinha, está me informando que é uma portaria já baixada pelo DETRAN. Então, acho eu nós temos que apoiar essa ação que é muito importante. E eu fico mais satisfeito ainda quando alguns empresários vêm falar: *"Não, nós vamos ter prejuízo, nós vamos falir"*. Eu falo: *"Não, não é esse objetivo, o nosso objetivo é fomentar, quem define valor é o comércio, é o livre comércio."* Então, a obrigação desta Casa é fomentar. Eu quero parabenizar o Doutor Albuquerque por esse empenho e também parabenizar o Governo do Estado por estar regulamentando, para poder acabar com essa polêmica que deu tanta desavenças, até no mandato passado, Deputado Lebrão, foi discutido e entrou neste mandato, desde o mandato passado que nós estamos discutindo essa solução para que não fique monopólio. Nós somos contra o monopólio de qualquer serviço, não só aqui em Rondônia, mas em qualquer lugar, porque nós vemos que isso só prejudica a sociedade.

Quero também dizer que hoje o Diretor Geral do DER foi lá para Burity. Esperamos que aquele asfalto das duas avenidas saia o mais rápido possível, o tapa-buraco já começou, também está fazendo Alto Paraíso e tem Cacaulândia, tem Cujubim, tem esses municípios da região aí que precisa fazer o tapa-buraco, porque agora a massa asfáltica chegou e esperamos que seja o mais rápido possível.

Estamos fazendo uma Indicação também para recuperar a Ponte do Rio Pardo, da RO-140, de Cacaulândia a Colina Verde, que está em péssimas condições. E quero também parabenizar o Capitão Lima e o DER por ter arrumado a ponte do B-40, no rio Canaã, onde ontem concluiu, embora não tenha

prancha, emprestou prancha de outras residências e o Capitão Lima conseguiu recuperar uma ponte que foi tentado colocar fogo, mas queimou só um pouco, graças à população que passou por lá, que as pessoas apagaram, e o trecho que foi queimado no rio Canaã, que liga Cacaulândia a Monte Negro, então, graças a Deus, agora já foi recuperado. Mas também a Residência de Jarú, que é responsável por aquele trecho de Cacaulândia a Colina Verde, precisava arrumar. Nós fizemos Indicação agora urgente, as pranchas, a recuperação da ponte do rio Pardo. Nós estivemos hoje também mais uma vez no DER. Foi para licitação, já é a terceira vez, a duplicação da ponte do rio Jamari, e o próprio Diretor Geral do DER agora falou que se der deserta mais uma vez, ele vai fazer contratação direta, já que licitou pela terceira vez.

Então, esperamos que consiga contratar aquele projeto ainda, para depois licitar a ponte. Então, são várias cobranças que nós recebemos e a gente então cobra das autoridades competentes, que é o DER, que é do Governo e do Estado essas ações, que nós somos Legislativo, não somos Executivo, mas temos obrigação de cobrar, como também tempos obrigação de apoiar.

Como eu fui relator na semana passada daquele recurso de vinte e três milhões para o DER, esperamos que o DER então agilize esses contratos também do asfalto que está previsto lá para Ariquemes desde o ano passado, agora também foi para licitação, para que seja concluído. E eu queria também aproveitar este momento para agradecer aqui ao doutor, ao Senhor Airton, que hoje é Deputado Estadual, ex-diretor do DER. Eu fui ontem fazer uma visita à nova construção do DETRAN de Ariquemes. Atrasou um pouco, deu problema no projeto, mas agora está deslanchando e nós já estamos pedindo para licitar a outra etapa, que foi licitada uma etapa e tem mais uma etapa. Eu estive com o Dr. Albuquerque hoje, ele pediu que vai ter que fazer uma mudanças nesse projeto, que de fato a engenharia do DETRAN não caprichou no visual, com o dinheiro que está sendo aplicado lá, Dr. Airton, podia ter caprichado mais. Eu faço uma cobrança aqui aos engenheiros do DER, do DETRAN, que tem que caprichar mais no visual das obras, que isso dá um aspecto melhor. A altura do prédio também ficou muito baixa, mas infelizmente já aconteceu. Mas nós fizemos um apelo que licite o restante da obra para poder concluir. Mas eu quero aqui agradecer o Dr. Airton, que na época era Diretor do DER, que ajudou viabilizar, nós viabilizamos o terreno através do ex-Prefeito Márcio, primeiro teve um terreno menor, não deu certo, conseguimos um terreno maior e hoje vai sair uma grande Residência do DER naquele prédio. Um abraço e obrigado a todos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes, o Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Hermínio, seus cumprimentos saíram bem. Dizer, Senhor Presidente, só nessa parte das Breves Comunicações, no Pequeno Expediente, só salientar que na última sexta-feira estivemos no município de Pimenta Bueno, Deputado Lebrão, a convite do Deputado Cleiton Roque, num grande evento, acompanhando o Deputado Cleiton, onde estava

presente o Governador, vários Deputados Estaduais, Deputados Federais, onde o nosso colega Deputado Cleiton Roque levou um pacote de obras, juntamente com o Deputado *Só na Bença*, o Deputado Cleiton levou um pacote de obras àquele município, beneficiando aquela população. Gostaria de parabenizá-lo, Deputado Cleiton, pelas ações que Vossa Excelência tem feito no município de Pimenta Bueno, principalmente naquele evento. Um evento grandioso onde a gente via nos olhos da população a alegria, a satisfação de estar recebendo tantos benefícios no município de Pimenta, através das suas ações parlamentares. Também estivemos acompanhando o Presidente da Assembleia no município de Presidente Médici, no último sábado, na Feira de Exposição, a Expomédici, Deputado Dr. Neidson, onde eu quero deixar aqui os parabéns ao Presidente da Exposição, o Zé Carlos, ao *Morumbi Materiais para Construção*, onde organizou um evento que há anos já não se realizava e este ano resgatou esse evento, uma parceria com a Prefeitura de Presidente Médici e a população daquele município.

Estive acompanhado do Presidente Maurão e ali assumimos um compromisso na arena, eu e o Presidente Maurão, de o ano que vem alocarmos recursos para aquela feira agropecuária, Deputado Lazinho, para que se possa fazer uma festa de 04 dias com os portões abertos para beneficiar ali toda população de Presidente Médici que este ano teve que pagar ingresso. Mas quero, de qualquer forma, aqui deixar os parabéns a toda diretoria da Expomédici, a todos que fazem parte, pelo esforço e a luta de resgatar um evento que era tão importante na cidade e por alguns anos ficou sem ser realizado. No último domingo, também, estivemos em Alvorada d'Oeste, na abertura da 23ª EXPOAL, uma exposição, Deputado Dr. Neidson, uma cavalgada, um grande evento, milhares de pessoas participando da cavalgada do município de Alvorada, da exposição este ano, e nesses últimos anos tem se tornando uma das maiores do Estado. O evento ocorreu no domingo, o Deputado Airton esteve lá, um grande evento, a população participou em peso, cavaleiros, a população dos municípios circunvizinhos esteve presente. Depois da cavalgada, o evento aconteceu no Parque de Exposições e a gente pôde contemplar uma grande festa onde praticamente não teve nenhum contratempo, nenhuma confusão.

Também dizer que na próxima quinta-feira se inicia a Exposição no município de Alvorada d'Oeste. Uma grande festa, quero aqui deixar os parabéns a toda diretoria, em nome do Presidente Rodrigo Cardoso. Na quinta-feira nós teremos um show Gospel com a dupla André e Felipe; na sexta-feira a Banda Versalle; no sábado um grande evento com Cléber e Cauã e no domingo a final do rodeio, os 04 dias de evento, Deputado Lazinho, com a entrada de graça para a população, ninguém vai pagar ingresso, nem nos shows, nem no rodeio, nem na exposição, onde já é um evento forte em Alvorada d'Oeste, um evento que já se tornou um evento cultural, o maior evento da cidade, com certeza nós teremos todos os dias a arena lotada, tanto pela população do município de Alvorada como também pela população dos municípios circunvizinhos, em torno do nosso município de Alvorada d'Oeste.

Dizer que também, da mesma forma, eu queria aqui, para encerrar, deixar hoje os nossos parabéns aqui ao Deputado

Jesuíno. Não está aqui no Plenário, mas ao *Dia do Soldado*, hoje são 25 de agosto, *Dia do Soldado*, deixar os parabéns ao Dia do Soldado, esses homens e mulheres valorosos que contribuem com a segurança da nossa população do Estado de Rondônia, e muitas vezes muito pouco valorizados. Mas queria aqui estender os meus parabéns a todos os soldados e soldadas do Estado de Rondônia. E, concluindo, dizer desse projeto importante que vai ser votado hoje, que a Deputada Glaucione já falou aqui, Deputado Cleiton, e nós já debatemos. Para mim, um dos projetos mais importantes que está sendo votado aqui nesta Casa este ano. E a gente espera que através desse Projeto, dessa isenção, nós possamos, que seja uma das etapas que nós possamos buscar empresas para fazer os transportes regionais aqui no Estado de Rondônia. Nós sabemos da deficiência que ainda têm os aeroportos, nós temos um problema sério em Ji-Paraná que nós estamos trabalhando para avançar, para tirar as pendências, temos também em Cacoal algumas pendências, Vilhena está mais avançada, mas nós precisamos que agora que o DER, como aeroporto de Ji-Paraná, o DER assumiu o aeroporto, que possa de fato as coisas andarem, as coisas acontecerem. Ji-Paraná, a gente precisa falar, é até vergonhoso falar, que o raio-x não está funcionando, Deputado Lebrão. Então, para vocês verem como é que está a situação dos aeroportos do nosso Estado. Então, agora o DER montou a diretoria de aeroportos com o Manuel, Deputado Luizinho, que era de Vilhena, que cuidava do aeroporto de Vilhena, hoje ele é um responsáveis pelo setor de aeroportos do Estado, por sinal muito competente, Silvanildo, Diretor Administrativo; Manuel, Operacional, a gente já vê que as coisas começaram a andar. O raio-x, o Governo já deve estar, daqui a 20, 30 dias, entregando, os cursos de saúde dos servidores, os atestados de saúde o Governo já está providenciando, que a ANAC é feita em São Paulo, enfim, várias pendências, são pequenas pendências que estavam entravando, a gente já começa a ver que com essa nova ação dos responsáveis pelo setor de aeroportos de Rondônia já começa a andar. E nós vamos estar lá frequentemente, hoje estive lá no DER visitando, nós vamos estar lá constantemente, Deputado Dr. Neidson, acompanhando para nós destravarmos e aí sim podermos correr atrás de empresas para fazer o transporte aéreo regional aqui no Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Às 17 horas e 29 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência ao senhor Lebrão)

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabenizar aqui o Deputado Laerte pelas suas colocações. Cumprimentar e agradecer a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Raimundo Borges, da Câmara Municipal de Itapuã. Seja bem-vindo a esta Casa. Nos sentimos muito honrados com a presença de Vossa Excelência e de todos aqueles que ocupam assento aqui nas galerias.

Ainda nas Breves Comunicações, por cinco minutos, sem direito a aparte, sem direito a Questão de Ordem, o Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Boa tarde a todos. Venho aqui levantar uma reclamação que me foi feita informalmente, do município

de Nova Mamoré, onde nós temos a FHEMERON, que é uma filial do Banco de Sangue daqui de Porto Velho, é um órgão que é instalado lá, o qual é um Banco de Sangue que fornece sangue para aquelas pessoas que realmente necessitam e principalmente nas horas de emergências. Vamos supor assim, que tenha uma emergência, uma fratura de perna e a pessoa perca muito sangue e precise do sangue para ser transfundido naquela mesma hora sem ter como esperar. E recebi uma notícia agora que foi suspenso o Banco de Sangue, foi retirado daquele município o Banco de Sangue de Nova Mamoré. Ou seja, as pessoas que estão numa situação de emergência têm que esperar retirar o sangue na hora, levar para Guajará-Mirim para que possam ser feitos os testes e esperar o transporte desse sangue de Guajará-Mirim para Nova Mamoré. Então, eu, já recebendo essa denúncia, vou tentar tomar providências, mas é inconcebível aceitar essa situação porque essas pessoas, com a vida não se brinca. Nós temos situações que às vezes com um ou dois minutos nós podemos perder a vida, e principalmente quando se trata de sangue. Então, nós vamos tentar atuar juntamente com o FHEMERON, o Banco de Sangue, a Secretaria de Saúde, para ver se resolvemos esse problema. Quero aqui registrar a presença do ilustríssimo Vereador lá de Guajará-Mirim, o irmão Denis e o ex-Vereador também Vanderlei Brito, que está ali presente também. E ressaltar sobre uma denúncia que foi feita nesta Casa aqui na semana anterior por minha pessoa, com relação aos médicos residentes, que já estavam em greve. Nós, eu juntamente com o Deputado Adelino Follador, fomos com os médicos residentes até a Casa Civil, na semana anterior, e logo, juntamente com o Procurador do Governo, fomos com o Secretário de Saúde e o Adjunto também, Williames Pimentel e o Maiorquim, e lá foi resolvido esse problema. Os médicos residentes no mesmo dia já pararam, já suspenderam a greve e já estão atuando novamente. Estamos apresentando aqui o Requerimento também para o Governo que possa mudar a Lei que eles nos apresentaram nesta Casa para que possam também ser beneficiados esses médicos.

Então, aqui eu quero agradecer também ao Secretário, o Emerson Castro, que esteve a favor, e dizer que estamos aqui para atuar juntamente com eles também e tentar melhorar a saúde do nosso Estado. Temos aqui a Associação de Portadores de Hepatite do Estado de Rondônia, e eu quero até parabenizá-los que estão realizando testes rápidos para o diagnóstico de hepatite B e C e estão até aqui no Posto de Saúde da Assembleia Legislativa. É uma doença que é transmitida por um vírus, que temos algumas que são de transmissão por alimentos contaminados, águas contaminadas e temos as hepatites B e C que são transmitidas por contatos com secreções, sangue contaminados. Então, é de suma importância, e quero aqui parabenizar a Associação dos Portadores de Hepatites do Estado de Rondônia que estão realizando esta campanha para tentar diminuir essas doenças aqui no Estado e diagnosticar e fazer o tratamento que é de responsabilidade do SUS, que oferece o tratamento gratuito.

Então, era o que eu tinha que falar e expor neste momento. Obrigado, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabenizar Vossa Excelência pelo trabalho que faz à frente do Parlamento, principalmente

defendendo todos os setores, em especial a sua área, que é a área de Saúde, isso é muito importante.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Pois não.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Quero aqui registrar a presença de um amigo de Machadinho d'Oeste que por um período foi Vereador lá no município e representou com dignidade o povo naquela Casa de Leis lá do município, meu amigo Flávio Tavares Leite, que é enfermeiro, grande militante da área de Saúde, ex-Vereador presente aqui. Muito obrigado, Flávio, e também sua parceira e nossa amiga de Machadinho também, a Creusa Farias, que hoje está acompanhando os trabalhos aqui deste Parlamento. Obrigado pela presença.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda nas Breves Comunicações, por cinco minutos, mais uma vez eu quero salientar, sem direito a aparte, sem direito a questão de ordem, isso não cabe no Regimento Interno, nosso grande guru, grande Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Quero desejar uma boa tarde a todos, saudar o Presidente em exercício, meu guru, Deputado Lebrão. Quero cumprimentar a todos os Deputados Estaduais, em nome do Deputado pedetista, 'brizolista', Deputado Airton Gurgacz. É um prazer muito grande dividir e compartilhar esta tribuna e assim como o Plenário com Vossa Excelência. Saudar a todos que aqui estão, é um grande prazer recebê-los. Vou-me atentar, justamente por cobrar de todos os colegas os tempos e os prazos previstos no Regimento Interno.

Vossa Excelência está coberto de razão, tenho várias pautas e assuntos para debater e tratar aqui nesta tribuna, por conta disso também usarei o tempo no Grande Expediente, Deputado Lebrão. Gostaria de fazer aqui uma menção e uma cobrança à CAERD – Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia, haja vista que nós sofremos uma interrupção dos serviços e da água encanada no município de Porto Velho, atividade que me parece que estava atrelada a um reparo numa adutora junto com a sua tubulação, porém, logicamente, não pode ser diferente, essa informação deve ser repassada à população, ao cidadão. Não adianta você acordar, da noite para o dia, coisa que invariavelmente acontece, que não passam a informação e nós estamos sem água. E logicamente que as reclamações vieram dos quatro cantos da cidade e eu gostaria de pedir uma maior atenção de gestão e de comprometimento à Presidente da CAERD, haja vista que ela representa todo corpo técnico de funcionários dessa entidade.

Gostaria de falar também da visita que nós fizemos pela UNALE, eu como vice-presidente do Parlamento Amazônico, nós fomos a Boa Vista, no Estado de Roraima. Roraima esse que, segundo a Presidente Dilma, é a capital mais distante do país, não é isso, Deputado Jean? Ela cometeu uma gafe histórica, mas valeu muito a visita, era a única capital do país que eu não conhecia e lá eu realmente tive a certeza absoluta que Porto Velho tem jeito e Porto Velho realmente está desamparada e totalmente descuidada, Deputado Lebrão. Nós nos deparamos com uma cidade limpa, bem cuidada, preservada, com asfalto,

com ruas e avenidas que nós temos cinco vias, com centro cívico muito bem construído; com hospitais e postos de saúde funcionando e com uma beira rio que é a coisa mais linda do mundo. Na verdade, é uma beira rio que fica elevada sobre o rio, a coisa mais bonita. A Prefeita tem 85% de aprovação da população, talvez a maior aprovação de todo país. E Porto Velho que tem quase o mesmo número de habitantes, quase a mesma população, nós temos cerca de 500 mil e Boa Vista, pelo que os Deputados e os Vereadores relataram, 450 mil. Nós temos alguma coisa a mais, mais recursos, mais dinheiro, o município de lá trabalha com 800 milhões, se não me engano. Aqui nós temos 1 bilhão e 400 milhões de reais, Deputado Jean Oliveira, para trabalhar pela cidade e realmente a situação é desoladora. Nós não vemos postos de saúde sequer inaugurados; as creches, que nós tínhamos 40 creches para inaugurar em Porto Velho, até hoje inauguraram uma lá no Parque Amazônia, que eu fui, e alguns reparos em outras escolas; a questão das estradas vicinais, lamentável, lastimável. E gostaria de fazer também um alerta para que as autoridades do município consigam minimamente entregar os relatórios e os projetos técnicos do FITHA que trata justamente disso, do recurso para aplicar. E aí eu dou um recado para o Secretário Municipal de Agricultura, Deputado Jean, para que ele consiga aplicar em prol dos nossos sete mil quilômetros de estradas vicinais. Até hoje o Governo do Estado está cobrando esses documentos para liberar o recurso do FITHA e a Prefeitura parece que está nadando no dinheiro e a população está vivendo muito bem obrigado, muito bem obrigado. Não parece que nós temos poeira nos olhos durante a seca e que a gente tem água no joelho. Não parece que a gente não tem asfalto em lugar algum e o recapeamento quem faz é o Governo do Estado. Por isso que quando eu encontro o Governador, Deputado Lebrão, eu faço, às vezes, e peço autorização para chamá-lo de Prefeito, porque se não for o pouco que o Governo do Estado está fazendo essa cidade vai se acabar. Ela vai se acabar, Deputado Adelino Follador, que é sempre um entusiasta, provoca esse debate acerca do município de Porto Velho. Por gentileza, Secretário Municipal de Agricultura, Prefeito, se é que está aqui, não sei nem se vive aqui, se está na Turquia, não sei aonde, por gentileza, libere o FITHA para as estradas vicinais.

Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabenizar o Deputado Léo pelo seu pronunciamento. E dizer, Deputado Léo Moraes, que eu senti vontade de entrar em uma Questão de Ordem aqui. Mas, Deputado Léo, eu entendo que o Prefeito Mauro Nazif deveria, através de um convite da Assembleia, visitar a cidade de Boa Vista para ele poder aprender a administrar o município de Porto Velho.

Ainda nas Breves Comunicações, por cinco minutos, o Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, nobres Deputados. É com grata satisfação que eu venho a esta tribuna fazer uso da palavra, para dizer um tema polêmico sobre a ponte de Itapuã, que é um tema que muito pouco foi discutido em nível de Estado, em nível federal também.

Mas, antes de adentrar nesse assunto, Presidente, eu só queria dizer, até porque não tenho aqui, jamais vou rebater

meu colega Deputado Léo Moraes, por quem tenho uma estima muito grande. Eu vejo o Deputado Léo Moraes como um jovem talentoso na política e eu defendo, como jovem, Deputado Léo, o manifesto de Vossa Excelência em prol da nossa capital.

Eu queria dizer que não tenho procuração para defender, não sou partidário, não correspondo ao mesmo partido do Prefeito de Porto Velho, mas eu queria dizer que cidades como Rio Branco e Roraima, Macapá e também Boa Vista, que também têm uma realidade semelhante à de Porto Velho, fazem parte da região Norte e são capitais de Estados com a mesma quantidade de habitantes, as cidades, mas não os Estados, que o Governo do Estado colabora muito, Deputado Léo, com as capitais. Rio Branco tem, se a gente for pegar o percentual de habitantes do Estado, quase 50% estão em Rio Branco. Se a gente for fazer o mesmo em Roraima, de repente, Boa Vista, tem mais de 50%; Macapá a mesma questão. Então, é óbvio que o Governo do Estado se debruça ao lado do Prefeito e colabora muito.

Finalmente, Deputado Léo, finalmente porque eu fui Vereador como Vossa Excelência foi, eu fui de uma gestão onde o Governador do Estado não fazia nada pelo município de Porto Velho. Hoje o Governo do Estado está ajudando. Mas eu queria dizer aqui que muita coisa que o Governador do Estado está fazendo é uma parceria com o Prefeito, que não posso dizer que é, eu acho que é visível que Porto Velho precisa da ajuda do Governo do Estado, mas nós não podemos dar o mérito somente ao Governador, porque existe uma parceria do Governo com outros municípios. Por que não com Porto Velho? Tem o *Mão Amiga* que ajudou os municípios, praticamente fez todas as vicinais dos municípios, por que não com Porto Velho? E quero dizer a Vossa Excelência, Deputado Léo, que a Prefeitura tem, sim, que apresentar o FITHA. E rogamos também para que o Estado pague o FITHA, porque não só Estado tem que receber o projeto como também tem que pagar. Porque não adianta jogar a culpa na Prefeitura e o Estado não fazer o dever, como eu tenho observado em muitos municípios que têm seus projetos, que dependem muito mais do FITHA do que Porto Velho, Municípios, Deputado Lebrão, que têm aí o FITHA aprovado há dias e o Estado ainda não pagou.

Mas eu quero dizer que o talento que Vossa Excelência tem, Deputado Léo, pode servir para colaborar com o Prefeito Mauro Nazif. E eu acho que todos nós aqui, independente de cor partidária, quem é de Porto Velho, tem um Prefeito, o Prefeito é o Mauro Nazif, até que se prove o contrário em uma próxima eleição. Do caso contrário, eu como Deputado tenho o dever de colaborar com o Prefeito da capital, quem escolheu ele foi o povo. Eu não votei no Mauro Nazif e meu título é de Porto Velho, Deputado Adelino, não votei, mas hoje estou colaborando com a Prefeitura porque quero que Porto Velho melhore.

Então, ficam aqui as críticas, mas também fica a colaboração. E quero dizer que boa parte do asfalto que está saindo, nem todos são do Executivo estadual, não. A maioria é do Executivo Municipal, sim. É sim, e eu provo. Mas é óbvio que a parceria é muito superior ao trabalho de um só. E eu queria dizer aqui sobre o tema que eu vim tratar, que é o mais importante, diga-se de passagem, a ponte de Itapuã, Deputado Lebrão, Deputado Adelino que conhece muito bem essa cidade, uma pequena cidade do interior do Estado, localizada aqui às

margens da nossa capital, Itapuã é uma cidade pequena. E as lideranças vieram até nós, através da Comissão de Meio Ambiente, para nos trazer um tema polêmico, que é a ponte que é intitulada de Ponte da Integração, que traz aqui uma das críticas que esta Assembleia já está exaustivamente cansada de falar sobre compensação ambiental, tendo em vista as compensações de Porto Velho, nós já tratamos muito sobre esse assunto, porque tem em Porto Velho, tem no Estado. E compensação ambiental também, não só das usinas e Jirau e Santo Antônio, mas da de Samuel, que gerou uma deficiência para a população de Itapuã, que é essa chamada Ponte da Integração que nunca integrou nada, porque ela nunca ligou a lugar nenhum. Essa ponte foi firmado um compromisso entre a população e as lideranças locais em 2001. Essa ponte foi firmado, feito um compromisso em 2001, e ela liga, senhores Deputados, a cidade de Itapuã, a cidade de Itapuã a 80% do outro lado do rio que é o território de Itapuã também, que está 80% da produção. Itapuã, o Deputado Ribamar conhece, conhece muito bem essa região, sabe que ali depende da produção. Hoje é que se começou a questão da extração de madeira pela Flona do Jamari. Mas a área produtiva está do outro lado da Ponte, nós precisamos discutir esse assunto. Hoje, para tapar o sol com a peneira, Deputado Lazineho, a Eletronorte aluga uma balsa e paga valores exorbitantes mensalmente, que liga a estrada vicinal B-40 até T-120, e são muito exorbitantes esses valores que são pagos às balsas. Infelizmente, se a gente juntasse tudo o que foi pago para a balsa, a gente faria duas, três pontes ali onde hoje só tem uma ponte inacabada que, por infelicidade do destino, o Prefeito, a empresa que teve o convênio, ligada à Eletronorte, não concluiu a obra. O Prefeito da época tentou concluir fazendo o aterro, acabou que quebrou a ponte. Mas acredito que não foi por esse motivo, a ponte já era condenada na sua execução e infelizmente é a população que está padecendo. Não é a Eletronorte, não é o ex-Prefeito, é a população que está padecendo. É um assunto tratado por líderes da nossa bancada federal por muito tempo, mas até hoje não teve solução.

Então, eu venho aqui a esta Casa comunicar que tem um Requerimento de minha autoria propondo uma Audiência Pública, Deputado Lebrão, para tratar sobre esse assunto, uma vez que Itapuã é uma cidade tão próxima à capital, é desprestigiada, é desassistida, e a gente enquanto Assembleia tem feito muito em prol dos municípios do nosso Estado.

Obrigado, Deputado, pela tolerância. Agradeço aí esses minutos que eu excedi no tempo.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, Deputado. Agradecer e registrar a presença do Vereador Cleto da Cruz, da Câmara Municipal de Parecis. Sinta-se em sua casa.

Encerradas as Breves Comunicações, passemos agora ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado líder do PT, Lazineho da Fetagro, por vinte minutos, agora sim, com direito a apertes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, Deputado Lebrão, em nome de Vossa Excelência eu cumprimento toda a Mesa, nobres Deputados e Deputadas, colaboradores desta Casa, público presente.

Senhor Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um convite a toda a nossa Assembleia, a todos os nossos Deputados, para participar conosco de uma Audiência Pública para discutir um tema que já foi inclusive aprovado a semana passada na Câmara dos Deputados e agora está no Senado, que é o tema da maioria penal. Nós fizemos um Requerimento para que esta Casa pudesse fazer este debate também e como no Senado ainda não foi aprovado, nós convidamos os Senadores e estamos aguardando a confirmação da bancada, no Senado, do Estado de Rondônia, para poder participar conosco dessa Audiência Pública. Então, eu quero convidar todos os Deputados, contra, a favor, para nós o importante é esta Casa fazer o debate deste tema que é importante para a sociedade brasileira e tem figurado na grande mídia em todo o Brasil, que é a questão da maioria penal. O outro assunto que eu queria trazer neste momento, semana passada, Deputado Jean, Vossa Excelência que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, nós fomos convidados pela Cáritas, que é um órgão, uma organização, uma ONG ligada à Igreja Católica, para discutir na Amazônia. E foi realizado esse ato em Santarém, no Pará, para discutir os impactos das grandes obras da região amazônica. É importante para nós do Estado ter participado e ter representado esta Casa, um tema que faz com que nós que somos amazônidas, que moramos aqui na região Norte do Brasil, que vivemos na Amazônia, a importância que é para o Brasil a construção de grandes obras nesta região.

Eu disse muito bem que é para o Brasil, o que nós precisamos, o que nós queremos discutir qual é a importância dessas grandes obras para a região amazônica. O que é que está ficando em Rondônia, o que é que ficará em Rondônia da construção da usina do Machadinho, o que vai ficar, o que ficou e o que ficará das construções das usinas aqui em Porto Velho, assim como no Pará, a construção da Belo Monte ou o Porto da Cargill, também lá em Santarém. Ou seja, quais os impactos para a Amazônia? Nos leva a fazer uma reflexão de que neste momento o que nós estamos vendo no Brasil é a utilização da Amazônia para o fortalecimento da economia e das riquezas do Sul e Sudeste do País e para nós aqui fica, tirando fora o período de construção, que é o emprego, ficam os problemas para serem resolvidos. Não dá para nós, enquanto Parlamentares, ficarmos omissos ao debate de que hoje, na minha visão, a Amazônia Legal é hoje colônia do resto ou colônia de desenvolvimento para os Estados do Sul do nosso Brasil e do Sudeste do nosso Brasil.

Nós discutimos, por exemplo, o que está sendo feito com os *royalties* da geração de energia para todo Brasil e o que é que está sobrando para o nosso Estado. Nós levamos esse debate e queremos que esta Casa comece a pautar e a se preocupar, porque aqui em Porto Velho, o Consórcio Santo Antônio já pediu aumento de cota das nossas usinas aqui. Já foi enviado, já foi pedido o aumento de cota para as duas usinas aqui. Esse aumento de cota não prevê estudos, não tem estudos ainda. E nós, enquanto Parlamentares, temos a responsabilidade de imaginar o que será dos assentamentos que existem, das áreas produtivas que existem em volta dessas usinas, o que vai acontecer com a nossa BR com o aumento de cota, que pode subir mais um metro, um metro e meio de água nesses reservatórios, ou até dois metros de água nesses reservatórios, o que vai restar para nós.

Então, é muito fácil para o Brasil todo cobrar de nós que moramos aqui na Amazônia a liberdade de poder chegar, enquanto País, e impor uma obra num município ou num Estado sem realmente fazer o debate democrático com a sociedade de uma forma geral. 'Ah, não, mas as Usinas fizeram Audiências Públicas'. Eu participei de duas Audiências Públicas da Usina, enquanto Presidente da FETAGRO, em nenhuma eu pude falar. É Audiência Pública que eles vêm e falam, apresentam e vão embora. A mesma coisa está acontecendo em Machadinho. O Deputado Ezequiel está aqui, eu quero saber quantas vezes ele foi convidado para debater a questão das usinas lá em Machadinho. Se eu não participei, fui convidado por ele para uma Audiência Pública puxada por esta Casa. Então, nós temos que começar a nos impor enquanto Parlamento da região amazônica, e aí eu peço para os nossos membros que estão no Parlamento Amazônico para que possam abrir esse debate lá. Eu sei que o Parlamento Amazônico discute todos os temas. A nossa proposta lá, e aprovado pelos Deputados que estavam do Amazonas, do Pará, de Rondônia e do Acre, foi de que nós criássemos um núcleo de trabalho dos Parlamentares dos Estados da região Norte para que pudesse fazer o debate junto ao Governo Federal, junto à bancada federal para que nós fôssemos mais respeitados ou pelo menos fôssemos respeitados enquanto população que produz na região amazônica. É muito fácil cobrar de nós a responsabilidade para resguardar uma região como é a região amazônica. Agora, quando precisam de energia, vêm aqui, constroem as usinas, deixam os problemas, em Rondônia tem 290 famílias que não têm terra por causa dos lagos das usinas. E a gente está aqui, nós estamos aqui imaginando, quando um Deputado lá disse que nós não temos o que fazer porque isso vem de cima para baixo, vem imposto. Imposto de cima para baixo e a gente não pode cobrar, não pode fazer nada. Eu disse claramente, nós somos responsáveis, tanto aqui em Rondônia como no Acre, como nos 07 Estados que compõem a região amazônica, nós somos responsáveis pela população, pelo Estado para que essas obras, quando construídas aqui na nossa região, tenham pelo menos o respeito de deixar aqui parte dessa riqueza. A energia mais cara, uma das mais caras do Brasil é a nossa. Não sobra nada para o Estado de Rondônia, não sobra nada para o Estado de Tocantins, não está sobrando nada para nenhum Estado da região amazônica, a não ser criar usinas, criar obras para poder beneficiar o Sul e o Sudeste do País.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizá-lo, Deputado Lázinho, pelo seu pronunciamento, por um tema tão importante que está sendo enriquecido, melhor debatido. Com certeza essas Audiências Públicas é só para fazer de conta, que as atas já estão praticamente prontas quando eles vêm fazer os discursos e a oportunidade é muito pouca.

E quero registrar também que as compensações que foram feitas com essas Usinas foram muito mal negociadas, tanto pelo Governo do Estado, na época, como pela Prefeitura. E isso dificulta depois a ação. Inclusive essas Usinas

aumentaram muito a quantidade de energia, a quantidade de água represada e não foi feito o cálculo das compensações dessa evolução, dessa mudança do projeto. Eu não tenho conhecimento que foi negociada uma segunda etapa em cima disso daí.

Então, infelizmente, no momento certo foi mal negociado e nós sabemos agora, por exemplo, nós temos, que nem o senhor falou, tem várias, muitas famílias aí precisando de ajuda e não foi valorizado na época das compensações. E também aqui nós temos a BR-319 que é uma vergonha. Poderia ter até amarrado isso. Agora pararam as termoelétricas de funcionar, as termoelétricas agora vão dar um prejuízo para o Estado maior do que aquilo que vai deixar de arrecadar com o ICMS do diesel, é mais do que aquilo que vai compensar pelos *royalties* das duas Usinas. Durante um ano pelo menos a estimativa é de 80 milhões por mês só de ICMS de combustível e parece que é 140, 150 milhões durante o ano todo de *royalties* das Usinas. Então, mais uma vez, o Estado está levando prejuízo e levando energia para o Sul e nós aqui passando necessidade. Foi mal negociada, é tudo mal pensado, mal negociado quando foi planejado essas usinas aqui em Rondônia podia ter batido o pé na época, podia ter mudado as regras, que eu tenho certeza que o Governo Federal, na época, teria aceitado. Hoje é mais difícil, mas ainda a bancada federal tem que se posicionar, tem que cobrar para poder melhorar a situação, senão é muito difícil. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado. Eu vejo...

O Sr. Jean Oliveira – Deputado, um aparte?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Já cedo o aparte, Deputado Jean. Só complementando aqui o que o Deputado Adelino colocou. Foi mal negociado, o Estado foi omissivo. Agora, nós, como Vossa Excelência disse, Deputado Adelino, nós temos a responsabilidade de abrir esse debate, porque tem outras obras para construir, não é? Tem outras obras. E se você for conversar hoje lá com a população de Machadinho, que está ansiosa pela construção das usinas, a população em peso vai achar que nós estamos errados. Agora, depois que acontece a obra, aí o Deputado Ezequiel vai ser cobrado por não ter feito a parte dele enquanto Parlamentar. Então, nós temos a obrigação, tanto dessas aí que ainda não terminaram, que é a Santo Antônio e Jirau, quanto a de Machadinho e qualquer outra que vier, e qualquer outro tipo de obras, Deputado Jean, que vier para o nosso Estado, para nossa região amazônica, nós precisamos ter muito mais cuidado do que foi até agora. Porque você discutir, e aí eu estava falando com Vossa Excelência, Deputado Jean, os *royalties* das usinas, nós não sabemos para onde vai. Nós precisamos saber qual é a quantidade, para onde vai, com quem fica. Nós temos até protocolado um projeto para arrumar o debate, para abrir esse debate porque não dá, não dá para você imaginar, e lá no INCRA, por exemplo, tem famílias precisando de terras, porque as terras foram prejudicadas com as usinas. Eu estive lá quando estava enchendo, Deputado Jean, secava um metro e você não consegue cavar mais porque virou água já, e aí eles falam que essas áreas não foram atingidas. Quer dizer, nós na época nos omitimos de fazer o debate. Com aparte, nobre Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Lazinho, Vossa Excelência traz esse tema que é muito pertinente aqui para a região amazônica, a região amazônica que não se limita à região amazônica, mas, assim, ela tem hoje, consta com nove Estados o Bioma Amazônico. E existe uma pesquisa já em sites, em fóruns, comprovando que nos próximos dez anos serão concluídas obras em vinte e oito usinas hidrelétricas aqui na região amazônica. A nossa região é ampla, ela é uma região que comporta hidrelétrica, até porque nós temos os maiores rios do país que estão aqui, infelizmente a população não observa, não sente o resultado de ter uma usina hidrelétrica de grande porte sendo construída na sua região, no seu Estado, no seu município, infelizmente. Mas eu quero dizer o seguinte a Vossa Excelência: Vossa Excelência protocolou um Projeto aí, está falando, eu tenho um Projeto também, nós temos, tem divergência, mas o tema é o mesmo, é tratar sobre os *royalties*. Eu quero dizer que eu me preocupei muito com esse tema e eu fiz o quê? Eu fiz questão de fazer um Requerimento que já venceu o prazo Deputado Lebrão, mais um. Eu tenho dois Requerimentos que já venceram o prazo e o Executivo não mandou para cá a documentação que eu requeri, que é saber quanto o Estado recebeu até o presente momento de *royalties*. Porque nós queremos saber o quê? Qual é o valor exato da compensação financeira que o Estado está recebendo, para a gente confrontar com o que a Lei Federal diz que o Estado tem direito. E, sobretudo, a minha Lei condiciona a aplicação desses *royalties*. E infelizmente, eu já tenho ciência, talvez Vossa Excelência ainda não tenha esse conhecimento, mas o Estado já mandou aqui para Casa, Deputado Luizinho, um Projeto de Lei direcionando 10% da compensação financeira, o chamado popularmente de *royalties* para a compensação do IPERON, e não pode. Não pode porque o IPERON é pessoal. É pessoal. Eu não sou contra o IPERON, mas a Lei Federal diz que a única vinculação que não é permitida, a Lei de Compensação Financeira é gasto com pessoal. Investimento pode, você pode investir em capacitação dos funcionários, servidor público pode, mas você não pode dar aumento salarial com dinheiro de compensação, você não pode ajustar o rombo na Previdência do Estado com compensação financeira oriunda das usinas.

Então, nós precisamos discutir esse tema é polêmico, precisamos discutir aqui no âmbito do Estado de Rondônia naquilo que nos cabe, naquilo que é a nossa atribuição. Mas, também, Deputado Lazinho, levar essa discussão para um fórum acima, que é o Parlamento Amazônico, que é levar essa discussão para a região inteira. Nós precisamos visualizar, nós precisamos perceber a vantagem de morar numa região que tem potencial energético, que produz energia. Nós precisamos discutir isso e levar a modificação das Leis que só visam a gente como uma área que aqui ficam os indígenas, os povos isolados do resto do País, povo que não tem acesso à tecnologia. É assim que as pessoas do Centro-Sul enxergam quem mora na região amazônica. Então, eu quero dizer, Vossa Excelência traz um tema pertinente e importante. E eu como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, quero poder discutir ao seu lado temas como esse.

O Sr. Luizinho Goebel – Deputado, me permite um aparte?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado. Sim, Deputado Luizinho, só um momento. Eu quero reafirmar, Deputado Jean, que nós fizemos essa proposta nesse evento realizado lá em Santarém, que é criar dentro do Parlamento Amazônico um núcleo de trabalho para o debate do tema específico que é a construção de grandes obras na região amazônica. E aí eu quero pedir ao Deputado Ribamar e Deputado Léo que são membros efetivos desse Parlamento para que levem essa proposta lá para a Câmara, para que Vossas Excelências possam deliberar a criação desse núcleo. Não dá para a gente, eu sei que o Parlamento Amazônico trata de todos os temas e esse é um tema específico. Deputado Luizinho.

O Sr. Luizinho Goebel – Deputado Lazinho, é importante agora de fato, tanto a Assembleia quanto os demais Poderes têm que agir, têm que atuar fortemente. Nós cometemos um grande erro quando lutamos para que viesse com urgência a implantação das Usinas de Jirau e Santo Antônio a Rondônia. Porque nossa ideia era exatamente aquela vendida por empresas que muitas vezes fizeram suas Audiências Públicas e nos venderam uma grande farsa e uma grande ilusão, e nós acabamos comprando e todo mundo perdeu com isso.

O Deputado Adelino falou aqui e eu, coincidentemente, tive uma conversa, semana retrasada, com a equipe da SEFIN, e eles falaram que o Estado de Rondônia, pela desativação das nossas termas, deixou de arrecadar para os cofres do Estado, de impostos, 185 milhões de reais por ano. Isso é dinheiro que nós vamos deixar de usar na Educação, na Saúde, na Segurança Pública, na infraestrutura, sem contar no caos social que essas usinas deixaram de herança para o nosso Estado, principalmente para nossa capital, Porto Velho. Mas, se não bastasse tudo isso, há poucos dias nós estivemos, a convite do Deputado Ezequiel Júnior, lá no município de Machadinho, exatamente para tratar da implantação da usina no município de Machadinho. E naquele momento eu falei, mais uma vez vieram técnicos, palestrantes e mais uma vez vendendo as maravilhas da implantação de uma usina. E eu contestei veementemente, por quê? Porque para o município de Machadinho dizer de fato que foi contemplado com a compensação das construções das usinas, teria que se fazer, a primeira coisa, um grande hospital naquele município, construído pela empresa que vai construir as usinas. Tinha que também construir nova Delegacia, novo presídio, fazer toda drenagem da área urbana do município, ajudar com equipamentos e implementos para que a Secretaria de Obras pudesse dar condições para área rural. Enfim, buscar uma grande alternativa de geração de emprego e renda para que no pós-obras essas pessoas, o cidadão de Machadinho não receba o caos social que recebeu o cidadão aqui da capital. E mais do que isso, falei também que lá está um tesouro, que é a capacidade de geração de energia, não só para Rondônia, mas para o restante do país, porque também aquela usina será interligada por Linha com os demais Estados brasileiros. E se nós temos isso para oferecer e nós não conseguimos vender bem esse potencial, naturalmente nós devemos deixar ele lá, até o momento em que o País, em que a Nação se sensibilize que nós temos o que o País precisa, que é a condição do fornecimento de energia. Mas nós precisamos do reconhecimento disso através de ações necessárias e efetivas, porque se isso não acontecer, vai acontecer com Machadinho o que aconteceu com Porto Velho. E assim subsequente com as

outras usinas, como é o caso das usinas que pode acontecer na região do Deputado Dr. Neidson, Guajará-Mirim, na usina binacional com a Bolívia, e assim por diante.

Então, mas nós temos que falar e temos que agir. E nós tivemos oportunidade de agir, mas quando nós fomos agir, este Parlamento não demonstrou a sua força. Porque nós poderíamos ter exigido, nem que fosse da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, a suspensão da autorização de execução da obra, de implantação e não fizemos isso e hoje o que nós temos de herança é exatamente esse caos, principalmente o caos social. Porque não pode usina, consórcio de usina vir falar como fizeram, falar e fazer como fizeram em Porto Velho, Deputado Ezequiel, Deputado Lebrão, vieram aqui, plantaram árvores, Deputado Jean, árvores, 5.000 mil árvores, 10.000 mil árvores, falando que estavam fazendo a compensação ambiental. A compensação ambiental não é problema nosso. Quem está trazendo problema ambiental é exatamente a implantação das usinas. Então, são elas que têm que reparar os danos ambientais e o que nós queremos de compensação ambiental é aquilo que fica para população, que fica para os municípios, que fica para o Estado, porque é o Estado que tem a condição natural de fornecer energia para o país inteiro.

Obrigado e parabéns, Deputado Lazinho. E estou ombreado, irmanado com Vossa Excelência nesta luta tanto quanto com o Deputado Ezequiel que passa o município dele, Machadinho d'Oeste, por esse processo neste momento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado.

O Sr. Ezequiel Júnior – Um aparte, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputado Ezequiel.

O Sr. Ezequiel Júnior – Deputado, eu quero parabenizar Vossa Excelência pelo assunto que traz tão importante do interesse do povo de Rondônia. Mas em especial o município que eu represento, que eu tenho minha base eleitoral, que é Machadinho d'Oeste. Essa obra da Usina Tabajara que está previsto o leilão dessa obra agora, até dezembro, ela é aguardada pela população de Machadinho com muita ansiedade e ao mesmo tempo, diante de tudo que está acontecendo com Porto Velho, com preocupação pela população de Machadinho. E eu estarei vigilante, acompanhando cada passo desse processo, porque Machadinho tem o privilégio hoje de ter um dos últimos recursos naturais para implantação de usina hidrelétrica na Amazônia brasileira. É uma riqueza que pertence a todo o povo de Rondônia, mas em especial para Machadinho d'Oeste e a população pode ter certeza que eu vou estar vigilante. E a primeira barreira que o consórcio vai encontrar é se falar, Deputado Lazinho, em isenção, em isenção de imposto para aquela obra. Nós não vamos permitir que aconteça o que já aconteceu aqui quando se fala de isenção. O que é de Machadinho, o que é do Estado de Rondônia nós não devemos abrir mão de um centavo sequer. Essa é que é a grande realidade e nós estamos preocupados, como falou o Deputado Lazinho, questão de um hospital, Machadinho precisa de escolas, de investimento de segurança, investimento social, em todos os setores, Machadinho passa por uma grave crise. E este recurso com certeza nós vamos exigir, estaremos junto

com o Ministério Público, já tem inclusive um procedimento para participar dessas discussões, acompanhando de perto em defesa do povo deste Estado, Deputado Lazinho. Parabéns.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado. Para encerrar, Deputado Lebrão, quero pedir desculpas pelo adiantado do tempo, mas uma coisa que nós não podemos deixar é que fique somente nas costas do Deputado Ezequiel, porque essas empreiteiras, esses grandes projetos são muito maiores do que todos nós juntos. Então, eu quero salientar só o seguinte: ficou bastante claro para nós que ou nós da região amazônica nos unimos para poder fazer o debate, não vou dizer com o restante do Brasil, mas com a outra parte do Brasil, ou nós vamos ser engolidos. E para reafirmar, eu digo que os *royalties* das usinas, na minha visão, têm que ser investidos onde essas usinas causaram prejuízos. Causou prejuízo na agricultura, se investe lá. Causou prejuízo no Meio Ambiente, se investe lá. Porque se em vez de plantar cinco mil árvores aqui, Deputado, tivesse criado um programa no Estado de recuperação de matas ciliares em todo o Estado e destinado recursos, nós tínhamos feito. E é isso que a gente defende para que o agricultor possa receber isso e parte desse recurso seja investido no meio ambiente, seja investido na saúde. Obrigado, Deputado, eu sei que o tema...

O Sr. Jean Oliveira – Deputado, esse é o seu projeto que visa direcionar os *royalties* parte para o meio ambiente e parte para a agricultura, não é?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Parte no meio ambiente, parte na agricultura e parte na saúde.

O Sr. Jean Oliveira – Permita eu falar para Vossa Excelência, eu tenho um projeto...

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Um minuto para finalizar.

O SR. Jean Oliveira – Eu tenho um projeto que vincula essa receita para fazer uma coisa que eu acho que todo o rondoniense jovem precisa, não só o jovem, mas todo cidadão rondoniense que quer ter acesso ao terceiro grau, o ensino superior, eu estou propondo que a receita das hidrelétricas, 33%, ou seja, um terço seja vinculado à criação de Universidade Estadual no Estado de Rondônia. Esse é o meu projeto, coloco para o meio ambiente, também, boa parte da vinculação da receita. Coloco para infraestrutura, para a saúde, para a educação, para todos, mas, sobretudo, eu não abro mão de financiar o ensino superior no Estado de Rondônia através da Universidade, não é tudo para bolsa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu quero deixar, nós só podemos fazer anteprojeto nesse caso. Nós não podemos, mas eu quero abrir o debate, Deputado, e a gente fazer a conversa. Agora, só o seguinte, o estudo superior é federal, nós podemos debater, podemos fazer, podemos discutir? Concorde que é um debate que nós temos que fazer. Agora, o que eu não quero deixar de colocar em pauta é que o Estado possa criar condições de a gente discutir realmente a sustentabilidade não só dentro do Estado. Porque tem países lá fora que cobram do Brasil e

podem investir aqui dentro. Então, recurso não vai faltar, o que nós precisamos é ter um programa. Obrigado.

O Sr. Jean Oliveira – Senhor Presidente, eu estou esperando sabe o quê?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Vamos finalizar para continuar numa outra oportunidade.

O SR. Jean Oliveira – Eu quero pedir a Vossa Excelência que é forte, eu quero pedir a sua ajuda para que o Governo encaminhe para esta Casa a documentação que eu requeri com o apoio de Vossas Excelências, já acabou o prazo e ele não manda a documentação, que é para eu saber o recurso para a gente fazer esse projeto de lei, Deputado Lazinho, sem saber o valor do recurso não tem como.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Lebrão, Vossa Excelência como colíder, que o líder é Deputado Luizinho e o vice-líder é o Deputado Cleiton Roque, mas Vossa Excelência é o colíder, é o líder *ad hoc*, eu gostaria de pedir Vossa Excelência para ajudar o Governo a mandar esse...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Senhor Presidente. Vamos suspender e vamos passar para a outra, para amanhã, aí amanhã a gente continua esse mesmo debate.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – À vontade, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES - Só cumprimentar o ex-Prefeito do município de Presidente Médici, e Coordenador do Território da Região Central, o ex-Prefeito Zé Ribeiro e o Professor Clodoaldo da UNIR.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Reiterar o meu registro aqui de agradecimento à visita aqui do nosso Vereador Taturana, que será também, dentro de um curto espaço de tempo, convocado para administrar a cidade de Costa Marques. Ainda no Grande Expediente, Deputado Cleiton Roque, por vinte minutos, com apartes.

O SR. CLEITON ROQUE - Senhor Presidente, Mesa composta, em nome dos Deputados que compõem a Mesa neste momento saudar a todos os colegas presentes, a imprensa que nos auxilia, as pessoas que nos acompanham pelos veículos de informação, pelos sites, público aqui presente, em nome do Vereador Cleto, agradecer a presença do Dr. Cleto lá do município de Parecis, nosso amigo lá da grande região de Pimenta Bueno.

Senhor Presidente, quero aqui, Deputado Jean, eu quero, junto Vossa Excelência, eu quero me juntar a Vossa Excelência quanto a essa ideia com relação ao financiamento do ensino superior. Já passou da hora do Estado de Rondônia ter uma universidade estadual, já passou da hora. Nós temos condição

de iniciar no Estado de Rondônia investimento nessa área, porque eu tenho certeza que através dessa maneira de financiamento nós avançaremos muito na criação de oportunidades para os nossos jovens, para as pessoas que às vezes tanto anseiam cursar um ensino superior e muitas vezes não têm oportunidade.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Cleiton Roque, eu acho que a forma... Até hoje o Estado de Rondônia, para que você possa criar uma universidade estadual, você precisa chegar a excelência no ensino médio. Eu acho que a vinculação de uma receita que não era prevista, vamos dizer assim, há 10 anos, há 20 anos quando foi proposta a criação, em lei, da universidade estadual através do Governador Bianco, não se previa uma receita tão grande no Estado quanto a que a gente recebe hoje através das compensações financeiras dos royalties. Eu acho que é a maneira mais louvável de colaborar com aquilo que é superior a qualquer coisa, que é a educação, e ainda mais educação de ensino superior, qualificando as nossas pessoas. Eu me recordo, Deputado Ezequiel Junior, que quando iam construir as usinas aqui, e V.Ex.^a vai observar isso lá no município de Machadinho, que se falava muito em capacitar as pessoas para conseguir emprego na construção das usinas, mas o mais importante não era o emprego na construção, mas sim estar capacitado em época posterior para disputar de igual para igual com os técnicos que irão ficar aqui depois da construção. E nada melhor do que o Estado de Rondônia, através de recurso público, dar condição para o cidadão ingressar no ensino superior. Porque hoje, Deputado Cleiton Roque, ninguém é mais nada se não tiver um curso, um terceiro grau. Hoje não se consegue mais fazer concurso para a Polícia Civil nem para a Polícia Militar se não tiver ensino superior. Então, está cada dia mais exigindo mais do cidadão, mas ao mesmo tempo em que se exige, tem que dar condição para ele. Eu acho que o ensino superior, o terceiro grau é importantíssimo o Estado começar a financiar através de um recurso como esse de compensação financeira.

O SR. CLEITON ROQUE – Muito bem, Deputado Jean, me junto a Vossa Excelência nessa demanda.

Senhor Presidente, ocupo também a tribuna, nesta tarde, para destacar uma ação importante do Governo do Estado na semana passada. Quero aqui parabenizar o Deputado Aécio, que é o Presidente da Indústria e Comércio, nós temos procurado, na Comissão, fazer um trabalho sempre voltado ao fortalecimento das potencialidades industrial e comercial do nosso Estado desde que nós assumimos o nosso mandato. Uma das primeiras ações que fizemos lá foi convocar os representantes do CONDER para que pudessem expor ali a atual situação dos incentivos fiscais lá no começo do nosso mandato. E nós sugerimos, inclusive, a possibilidade de prorrogação desses incentivos, que a maioria já inicia o vencimento a partir do ano que vem. E aí eu venho aqui destacar, na reunião, na 1ª reunião do CONDER sob a gestão da SUDER – Superintendência de Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Estado de Rondônia, onde tem como Superintendente o Rubens, foi aprovada a prorrogação para 180 meses, ou seja, 15 anos, podendo ser prorrogado por mais 15 anos. E aí eu quero destacar, muitos de vocês já ouviram falando sobre isso, que eu acredito que o desafio da nossa geração é a industrialização

do Estado de Rondônia, naturalmente sempre voltado com a nossa vocação. Qual é a vocação do Estado de Rondônia? É só agricultura familiar? Não, nós temos uma vocação de produção de grãos em larga escala, nós temos um grande rebanho bovino, nós temos um potencial considerável que pode ser utilizado na produção de minério, nós temos condição de fortalecer vários setores da indústria, ok.

Só que muitas vezes um Estado como é Rondônia, que até o momento ainda continua no fim, no final, ou seja, numa região muito distante dos grandes centros econômicos do país, muitas vezes você instalar uma indústria no Estado e você depois, com a sua produção, ir para um grande centro concorrer, naturalmente o custo do seu produto vai ficar mais alto. A Constituição Federal diz que cabe ao Governo Federal, através de ações concretas, corrigir as eventuais distorções regionais que existem, mas isso só está no papel, porque cabe, de fato, aos Estados muitas vezes abrir mão até mesmo da sua receita para conseguir incentivar que o industrial venha e implante num município ou no Estado, enfim. E aí há mais de uma década iniciou essa discussão no Estado de Rondônia e as coisas têm avançado. Eu falava hoje, na reunião de Indústria e Comércio, eu me lembro bem, Deputado Adelino, no governo dos Democratas, no Governo Bianco, onde iniciou principalmente as discussões sobre incentivo fiscal, naquele programa desenvolvido chamado PROGER, eu tinha acabado de ingressar na carreira de serviço público de contabilidade em Pimenta Bueno. E nós, naquela época, vivíamos do contracheque de servidor público. Lá vivia o fim da exploração do ciclo madeireiro e nós não tínhamos ali, o nosso solo arenoso na sua grande maioria, uma agricultura fraca, nós vivíamos um período ali de dependência do contracheque do servidor público. Coincidiu com os desmembramentos dos municípios de Parecis, São Felipe e Primavera, que é onde reúne a maior potencialidade, a melhor qualidade de terra. Eu me lembro bem que nessa ação do Governo Bianco, nós conseguimos identificar lá, em 1997, 1998, que nós tínhamos uma argila para trabalhar no mínimo 300 anos, e houve uma discussão e o fortalecimento da indústria de cerâmica que hoje é uma das maiores do Estado. Foi lá que nós identificamos, Presidente Lebrão, de que nós tínhamos condição de ocupar um espaço na indústria do vestiário, na indústria têxtil. Hoje nós temos mais de 30 empresas organizadas e gerando aproximadamente em torno de 1.000 empregos diretos na indústria têxtil das confecções.

Então, dentre outras que surgiram, a própria Lindágua, hoje temos duas grandes empresas de estrutura metálica que fazem obras em toda região Norte, temos em Pimenta Bueno um empresário que nesse momento, Deputado Ribamar, ele venceu a licitação na Bolívia para construir cinco usinas hidrelétricas, é essa tecnologia, enfim, de avançar. O empresário é do município de Pimenta Bueno. E começou como? Através de incentivos fiscais que geraram, despertaram no empreendedor o desejo de investir, de criar condição de gerar emprego, gerar renda. A cada emprego que você gera direto, você gera três empregos indiretos. Isso é dado estatístico dos principais institutos que trabalham na área. Quando você, às vezes, abre mão de 85% do ICMS, muitas vezes você não está deixando de ganhar os 85%, você está ganhando 15%, porque se você não faz isso o empresário muitas vezes não vem investir no Estado, enfim.

Então, parabenizar o Rubens pela iniciativa, o próprio Governador Confúcio Moura por autorizar a ampliação desse benefício. Hoje pela manhã fiz uma visita ao Presidente da FIERO, estava acompanhado do Presidente da FAPERON, o Hélio Dias, fomos lá fazer uma visita e pude constatar o otimismo, neste momento em que enfrentamos, neste momento especial que temos que tratar com muita atenção e seriedade. Mas é nos momentos de dificuldade que às vezes você encontra soluções para você enfrentar, para você dar um passo à frente, e eu entendo, neste momento, que foi dado um passo à frente.

O Sr. Laerte Gomes – Permita-me um aparte, Deputado Cleiton?

O SR. CLEITON ROQUE – Pois não, Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes – Parabenizar, Deputado Cleiton Roque, pelo tema que Vossa Excelência traz a esta tribuna. Uma dessas reformas, uma das ações do Governo que eu entendo que foi positiva, foi a implantação da SUDER. Eu entendo que deveria ser uma Secretaria, não uma Superintendência, Secretaria da Indústria e Comércio. Um Estado, Deputado Adelino, como o nosso, que tem um potencial enorme e fantástico para desenvolver na questão da industrialização, precisa ter uma Secretaria voltada para isso. Mas, de qualquer forma, já é um passo a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Estado de Rondônia. E no dia 19, no dia dessa reunião, Deputado Cleiton, onde foram votados vários projetos, inclusive um de uma empresa de Ji-Paraná de tanques de resfriamento, uma indústria aqui de Rondônia, está há oito, dez meses, há quase um ano esperando esse benefício com parecer de aprovação. Infelizmente, o CONDER não conseguia se reunir, porque o Governador estava viajando ou o Secretário de Agricultura estava cuidando de outras obrigações e não conseguia se reunir. E agora, com a SUDER, Deputado Adelino, Deputado Lebrão, na primeira reunião, quando marcou deu quórum, deu pauta e aprovaram aqueles projetos que estavam na pauta. Então, eu acho a decisão de criar a SUDER acertada, como eu também acho que a decisão, o maior erro dessa reforma foi a questão do DEOSP.

O SR. CLEITON ROQUE – Concordo com Vossa Excelência.

O Sr. Laerte Gomes – Estão lá todos os empresários sem receber, estão praticamente quebrando porque não tem rubrica, tem que mudar a rubrica orçamentária, tem que mudar tudo, CNPJ do DEOSP acabou. Eu estava conversando com um empresário aqui e estão desesperados. Foi um erro, Deputado Lebrão, que o Governo cometeu nessa reforma a extinção do DEOSP. Então, mas também teve o acerto, que eu entendo que deveria ser uma Secretaria, mas a Superintendência já foi um passo largo para que nós possamos ter aqui em Rondônia um órgão que possa receber os empresários, que possa buscar esses empresários para se instalarem em Rondônia, gerar emprego e renda.

Muito obrigado e parabéns mais uma vez pelo tema que Vossa Excelência traz a esta tribuna.

O SR. CLEITON ROQUE – Eu agradeço.

O Sr. Luizinho Goebel – Deputado Cleiton, um aparte?

O SR. CLEITON ROQUE – Sim, Deputado Luizinho.

O Sr. Luizinho Goebel – Só ouvindo aqui o seu discurso, acho importante quando a gente pode fomentar a economia do nosso Estado. Vejo aqui quando o Deputado Laerte defende a questão da criação da SUDER, realmente muito importante. Vejo com preocupação a questão do DESOP porque nós temos cobranças de diversas obras que acabaram ficando paradas porque dependem da fiscalização e hoje não está tendo este quadro para atender as demandas necessárias. E uma das questões que eu estou até preparando um discurso é para falar sobre a FIERO. Eu tenho um pouco de preocupação quando a FIERO se aproxima de uma Superintendência como a SUDER. Porque, no meu ponto de vista, há muitos anos, essa FIERO não serve mais que para um cabide de esquema dos próprios empresários ou diretoria que se encostam ali para se ajeitar e muito pouco a FIERO, ou muito pouco não, nada, nada a FIERO tem feito para dialogar com os Poderes como a Assembleia Legislativa, que eu entendo que é o Poder mais forte do Estado, porque aqui se representa o Estado como um todo. As mais diversas categorias, a sociedade está representada como um todo aqui, empresários, trabalhadores, comerciantes, industriais, agricultores e afins.

Portanto, eu não vejo com bons olhos a participação da FIERO quando se trata da economia do Estado. O que eles sabem fazer muito bem, principalmente essas Diretorias que passaram, é buscar alternativas para se dar bem, e essa Diretoria que agora está não é diferente. Por quê? Porque ela só veio para cá, Deputado Laerte, quando Vossa Excelência e mais alguns pares propuseram uma CPI que acabou morrendo, mas antes disso a FIERO não vinha. E eu inclusive estive em uma reunião participando com a FIERO esses dias. E naquele dia, lá dentro da própria FIERO, eu contestei as ações da FIERO. E há rumores para todos os lados, há rumores para todos os lados nos dias de hoje de que a FIERO está cheia de esquema nas suas obras. Eu estou preparando um ofício pedindo informações e não dá para aceitar os empresários de Rondônia, que os empresários de Rondônia que ajudam, que alimentam essa Instituição, que é a Federação das Indústrias, que é mantida com a contribuição das indústrias de Rondônia, que ela não tenha a responsabilidade de fazer a gestão financeira. Nós temos denúncias de direcionamento na FIERO, eu estou falando da FIERO de Rondônia, direcionamento na execução de obras, contratação da execução de obras, nós temos direcionamento, denúncias de direcionamento na contratação de reformas de obras de patrimônio físico da FIERO. E mais do que isso, diretamente, favorecimento para pessoas que têm influência dentro da FIERO. E mais, e ainda além disso, não estou falando só de hoje, eu contestei na tribuna desta Casa quando alunos do Sesi estavam estudando e ficaram sem aulas mais de quinze dias, mais de quinze dias, porque a própria FIERO absorveu na época trabalhadores que estavam nas Usinas, sendo que as Usinas tinham a responsabilidade, na época, de alojar os trabalhadores que estavam trabalhando na Usina.

Então, eu acho muito importante a criação da SUDER, mas tenho muito medo que a FIERO se aproxime e mate essa Secretaria, essa Superintendência que nós da Assembleia Legislativa criamos, que mate ela, porque pode trazer dúvidas, pairar dúvidas nela, na Superintendência também, como hoje paira nas ações da FIERO de Rondônia. Tanto que é fato, que ontem teve intervenção, ontem que eu digo, num passado muito recente nós tivemos intervenção. Mas na administração anterior também teve denúncias. E assim por diante, denúncias e mais denúncias, e hoje eu estou já de posse de muitas denúncias de favorecimento da FIERO para com alguns dos seus servidores. Mas de toda forma, Deputado Cleiton, esperamos que seja um novo momento e que nós possamos contribuir para a economia do Estado de Rondônia, fomentando a industrialização do nosso Estado.

Obrigado, Deputado Cleiton.

O SR. CLEITON ROQUE – Dando prosseguimento, como eu estava falando, um momento de desafio que todos nós rondonienses temos pela frente. Eu digo que nós temos hoje uma meta de aumentar a produção do pescado, 70% do nosso pescado vai para o Amazonas, é industrializado lá e uma parte volta para cá. Nós temos menos de 5% do peixe que é produzido que é consumido aqui no Estado de Rondônia. Então, assim, é um desafio muito grande de fortalecer essa cadeia produtiva. Da mesma forma a indústria de grãos. A soja está saindo *in natura*, em direção a outros países, tem o desafio de trabalhar a industrialização. O nosso couro, é feita só a primeira etapa dele no Estado de Rondônia, que é a etapa dos danos ambientais, a segunda parte da curtumização dele vai para onde? Goiás, onde começa a agregar valor ao produto, vai para Goiás, São Paulo. Então, são desafios que nós temos pela frente. A indústria calçadista tem, de repente, interesse de vir para cá, mas é necessário que seja construído um portfólio de condições que beneficie essas instituições também. E aí eu vou para outro campo, as instituições rondonienses que compõem todas as classes representativas, o Poder Público, têm que estar fortalecidas, porque onde existe, alguém fala em fazer investimento hoje no Oriente Médio, na Líbia, no Iraque, Afeganistão? Não fala. Fala? Você teria coragem de montar? Não. Você vai aonde tem o quê? Onde se tem a capacidade de gerar, segurança de que você vai investir o seu dinheiro e você não vai ser surpreendido com nenhuma mudança de uma hora para outra de um cenário político, enfim.

Então, é esse momento que eu venho à tribuna, e para enaltecer, eu entendo que problemas, para onde você olhar, você encontra. Para onde você, qualquer pessoa que está aqui dentro hoje, se você for elencar os problemas que cada um tem, vai ter muitos problemas. Agora, a minha vontade, o meu desejo e o meu empenho é encontrar soluções para os principais problemas enfrentados no nosso Estado de Rondônia. Porque o servidor público às vezes bate na porta pedindo um aumento. Tem como você aumentar o salário dos servidores se você aumentar a arrecadação, tem como se você aumentar o seu poder financeiro e orçamentário. Então, eu vejo que existem maneiras de você fortalecer a economia de um Estado e uma delas é o que foi feito pela SUDER, o Superintendente Rubens é uma pessoa que a gente percebe nele um conhecimento da área, uma vontade de contribuir. Todo conselho, as pessoas

que têm assento lá, até que se prove o contrário, fazem jus pela indicação. A nossa Comissão da Indústria e Comércio está requerendo a indicação, dentro do Conselho, de um membro do Parlamento, de um membro da Comissão de Indústria e Comércio para acompanhar as reuniões que acontecem para que tenha de fato um representante naquele Poder.

Sr. Laerte Gomes – Um aparte, Deputado?

O SR. CLEITON ROQUE – Pois não, Deputado.

O Sr. Laerte Gomes – Só para acrescentar ao seu discurso, Deputado Cleiton. Além de solicitar a cadeira para um membro e com direito a voto, aqui do Parlamento e com certeza da Comissão da Indústria e Comércio, nós também precisamos trabalhar para que a AROM indique um Prefeito para fazer parte do CONDER, desse Conselho. Porque quando se dá isenção a qualquer empresa que seja, os municípios também estão contribuindo com isso. Eu acho que nada mais do que justo do que nós trabalharmos em parceria com os Prefeitos para buscar a cadeira da Assembleia e dos Prefeitos dentro do CONDER.

O SR. CLEITON ROQUE – Exatamente, porque 25% do bolo do ICMS é repartido aos municípios, de acordo com a sua contribuição para a formação de todo esse montante do recurso. Vossa Excelência está correto, Deputado Laerte, e é uma reivindicação mais do que justa, e precisa ser acatada. E a legislação que trata sobre a indicação e a formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social seja de fato modificado e atenda não só a esta Casa de Leis como também o representante dos 52 municípios do Estado de Rondônia.

Finalizo, senhor Presidente, registrando, como já disse o Deputado Laerte do evento realizado em Pimenta Bueno, na sexta-feira, onde o Governador do Estado esteve lá acompanhado do Presidente desta Casa, Deputado Maurão de Carvalho, Deputado Laerte Gomes, Deputada Glaucione, Deputado Só Na Bença, Deputado Federal Lúcio Mosquini, estivemos inaugurando a piscina do CENAPE. O CENAPE é o Centro de Atendimento às Pessoas Especiais em Pimenta Bueno, onde é como o CENAPE de Pimenta Bueno, é como se fosse a APAE dos demais municípios. Então, nós agradecemos aqui ao Governador Confúcio Moura por mais um benefício, lá firmamos compromisso de apoio de emendas no orçamento para 2016, tanto eu como o Deputado Só Na Bença, quanto o Deputado Lúcio Mosquini, para ajudar aquela entidade que faz realmente um trabalho muito bonito naquela cidade. Realmente, o atendimento e o serviço prestados lá são de alta qualidade. Eu saúdo, em nome da Presidente da Instituição, a Professora Fátima, e me junto a ela, com esse sentimento de que é possível fazer mais e vamos nos esforçar para fazer mais.

Registro também, senhor Presidente, a assinatura do convênio do Governador do Estado de Rondônia com a Prefeitura de Pimenta Bueno, na ordem de dois milhões novecentos e cinquenta mil reais oriundos de emendas individuais dos Parlamentares desta Casa de Leis, um milhão e duzentos de nossa autoria, oitocentos mil de autoria do Deputado Hermínio Coelho, seiscentos mil de autoria do

Deputado Só Na Bença, trezentos e cinquenta de autoria do Deputado Maurão de Carvalho, vai para fazer recuperação de pavimentação asfáltica, tampar buraco, recapeamento e mini revestimento. Então, a população recebeu essa notícia num momento muito feliz em que nós precisamos nos juntar. Eu perdi a Prefeitura para o Prefeito lá, em 2012, Deputado Jesuíno, por trezentos votos. Algumas pessoas chegaram para mim e falaram: “Cleiton, você não tem que ajudar, não”. Mas deixa eu falar uma coisa, se eu adotar esse comportamento, quem vai perder é o meu povo, é a população que mora lá, a população em geral não suporta mais esse tipo de coisa, as pessoas só virem criticar, falar mal, só apontar os defeitos sem ajudar a apontar as soluções, está errado, isso precisa mudar.

Então, como que eu vou ter cara para olhar a população da minha cidade se eu não conseguir, se eu não tenho uma resposta? E eu tenho feito isso no meu mandato, eu tenho feito isso no meu mandato, procurado apoiar o Prefeito da cidade porque a população que mais precisa não está ligando para a questão de partido, não estão ligadas à disputa de grupo, quer ver é soluções. E eu tenho certeza que esses três milhões, que somados à contrapartida ultrapassam três milhões duzentos e cinquenta, chegam num bom momento para nossa cidade, me junto ali ao Deputado Só Na Bença, ao Prefeito Jean, à Câmara de Vereadores, à sociedade organizada daquele município que realmente precisa de mais recursos para ser investido lá, porque quando chegar ao processo eleitoral, se não estiver junto, Deputado Lebrão, quando chegar, vai dizer o seguinte: ‘Ah, eu fiz isso’. E eu vou dizer: ‘Eu ajudei’. A disputa vai ser aqui em cima, não vai ser aqui embaixo, do quanto pior melhor, que não fez isso, que não fez aquilo. Então, nós temos que mudar esse comportamento. Eu saúdo aqui meu companheiro de luta, Vereador Carlinhos da Ambulância, lá do município do Vale do Anari, batalhador, um grande Vereador naquele município. Tem emenda nossa para atender o Vale do Anari, não é para brigar com o Deputado Ezequiel Júnior, não, viu, Carlinhos, é para ajudar ele lá, mas é para atender Vossa Excelência, que é nosso companheiro e faz um grande trabalho em Vale do Anari.

Senhor Presidente, perdoe-me por ter extrapolado o prazo. Desejo a todos uma excelente tarde. Enfim, muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Obrigado, Deputado. Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças.

Com a palavra, pelo prazo de vinte minutos, com aparte, Sua Excelência o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, quantos inscritos ainda restam?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós temos somente agora Deputado Adelino Follador, logo após a pronúncia do Deputado Jesuíno.

O SR. LAERTE GOMES – Gostaria de me inscrever, gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse depois do Deputado Adelino.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Fique à vontade.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde a todos. Vamos iniciar, quero cumprimentar a todos os Deputados, todos os presentes nesta Casa Legislativa. Hoje é um dia especial, é comemorado o Dia do Soldado, em nome que foi referência ao Luiz Alves de Lima Silva, Duque de Caxias, Oficial do Exército, e com isso, em nome dele, instituiu no dia 25 de agosto, comemora-se o Dia do Soldado, soldado que eu fui também da Polícia Militar, com muito orgulho defendi a instituição policial por cerca de dez anos. E hoje, para mim, é um dia especial, por conta da questão do Parlamento eu não pude comparecer no Comando da Polícia Militar para prestigiar o evento que hoje comemora o Dia do Soldado. Vi o discurso do Deputado Cleiton Roque, muito atento, muito atento mesmo, realmente. Quero dizer, em parte, que comungo com a ideia que o Estado deve crescer, deve realmente, como o senhor disse, Vossa Excelência falou que não adiantar vir aqui só criticar, mas tem que apontar os erros. Realmente, tem que apontar os erros. E aí eu quero tocar numa situação que eu venho, por muitas e muitas vezes, chamando Audiências Públicas para cá, no que tange à questão da regularização fundiária do nosso município e do nosso Estado. E a SUDER foi criada e com isso foi convidada a fazer parte a Doutora Quílvia, pessoa com um respeito, com muito conhecimento, e ela fez por muitas vezes nessas Audiências Públicas, em nome do Estado, acordos aqui. E aí, de uma hora para outra, salvo engano dia 20 de agosto, foi publicada no Diário Oficial a sua exoneração. Eu não estou, eu quero deixar bem claro, o ato é do Executivo, ele pode fazer a qualquer momento, ele que faça, mas ele não tirou só a Doutra Quílvia, ele tirou todo corpo técnico. E agora todos os programas que tinham o *Título Já*, todos os Projetos estão estagnados. Aí eu vou dizer, Deputado Cleiton Roque, como vão ficar essas pessoas? Eu vou dar um exemplo do Bairro Universitário, são cerca de mil pessoas, onde a Doutora Quílvia fez um acordo de entregar um espaço territorial do mesmo tamanho para compensar a pessoa que está alegando que tem a posse. E agora, hoje, o Fortunato, é Fortunato o nome dessa pessoa, um diretor, ele falou que desconhece. Ele desconhece esse acordo, não sabe nem se tem terra. Olha a capacidade e a condição de uma pessoa estar no cargo, ocupando cargo de direção que não tem nem conhecimento da terra. É muita irresponsabilidade por parte do Governo deixar essas pessoas conduzindo uma pasta tão importante que é a questão da Regularização Fundiária. O Deputado Lazineiro está com uma situação dessas também, que é lá do Militão. Eu estou com o Militão, oh, desculpa, eu também faço parte, mas o Presidente que está acompanhando é o Deputado Lazineiro, mas eu estou com o Universitário, Dilma Rousseff, Planalto, Arigolândia, vem a questão ali agora do Bairro Tiradentes, Figura A, que é o Bairro da Arigolândia, a Figura A toda, ainda tem a parte da situação do Bairro Industrial aqui. Como é que vai ficar essa situação? O Governo, então, veio, fez todos os acordos, todas as proposições e agora o povo vai ficar ao deus-dará. Lembrando que aí eu quero fazer uma crítica, o Judiciário tem, é um Poder independente e vai aplicar o que está na Lei. Mas eu quero deixar mais claro ainda, que vou procurar o Judiciário, o Juiz que está com uma sentença transitada e julgada e tem uma outra ação tramitando por parte da Prefeitura Municipal

que ingressou com uma ação com argumentos que é um ato nulo, que não cumpriu dispositivo legal da norma. Então, a doação foi feita de maneira ilegal, mas o posseiro, no caso, a pessoa da posse, conseguiu reverter essa terra das pessoas que se encontravam lá. E o Juiz, ele vai aplicar lá, ele vai determinar a reintegração de posse e quem vai cumprir essa reintegração de posse? A Polícia Militar do Estado de Rondônia. E aí eu vou apresentar, na próxima terça-feira, justificando, hoje, que eu estava também, na minha ausência, eu estava em São Paulo numa reunião da UNALE. Eu sou vice-secretário dos Assuntos Sociais da Secretaria de Segurança Pública lá também. Nós estamos discutindo junto com o Presidente alguns rumos que a UNALE poderá tomar no que tange ao âmbito federal da Segurança Pública. Então, foi discutido isso e nós iremos traçar, em breve, iremos disciplinar quais as medidas serão tomadas.

Então, a nossa Comissão, eu e o Deputado Dr. Neidson, Deputado Léo Moraes e os demais, a gente vai expedir uma recomendação para o Judiciário informando que não tem efetivo, que não tem condições de ir para uma situação dessas, onde as pessoas são diferentes do Dilma Rousseff, o Dilma Rousseff foi lá, foi proposto um lar, um espaço territorial, ou seja, um terreno com uma casa e o valor de quatrocentos reais. Já essas pessoas do Bairro Universitário, o trator vai passar e eles vão ficar na rua. E cadê o princípio constitucional do artigo 2º, a dignidade da pessoa humana? Cadê o Judiciário para resguardar agora essa dignidade? Eles poderiam aplicar o artigo 1.228 do CPP, do Código do Processo Civil, ele poderia desapropriar, mas não faz. Agora, querem trazer para cá esta responsabilidade. Inclusive eu devo falar com o Deputado Presidente Maurão para a gente informar aos Poderes sobre essa situação. Lembrando também que já existe aqui, está em pauta um Veto do Senhor Governador Confúcio Moura pedindo para manutenção do Veto, onde existe ali um espaço que é dado como Portelinha, que é ali dentro do Bairro Nacional, eu fiz uma emenda onde excluiu a questão desse bairro, um pedaço de terra pequeno, onde o Estado de Rondônia está fazendo uma doação para construção de casas para servidores públicos. Mas mesmo assim ele vêm: *'Não, tem que manter o Veto'*. E nós estamos pedindo pela rejeição do Veto. Qual o propósito, Deputado Cleiton, vice-líder do Governo, aqui não é o Deputado Jesuíno que está falando, não, eu estou falando mesmo de um povo, aquelas pessoas estão precisando, já estão lá, já construíram. Aí vem agora o Governo, vem tirar e vai colocar onde? Já temos 300, agora vai colocar mais 200 e assim sucessivamente e com isso vai criando caos, caos, caos. Não, tem que responsabilizar. Eu quero deixar bem claro que até sexta-feira, o Deputado Hermínio já deixou a palavra dele sobre a questão do ingresso na ação judicial da CPI. Eu vou ingressar com ação na CPI, vou resgatar a CPI dos Bebês, se for necessário, vou entrar com Comissões Especiais que não confrontem a questão do nosso Regimento que foi alterado. Chega! Isso aqui é uma questão pessoal. Se o Governador do Estado de Rondônia tem um problema pessoal comigo, que ele venha para uma discussão política pessoal. Mas ali é o povo que está precisando de um espaço, de uma terra. É vergonha para ele que prometeu àquelas pessoas que não ia retirar. Vergonha para ele, que lá no Bairro Universitário ele falou: *"Olha, eu vou resolver a situação de vocês"*. Eu apontei, falei

mais ainda, até emenda, eu e o Deputado Dr. Neidson disponibilizamos lá para a situação do Dilma Rousseff. É muita irresponsabilidade! Não podemos aceitar uma situação dessas calados, não, Deputado. Infelizmente, como diz o Deputado Hermínio aqui, eu ainda acredito no mandato, cada um, são 24 representando o povo de Rondônia, e eu não vou me calar, não, eu não vou me calar! Até porque ficar falando sem dar direção...

O Sr. Cleiton Roque – Um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Vou passar a palavra para o Deputado Cleiton.

O Sr. Cleiton Roque – Eu só quero, Deputado Jesuíno, apartando Vossa Excelência, dizer que Vossa Excelência desempenha um grande mandato nesta Casa, isso aí é consenso de todos os Deputados aqui, que entendem que Vossa Excelência realmente faz um mandato propositivo, enfim, tem as suas particularidades e é natural de cada um de nós. Vossa Excelência citou a questão dessa alteração que vai haver na questão do *Título Já*, da equipe do *Título Já*. Eu, particularmente, tenho um carinho especial pela doutora, não só pela Dra. Quílvia, mas por toda a família dela. Então, assim, não tive oportunidade de conversar com ela o que de fato aconteceu, assim como não tive oportunidade de conversar com o próprio Governador que viajou no começo da semana. O Secretário, a hora que eu estive lá, ele já estava de saída, nós não conversamos sobre isso. Mas eu tenho certeza que aquilo que foi acordado, aquilo que foi encaminhado, porque a pessoa que está investida de um cargo público, quando ela faz um compromisso, naturalmente é um compromisso de Governo. Então, tem que ser dado prosseguimento. Não sei quem será indicado para a área, enfim, isso é uma decisão do Executivo, cabe a ele, de acordo com a sua intenção, de acordo com o conhecimento que tem de cada pessoa com o seu perfil fazer.

Mas quero dizer a Vossa Excelência que, até lhe tranquilizar do ponto de vista assim, os encaminhamentos que foram feitos, eu tenho certeza que tem que ser retomado do ponto que parou, está certo? Porque eu concordo plenamente com Vossa Excelência de que é preciso uma atenção especial nessa questão da regularização fundiária do município de Porto Velho. Eu até quero parabenizar Vossa Excelência, que eu me lembro bem, quando eu estava no período de campanha, das reclamações com relação àquele problema da Figura A. Eu ouvi relato, Deputado Jesuíno, de pessoa que faleceu quando recebeu a notificação da União para pagamento do valor, a pessoa veio a óbito com o choque que teve, não tinha condição de pagar. E Vossa Excelência, junto com outros Parlamentares aqui, no começo do mandato, fizeram uma proposição aqui de uma Audiência Pública que chegou a uma solução.

Então, Deputado Jesuíno, não é nada pessoal, eu tenho certeza disso. E se houver, está errado, está certo? Porque o voto de Vossa Excelência vale o mesmo tanto que o meu, o do Deputado Lebrão, não tem ninguém, não super Deputado aqui, nós somos todos iguais. E eu sei também que às vezes tem problema, como Vossa Excelência estava num evento aqui na sexta-feira, me ligou numa situação, tratava do município,

naquele momento eu estava na Mesa lá em Pimenta Bueno, estava tendo um evento, então não tive condição de lhe atender naquele momento, e eu sei da preocupação que Vossa Excelência tem. Mas eu tenho certeza que não é nada pessoal. E aquilo que estiver ao meu alcance, dentro das minhas possibilidades para lhe ajudar a solucionar parte dos problemas, eu vou estar, porque eu tenho certeza que Vossa Excelência está preocupado, sim, é com as pessoas que estão lá fora, muitas vezes precisando de documento do seu terreno, da sua casa, da sua propriedade. Porque nós sabemos o quanto uma moradia digna interfere no bem-estar de uma família. Muito obrigado pelo aparte, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu que agradeço, Deputado. Prova tanto da preocupação, e eu vou entrar agora no mérito de uma questão que ocorreu uma semana atrás, onde várias pessoas fecharam uma via, a RO-005, eu fui lá, já teve audiência e eles estavam pleiteando a questão do asfaltamento. Fui conversar com os cidadãos que se encontravam lá presentes, falei, conversei com o representante da Maggi, com a Bertolini e com o Diretor do DER, Coronel Caetano, e ele assumiu o compromisso, queria encaminhar uma série de documentações e no sábado às 15 horas ele estaria reunido conosco lá. Senhores, pergunto, nenhum foi lá! Eu fui lá como Deputado, lembrando que eu dei minha palavra que eles abrissem a via que os acordos que foram firmados naquele momento seriam cumpridos. Aí eu quero dizer, Coronel Caetano, o senhor é um oficial da Polícia, o senhor, além de ser oficial da Polícia, hoje é do DER, o senhor deve honrar com a sua palavra. Infelizmente, não sei o que aconteceu, porque tive informações de um cidadão que estava presente, que o Bira, eu não sei se ele é diretor ou o que ele é lá dentro, ele teve ciência dessa reunião, e falou que iria encaminhar o segundo, mas não iria. Então, há falta de respeito com este Parlamentar, não comigo, com a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Então, é dessa forma que eu falo: o Governo trata assim. Infelizmente o Governo trata dessa forma. Quando eu falo o Governo, é o Governo, não estou falando do Governador Confúcio Moura; quando eu falo do Governador, eu falo Governador, eu falo Governo. Governo é uma pasta, é uma série de Secretarias, ele é um ente, mas olha o que acontece. Nós estamos presentes atuando, aquilo que era para ser falado, era para ser discutido, infelizmente não cumpre. Ainda deixa este Parlamentar, que eu fui lá também como Parlamentar, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, eu entendo que eles pediram também a situação da fiscalização da Polícia Militar, dos órgãos de controle estaduais para controlar a velocidade das carretas. Presenciei uma carreta da empresa Skol passando a mais de 100 km/hora na minha frente. Inclusive eu vou até encaminhar um documento para lá, presenciado por todos, uma velocidade totalmente errada, já tem placa lá que o limite é 40 km/hora, passou acima de 100. Para que aquela velocidade? Atropela alguém, mata alguém, irresponsável.

Então, foi isso, esse é o Governo também que eu posso falar que não honra com os compromissos, não honra. Aí me ligaram ontem para justificar. Não tem justificativa, não tem justificativa. Se a pessoa fala que vai, então honre. As pessoas estavam lá, todas esperando uma informação. E eu já falei, eu

não vou me submeter a ir em nome de A, B, C ou D, a decisão é deles. O que eles tomarem agora faz parte, porque chega! Eu vou ficar dando o meu nome, um nome que eu prezo, um nome que eu tenho um princípio de sempre falar 'não, acordo dado é acordado', eu espero sim que o Governo cumpra o que foi falado ali. Tem uma ata, tem uma filmagem, que todas as reuniões que teve aqui, todas as Audiências Públicas que foram feitas aqui foram filmadas. Agora vou fazer diferente, todas Audiências Públicas vão assinar o termo de acordo e compromisso com cláusulas ao final. Não adianta também ficar aqui jogando conversa fora, não, como foi falado, para a gente ficar com a cara de tacho aqui para as pessoas. O povo era para estar aqui presente também para estar fiscalizando, para estar cobrando, mas não faz, infelizmente não faz por descrédito. Fui a São Paulo junto com o Deputado Dr. Neidson, os taxistas, a gente falava lá, perguntava sobre política, se a gente falasse que era político era capaz dele levar a gente lá para levar uma surra. O povo hoje está descrente mesmo com a política, é a verdade. Ninguém quer falar mais nem em político por conta de quê? Do descrédito, do descrédito, querem ação, ação e a situação com solução.

Eu ainda tenho 4 minutos, tem uma matéria aqui de uma isenção de combustível de aeronave e aí tem uma coisa que inclusive eu apresentei um projeto de lei na busca de dar benefício para aquelas pessoas que têm câncer para ir em deslocamento para outro Estado. Mas essas aeronaves que estão pegando aqui incentivos neste projeto de lei, eles vão dar algum benefício para o povo, alguma cadeira? Vai com cento e poucas, cadê, qual é o incentivo que tem para o povo? Quer dizer que o Estado deve abrir mão de incentivo fiscal, as empresas de ônibus podem, inclusive eu quero até depois perguntar para o Deputado, que aqui nós temos o Deputado Airton que pode falar com propriedade se existe, qual o incentivo que o Estado dá para as empresas de ônibus? Ao meu ver nenhum, mas as empresas dão, dão para o militar, dão para as pessoas deficientes, inclusive tem até vaga, agora eu vi num avião, tinham várias vagas abertas, aí eu pergunto, se alguém pedir, e vai ter incentivo, alguma passagem para uma pessoa dessas as empresas vão dar? Não irão.

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado Jesuíno, um aparte, por favor?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não.

O Sr. Airton Gurgacz – As empresas de transporte coletivo são obrigadas por lei dar duas vagas para cidadãos idosos acima de 65 anos e quando estas vagas estiverem completas nos ônibus, tem que dar um desconto de 50% nas passagens, é obrigatório por lei. Se você não fizer isso você é fiscalizado e multado na hora. Também somos obrigados a transportar dois deficientes físicos, e aqui no Estado ainda nós transportamos os PMs em serviço, gratuitamente. Então, isso, tudo bem que nós precisamos também dar incentivo para empresas aéreas para diminuir o ICMS, seria bom que o Governo do Estado também pensasse um pouco nas empresas de ônibus e também ajudasse em dar um incentivo no ICMS ou algum desconto no combustível para que a gente pudesse ser recompensado de

uma certa forma. Porque a responsabilidade de você levar um cidadão dentro de um ônibus quando dá um acidente, a responsabilidade toda é da empresa transportadora. É como você, se está no seu carro, deu um acidente de automóvel, o passageiro que você deu carona, você é o responsável por isso, a lei te obriga a isso.

Então, parabéns por essa atitude de falar sobre isso, eu até nunca tinha pensado nisso. Trabalho na empresa de ônibus lá há quarenta e poucos anos e hoje eu vejo Vossa Excelência falando isso. Os aviões, Deputado Adelino, eles têm 180, 150, 160 lugares, por que não também dar essa ajuda às pessoas menos favorecidas? Porque aí tem uma questão de salário mínimo, tem que ganhar menos que o salário, não pode ser um camarada também que tenha 70 anos e que vá ter essa condição dessa passagem de cortesia que não é cobrada. Então, eu acho que o Governo brasileiro já dá uma isenção de 50% no pagamento do combustível do avião. Quer dizer, a pessoa menos favorecida acaba pagando combustível para o mais bem favorecido, quem viaja de avião geralmente são pessoas que têm mais condição financeira; quem viaja de ônibus são as pessoas que têm menos condição. Então, aí há um desequilíbrio, um desajuste. Eu quero parabenizar Vossa Excelência porque às vezes o avião está indo vazio, mas acho que teria que ter essa lei. Ônibus tem 42 lugares hoje, mas temos que dar duas passagens, temos que dar mais duas para o deficiente físico, temos que dar sempre que os PMs utilizam e ainda, quando chega na rodoviária, as duas passagens estão ocupadas do cidadão idoso, você tem que dar 50% do desconto da passagem. Isso aí é obrigatório, isso é Lei, e não faça para ver. Então, eu quero aqui parabenizar Vossa Excelência por sua fala, pelo seu pronunciamento e dizer que é claro que é uma questão federal, porque as linhas aéreas são de ordem lá do Congresso Nacional, mas é um tema assim palpitante, muito bom de ser questionado, e ajudar o povo brasileiro, quer dizer, a população que mais necessita, as pessoas mais carentes que realmente precisam e não têm condição. Parabéns, Deputado Jesuíno, pela sua fala, a gente faz tudo isso e a gente quer até ver aí, de repente, se o Governo do Estado não ajuda as empresas de ônibus a dar descontos também nessa questão do combustível, de ICMS e de também pagar, de repente, essas passagens para as pessoas que têm mais necessidade financeira de poder usar o transporte coletivo. Obrigado.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado Jesuíno, nosso líder da oposição. Quero parabenizá-lo por ter colocado, voltado a esse ponto, que na hora em que estava o debate era um ponto onde não cabia aparte. E eu posso dizer para Vossa Excelência que eu vou votar contra esse Projeto. Vou votar contra por um simples fato: você não tem como controlar o valor da passagem. Vossa Excelência está corretíssimo. Empresa de avião vai servir para uma classe social que, graças a Deus, nesse país não precisa ter benefício, não tem necessidade de você beneficiar uma empresa que depois você não vai ter controle nenhum sobre a empresa, sobre o preço da passagem e o pobre e o grande público não vão poder andar, esse é o meu pensamento.

Eu acho que esse negócio de dar isenção para que a empresa venha se instalar, e na hora que ela se sentir a bel prazer, ela pega o aviãozinho e vai embora e nós vamos ficar aqui dando as vantagens que... Então, na minha visão, Deputado, eu vou votar contra, eu sou contra esse tipo de benefício. Eu acho que a empresa de ônibus, no caso a Cascavel, ela já faz bastantes benefícios aos seus municípios. Eu acho que é justo você discutir qualquer coisa, desde que também, Deputado Airton, nós também precisamos, queria até conversar, uma hora nós vamos sentar para discutir o Estatuto do Idoso, com relação a 60 ou 65 anos, que eu acho que a gente pode... Aí é outra coisa, aí dá para fazer, é comprovado que o pobre pode andar, que o idoso pode andar, beleza. Agora, dar desconto para empresa de avião que vem se instalar? Ou seja, nós temos que dar tudo para o povo vir para cá ganhar dinheiro nas nossas costas, em cima do povo de Rondônia? Tem que acabar com isso. A empresa pode se instalar, vão andar todos os voos cheios, depois você não controla preço, não tem noção nenhuma de quanto vai pagar. - Ah, não, mas vai pagar tanto. Depois vai aumentar para o tanto que quer e a gente vai ter que pagar e acabou. Então, eu voto contra e parabenizo Vossa Excelência por causa disso. Então, eu já estou dizendo, eu vou votar contra. Obrigado.

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado Jesuíno, só para comunicar, não é só, Deputado Lazinho, são todas as empresas de transporte brasileiro em todo país, em todos os Estados tem essa Lei de transportar. Então, não é só o caso da Eucatur, eu também queria dizer aqui. Agora, aí na questão das empresas do interior, a gente sofre uma pressão para que a gente vote nesse desconto aéreo porque há a ameaça de tirar os voos. Eu deveria ser um combatente aqui porque a empresa aérea concorre conosco, mas eu até vou votar e voto para que seja isento a questão do imposto no interior. Na capital, eles não exigem porque aqui tem concorrência, tem a TAM, tem a GOL, então aqui não se pede desconto. Agora, no interior, como só tem, de repente, a Azul, eles estão pedindo desconto. Mas eu vou votar porque eu entendo também que a população do interior precisa ser atendida. Eu não sei por que, mas a capital também deveria ser atendida da mesma forma, se tem uma Lei para o interior, a capital nossa também precisaria ser. Por que a diferença? A capital não tem desconto e o interior vai ter.

Então, eu voto, a gente mora no interior, o pessoal do interior precisa, mas a questão da tarifa então dos transportes gratuitos, do idoso, do deficiente físico e tal, eu acho que o Governo brasileiro e o Senado deviam fazer lá na Câmara dos Deputados uma Lei também aprovando essa questão aí. Muito obrigado.

O Sr. Laerte Gomes – Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deixa eu só concluir, tem o tempo, o Presidente que...

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Fiquem à vontade. Está liberado.

O Sr. Adelino Follador – Deixa eu falar só um minuto?

O Sr. Laerte Gomes – Abri mão de 20 minutos para fazer esse aparte.

O Sr. Adelino Follador – É só uma observação. O Deputado Lazinho falou aí sobre a questão dos incentivos. Com os incentivos, a questão do interior precisa porque num trajeto, quando é menor, o avião menor também, o trajeto menor, o custo mais alto. Hoje, se a gente for ao Acre comprar uma passagem, que lá tem incentivo, inclusive o Ministério Público questiona aqui, mas lá no Acre tem. Você comprando uma passagem para São Paulo, do Acre é mais barato do que comprar aqui em Rondônia, no mesmo dia, no mesmo horário. Então, se nós tivéssemos condições de ir ao Acre comprar, é mais barato porque lá tem isenção. Então, eu acho que a isenção no interior tem que ter para ter um incentivo para a empresa se manter. Então, a meu ver, o incentivo, Deputado Lazinho, é porque o trecho quanto menor, o custo é maior e quanto o avião é menor, também o custo para a manutenção dessa aeronave para manter ela no trajeto, o custo é maior. Obrigado.

O Sr. Aírton Gurgacz – Mas, viu, Deputado, pelo interior eu acho que nós temos que dar um desconto. Tranquilo, eu também aprovo, eu acho que é necessário, nós precisamos dar um incentivo. Agora, também deveria dar um incentivo também para a capital, não só o interior. Claro que a gente tem necessidade, mas vamos aprovar. Eu sou de acordo que se aprove essa Lei.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Eu sou de acordo, desde que o Estado dê incentivo para o coitado comprar a passagem e poder andar.

O Sr. Laerte Gomes - Nobre Deputado Jesuíno, Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Concedo, Deputado.

O Sr. Laerte Gomes - Deputado Lazinho, com todo respeito a Vossa Excelência, eu estava ouvindo o Deputado Lazinho falar e os nobres colegas falarem, nós estamos falando aqui de algo, Deputado Jesuíno, em dar incentivo fiscal a querosene a aviões, principalmente voos regionais, de algo que já não se arrecada nada, porque hoje as empresas não abastecem em Rondônia. Porque nós temos no Brasil, hoje, Deputado Adelino, 19 Estados mais o Distrito Federal que dão, dão essa isenção, essa diminuição de pauta do querosene, e Rondônia, Rondônia não dá. Então, as aeronaves, ninguém abastece aqui.

Então, o que é que nós perdemos com isso? Os voos aqui no Estado regional. O que é que isso causa, Deputado Luizinho? Um prejuízo ao desenvolvimento do Estado. Qual é o empresário que vem do Sul ou do Sudeste para investir na nossa região, por exemplo, Deputado, aí de Ji-Paraná, que não tem um voo regular? Não tem um voo. Que não tem voo regional. Não tem um voo de Ji-Paraná para Porto Velho, Deputado Lebrão. Qual é o empresário que vem investir? Nós temos que pensar no pequeno, igual eu ouvi aqui, na agricultura familiar, na pessoa simples, Deputado Lazinho, mas temos que pensar no macro, a nossa cabeça não pode ser pequena dessa forma.

Então, Deputado Jesuíno, esse projeto é importante, ninguém está perdendo nada de receita, Deputado Jesuíno, nada, até porque não tem receita. Eu acho que vai aumentar, vai ser pouquinho, mas eu acho que vai aumentar a arrecadação, porque as empresas hoje não abastecem em Rondônia porque não têm a isenção. Então, isso é um fato, nós já tivemos esse projeto, foi declarado inconstitucional, foi criado outro modelo agora, junto com todos os Poderes para a gente aprovar e para voltar esse benefício e, se Deus permitir, nós voltarmos a trazer mais voos para o Estado de Rondônia e, principalmente, eu concordo com o Deputado Aírton, para o interior do Estado, Vilhena, para Cacoal, para Ji-Paraná e principalmente tendo voos mais regulares aqui para a capital.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Para finalizar, Deputado, eu vou finalizar esse tema, porque vai ter discussão, vai ser colocado, vai ter discussão. Mas, Deputado, o que eu e o Deputado Lazinho estamos contestando de incentivo, as Usinas tiveram incentivo e o que trouxeram para Rondônia foi o caos. Eu não estou falando se vai trazer nada, não, trouxeram o caos, estão enriquecendo, estão levando energia e aí vêm outras empresas que estão tendo incentivos, incentivos, vou dar o exemplo da *Friboi*. A *Friboi* teve incentivo, e aí? Aí nós iremos abrir agora para as empresas, não tem o controle... O que está se discutindo aqui é uma forma, nesse projeto de lei de também garantir que dê condições para as pessoas menos favorecidas, também aquele espaço na aeronave, assim como é dado para o transporte, que também tem custo, terrestre. Então, é isso que eu estou falando. Rondônia, só de incentivo, ali nós temos o espaço que era para ter o setor industrial, que inclusive eu vou fazer um levantamento que isso também faz parte também, sou Presidente da Comissão de Municípios, para a gente fazer um levantamento das empresas que tiveram vinte anos, trinta anos, então era isso. Até para não delongar muito não, porque a gente tem várias matérias, eu termino minha fala. Eu agradeço o espaço e muito obrigado a todos.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabenizar o Deputado Jesuíno Boabaid pelo seu pronunciamento, uma matéria muito importante. Encerradas aqui as Comunicações de Lideranças, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário *ad hoc*) – Proceda à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Jackson Abílio de Souza.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Institui e disciplina o Programa de Incentivo à Especialização – PIE no Exercício do Mandato Parlamentar.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Acrescenta dispositivos ao § 11 do art. 29 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, após análise do Plenário, o encaminhamento de cópia deste requerimento ao Líder da Bancada Federal de Rondônia, que visa hipotecar apoio aos Servidores de Carreira do Poder Judiciário da União, na busca de aprovação do Projeto de Lei Complementar 28/2015, rejeitando o veto 26/2015.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA.** Indica à Eletrobras Distribuição Rondônia a necessidade de disponibilizar um técnico eletricista para o distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON.** Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, para fornecer um Curso de Capacitação na área de Operação de Tratores, a ser inserido no distrito de Surpresa, no município de Guajará-Mirim.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia à Eletrobras Distribuição Rondônia, a necessidade de extensão do Linhão da Reserva Extrativista do rio Cautário até o distrito de Surpresa, no município de Guajará-Mirim.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, a necessidade de construção de ponte de concreto sobre o rio São Francisco, na Linha 621, próximo ao km 45, zona rural do município de Governador Jorge Teixeira.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SAULO MOREIRA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade da construção de um refeitório mobiliado na Escola Estadual de Ensino Médio Valdomiro Francisco de Oliveira, localizada no Lote 31, Gleba 02, Linha MP-03, distrito 5º BEC, no município de Machadinho d'Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a necessidade da reforma elétrica para instalação de ar condicionado na Escola de Ensino Fundamental e Médio Marechal Costa e Silva, localizada no distrito de Bom Jesus, no município de Jaru.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia a necessidade de ser molhada diariamente, através de caminhão pipa, a Linha 208 que dá acesso à Usina de Cana e Calcário no município de Rolim de Moura.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de colocação de tubos ou construção de uma galeria na Linha 621, km 45, sobre o rio São Francisco, no município de Governador Jorge Teixeira.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia a necessidade de ser

viabilizada a construção da sede regional do IDARON, instalada no município de Rolim de Moura.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de lotar um médico veterinário no escritório do IDARON, no município de São Miguel do Guaporé.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia a necessidade de que seja enviado a esta Casa de Leis Projeto de Lei nos moldes do Anteprojeto de Lei em anexo.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA.** Indica ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER a necessidade de que seja feita a manutenção (tapa-buraco, encascalhamento e patrolamento) da estrada Linha dos Chacareiros, no distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia que seja criado e instalado o Banco do Povo, no município de Cabixi.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de que seja feito o patrolamento, cascalhamento das estradas vicinais estaduais no município de Cabixi.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER, a necessidade urgente da recuperação com encascalhamento e colocação de galerias na Rodovia 101, localizada no distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO.** Indica a necessidade de aumento do efetivo da Polícia Militar no município de Ouro Preto do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Rio Branco, no município de Campo Novo de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade urgente de recuperação e encascalhamento do Travessão B-20 que liga o distrito de Triunfo ao município de Alto Paraíso.

- **INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE.** Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, através do Departamento de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical no município de Cacoal.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR.** Reitera ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento

de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade da operação tapa-buraco no trecho da BR-364 ao município de Cujubim.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR.** Reitera ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade da operação tapa-buraco na RO-140, no trecho do município de Cacaulândia, até o entroncamento da BR-364.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade da operação tapa-buraco no trecho da BR-364 ao município de Cujubim.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia que interceda junto à Superintendência de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCE, a necessidade de reforma do Estádio de Futebol Luiz Alves Athaide, localizado no município de Pimenta Bueno.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA.** Indica ao Governo do Estado, com cópia à SEPOG, a necessidade de que seja enviado para esta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia Projeto de Lei, nos moldes do Anteprojeto em anexo, que institui o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, com âmbito no Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER a necessidade de asfaltamento da Rua Umuarama, no Bairro Parque São Pedro, no município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER a necessidade de concluir a pavimentação asfáltica da Rua Paranaense, no Bairro Urupá, no município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente a necessidade de asfaltamento da Rua Alba, entre a Av. Imigrantes e a Estrada da PENAL, no Bairro Aponiã, nesta capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de concluir a pavimentação asfáltica da Rua Mineiros, no Bairro Urupá, no município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao DER a necessidade de asfaltamento da Rua Vicente Monteiro, no Bairro Teixeira, nesta capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DOUTOR NEIDSON.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia à Eletrobrás (Distribuição Rondônia) e órgão competente, a necessidade, em disponibilizar um Gerador de Luz com sua respectiva base/

casa para o Posto de Saúde Irmã Maria Salete Stoff, com escopo de atender a toda comunidade residente no Distrito de Surpresa, em Guajará-Mirim/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DOUTOR NEIDSON.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia à Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos – SEARH, a necessidade de estender o Benefício do *Auxílio-Transporte* aos servidores públicos do Estado lotados no município de Guajará-Mirim/RO.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ.** Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene, no dia 31 de agosto de 2015, às 15 horas, em homenagem ao Sport Club Genus de Porto Velho e a Torcida Organizada do Genus.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA.** Requer a realização de Audiência Pública, no dia 29 de outubro de 2015, às 14 horas, na Câmara Municipal de Itapuã d'Oeste, para tratar e debater um assunto referente à falta de conclusão da obra da “Ponte da Integração”, sobre o rio Jamari, que há mais de 10 anos encontra-se paralisada prejudicando agricultores, produtores rurais responsáveis por 80% da produção do município de Itapuã do Oeste.

- **REQUERIMENTO DA DEPUTADA GLAUCIONE.** Requer à Mesa Diretora a concessão Voto de Louvor para o Jornal Tribuna Popular, instalado no município de Cacoal.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO.** Requer Voto de Pesar à família do Vereador Cláudio Lopes de Lima, do município de São Francisco do Guaporé.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Requer a realização de Audiência Pública no dia 01 de outubro de 2015, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre as compensações por serviços ambientais no Estado de Rondônia.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Requer a realização de Audiência Pública no dia 21 de setembro de 2015, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre a Coleta Seletiva de materiais recicláveis no Estado de Rondônia.
Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Lida as Proposições, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Requer a realização de Audiência Pública no dia 21 de setembro de 2015, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre a Coleta Seletiva de materiais recicláveis no Estado de Rondônia.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão e votação única o Requerimento do Deputado Lazinho da Fetagro. Os Deputados

favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer a realização de Audiência Pública no dia 01 de outubro de 2015, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre as compensações por serviços ambientais no Estado de Rondônia.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão única e votação o Requerimento do Deputado Lázinho da Fetagro. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer Voto de Pesar à família do Vereador Cláudio Lopes de Lima, do município de São Francisco do Guaporé.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão única e votação o Requerimento do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA GLAUCIONE. Requer à Mesa concessão Voto de Louvor para o Jornal Tribuna Popular, instalado no município de Cacoal.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Em discussão e votação o Requerimento da Deputada Glaucione. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Requer a realização de Audiência Pública, no dia 29 de outubro de 2015, às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Itapuã do Oeste, para tratar e debater um assunto referente à falta de conclusão da obra da “Ponte da Integração”, sobre o rio Jamari, que há mais de 10 anos encontra-se paralisada, prejudicando agricultores, produtores rurais responsáveis por 80% da produção do município de Itapuã do Oeste.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão e votação única o Requerimento do Deputado Jean Oliveira. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer à

Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene, no dia 31 de agosto de 2015, às 15:00 horas, em homenagem ao Sport Club Genus de Porto Velho e a Torcida Organizada do Genus.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Airton Gurgacz. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário *ad hoc*) – Não há mais matéria a ser deliberada, Senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 26 de agosto, no horário regimental, às 09:00 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 26 minutos)

**51ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 26 de agosto 2015

**Presidência do Sr.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente**

**Secretariado pelos Srs.
LEBRÃO - 1º Secretário
LUIZINHO GOEBEL - Deputado**

(Às 10 horas e 39 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Glaucione (PSDC), Marcelino Tenório (PRP) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 51ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1ª Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 136/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 144. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 12.551.630,73, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 136/15. Falta o parecer da Comissão de Justiça e Finanças e Orçamento. Deputado Adelino, pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 136/2015, autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 12.551.630,73, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

Esse Projeto é de relevância, são várias áreas da Educação. Somos de parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Peço vista do Projeto e encaminhe cópia para o meu gabinete desse Projeto. Vista.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A Deputada Lúcia não ia pedir vista também?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O Deputado Jesuíno pediu. Deputado Maurão, eu só queria colocar o seguinte: o que é que está ocorrendo aqui? O Deputado Jesuíno falou muito bem, pediu para o líder explicar mais detalhadamente o Projeto e o líder não soube explicar nada. A questão do Deputado Jesuíno é, e eu não tiro a razão do Deputado Jesuíno, porque o Governo está patrolando tudo, manda tudo aqui e aprova de qualquer jeito. A questão é exatamente isso, qual é a defesa que o Deputado Jesuíno tem? Ele só tem essa arma. Já que estão patrolando tudo e ninguém discute nada com ele, ele está pedindo vista. Eu acho que não é por aí, Deputado Luizinho.

Essa Secretária de Educação humilha Deputado. A Deputada Lúcia Tereza mesmo é humilhada por essa Secretária. Aí manda Projeto para cá, aprova dessa forma? Ela parece a rainha da Inglaterra, essa Secretária da Educação. Aí, Deputado Maurão, é como eu lhe falei, não é questão de votar contra, Deputado Luizinho, que eu sou contra o Governo mesmo, mas votar esse Projeto, toda vida eu votei a favor. Mas não é dessa forma. Já que vai votar de forma rápida, porque esse negócio de perder dinheiro, isso é conversa fiada, que não vai perder nada. Por que não mandaram o Projeto antes, se a pressa é tanta assim? Mas que justifique melhor e convença para poder não ficar prejudicado o Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já está deferido. Está concedido.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só para justificar, Deputado Maurão, a questão do Deputado Hermínio. Deputado Hermínio, o Projeto é um repasse do Governo Federal para o Governo do Estado. O Governo Federal estabelece que o Governo do Estado não pode mandar Projeto para a Assembleia enquanto não sabe quanto é que o Governo Federal vai repassar. Infelizmente, o Governo Federal encaminhou esse valor há poucos dias, automaticamente o Governo já pediu uma autorização só de abertura de crédito para a Assembleia e é exatamente para pagamento nos convênios que o Governo Federal tem com o Estado para pagamento de Folha e manutenção da estrutura estadual da Educação. Tudo está no Projeto. Mais de 50% do valor é para a Folha.

Agora, uma coisa é eu saber explicar e outra coisa é o cara não querer entender. Pronto, pediu vista, acabou o debate. Deixa a '*jiripoca piar*'.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Quero cópia lá no meu gabinete.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 135/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 143. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 14.045.814,47, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – No Projeto de Lei 135/15 falta o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento. Deputado Adelino para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 135/15, Mensagem 143. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 14.045.814,47, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da

Educação – SEDUC. Nós temos aqui a planilha dos recursos, do remanejamento que está sendo feito. Somos de parecer favorável, desde que, senhor Presidente, desde que eu fui Executivo, eu sei o quanto é importante quando chega um recurso federal e nós temos que usar. Muitas vezes já são compromissos já assumidos, repasses e por isso sou de parecer favorável, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Peço vista também do Projeto e que encaminhe cópia do processo de todo esse Projeto ao meu gabinete, à assessoria pertinente. Peço vista.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está concedido vista. Está deferido.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 155/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 167. Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo tributário nas operações internas com Querosene de Aviação – QAV e Gasolina de Aviação GAV que especifica.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei Nº 155/15. Falta o parecer pela Comissão de Justiça, Transporte e Obras Públicas e Finanças e Orçamentos. Deputado Laerte Gomes para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de autoria do Poder Executivo/Mensagem 167, Projeto de Lei nº 155/15, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo tributário nas operações internas de Querosene de Aviação – QAV e Gasolina de Aviação GAV que se especifica.

Esse Projeto foi um Projeto muito debatido, senhor Presidente, inclusive pauta de uma reunião no Palácio do Governo, onde Vossa Excelência estava presente, eu estive, os representantes dos Poderes. É um Projeto que já esteve aqui nesta Casa no ano anterior e por uma questão de formatação ele foi cancelado e agora foi reenviado. É um Projeto fundamental, importante, principalmente no que diz respeito, Deputado Jesuíno, aos voos regionais. Nós que somos do interior temos sofrido com isso, Deputado Airton que é de Ji-Paraná sabe, os Deputados da região, nós não temos hoje, por exemplo, um voo de Ji-Paraná para Porto Velho. E o que as empresas, e nós temos aqui empresas como a RIMA aqui do Estado, que quer se instalar em Ji-Paraná, que quer colocar o voo e está em Cacoal, Deputada Lúcia, mas precisa dessa redução da alíquota de querosene. Muitos podem perguntar, mas aí o Estado vai perder? Não, o Estado vai ganhar, até porque não arrecada nada hoje. Hoje nós temos, Deputado Lazineiro, dezenove Estados que dão essa isenção, então, as empresas não abastecem em Rondônia. Então, aqui nós vamos aumentar a receita, mas principalmente a questão social de ter os voos regionais, eu acho que é fundamental para o desenvolvimento da região de

Vilhena, para o desenvolvimento da região de Cacoal, da região de Ji-Paraná, futuramente com aeroporto da região de Ariquemes e aqui em Porto Velho também.

Então, eu queria fazer um apelo, eu vou dar o meu parecer, e aqui fala na aviação regional, eu queria dar um apelo, em táxi aéreo, eu queria fazer um apelo, fazer um apelo aqui aos meus colegas Deputados. Deputado Jesuíno, esse Projeto é importante, a sociedade está aguardando isso, principalmente a nossa região, na região central, que seja aprovado isso. Mas vamos ter, Deputado Jesuíno, por esses dias uma vitória da ANAC no aeroporto de Ji-Paraná sobre as empresas que solicitaram voos e nós precisamos desse Projeto aprovado. Eu queria que Vossa Excelência levasse isso em consideração, com carinho, que eu sei que Vossa Excelência é uma pessoa que quer o bem do Estado, quer o bem, principalmente da população do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, antes de ele conceder o voto, até eu respeito muito o Deputado Laerte, todos nesta Casa, mas seria uma incoerência minha também eu não pedir vista ao Projeto. Eu vou fazer o seguinte: como é diferente de remanejamento, é uma questão que eu falo de finanças, Vossa Excelência vai dar o parecer, desculpas, Deputado, vai dar o parecer, eu vou pedir vista aqui em Plenário, vou analisar o Projeto e aí, ao final, eu vejo. Mas eu vou pedir vista aqui no Plenário para analisar, até porque, eu quero deixar... Olha só a situação que acontece, que ontem após a minha fala aqui, eu recebi uma denúncia gravíssima. Qual é a denúncia? TFD, TFD que é transporte dos doentes, Transporte Fora de Domicílio, o Estado paga a última tarifa, tarifa cheia para as empresas aéreas. Ou seja, além de pagar, exemplo, se tiver de pagar dois mil reais, o Estado tem que pagar de dois mil reais. Que incentivo o Estado está tendo nessa forma, cadê o cidadão? Então, é uma incoerência. Ontem, o Deputado Airton falou aqui, eu fiquei pasmo, tem várias questões, são seis vagas e as empresas aéreas vêm aqui e se instalam, faz uma arrecadação e vão embora. Eu tenho uma preocupação, o senhor é do interior como os demais Deputados, mas tem que ter preocupação também com as pessoas que estão sendo prejudicadas. Então, o senhor vai com esse seu voto, vou pedir vista, vou analisar, eu quero que o senhor me explique, posteriormente eu coloco, quem sabe aqui, até o final, a questão da alteração.

O SR. AÉLCIO DA TV – Só uma informação, Deputado, essa matéria já passou pela Comissão de Finanças, não passou? Passou. Foi debatido na nossa Comissão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Passou na CCJ já? Vê aí se já passou na CCJ.

O SR. LAERTE GOMES – Não, não. Na CCJ não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, como é que passou na de Finanças?

O SR. LAERTE GOMES – Não, não passou ainda, não, essa matéria não. Na CCJ passou o Projeto anterior que tinha.

Só, senhor Presidente, para concluir meu voto, Deputado Jesuíno, essa denúncia chegou e eu estou aqui junto com Vossa Excelência para apurar, que eu não me furto a isso, mas esse Projeto é outra questão, é uma questão de nós fazermos a redução da alíquota de querosene para aviação regional. Dizer, senhor Presidente, pela legalidade, pela moralidade.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Laerte...

O SR. LAERTE GOMES – Estou dando meu voto, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não tem nada a ver com as passagens aéreas..

O SR. LAERTE GOMES – Lógico que não, nada a ver.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Agora, a passagem aérea, Deputado Jesuíno, se essa denúncia é uma denúncia grave, nós vamos apurar. Porque o Governo não é obrigado a comprar mais caro, não, ele tem que comprar mais barato, é uma quantidade de compra grande e nós exigimos, como esta Casa aqui, quando nós vamos comprar passagem, nós exigimos, tem que ter preço, porque paga.

O SR. LAERTE GOMES – Enquanto nós não temos aqui esse incentivo, os outros 19 Estados mais o Distrito Federal estão aumentando as suas linhas de voos e nós estamos perdendo, que já tivemos muitas e hoje, infelizmente, estamos quase sem nenhuma linha. Por isso, até porque as passagens são tão caras em Rondônia, por falta de opção. Deputada Lúcia, eu vou levar aí para Vossa Excelência depois, Vossa Excelência tem essa consciência, eu sei que Vossa Excelência tem.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. LÚCIA TEREZA - O que nós estamos aqui discutindo é que ontem esse projeto foi discutido aqui entre todos nós aqui, quando a Deputada Glaucione esteve na tribuna dizendo, até agradecendo ao Governo que tinha mandando esse projeto para cá. Ele foi bem discutido, nós sabemos da importância, nós sabemos os prós e os contra. É isso que eu queria falar para o Deputado que está confundindo que passou pela Comissão.

O SR. LAERTE GOMES – É porque foi discutido ontem, Deputado Edson, está correto.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Realmente, não passou pela Comissão. Mas ele foi bem discutido ontem aqui em Plenário.

O SR. DR. NEIDSON – Questão de Ordem. Só gostaria de pedir ao Deputado Jesuíno que possa encaminhar também essa denúncia à Comissão de Saúde também para que possamos apurar.

O SR. LAERTE GOMES – E a Comissão de Controle e Fiscalização.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, esse projeto, eu entendo que é um projeto que concede incentivo, é um projeto polêmico e realmente seria relevante o pedido de vista. Agora, o Deputado Jesuíno, eu não sei se ele está tendo dúvida, ele disse que trata de remanejamento. Eu acho que a Assembleia, compete a nós fiscalizar. Agora, o excesso de arrecadação, superávit é um recurso que está vindo de convênio. Deputada Lúcia, isso só compete à Secretaria de Planejamento aqui mandar o valor que nós temos que suplementar, não cabe mexer no projeto de suplementação por superávit, que é o caso dos dois projetos. Eu só estou falando isso, Deputado, porque a matéria já passou, mas que Vossa Excelência disse agora que é remanejamento. Não é remanejamento. Aqueles projetos não tratam de remanejamento, que aí sim eu acho que compete a nós aqui fiscalizarmos de onde estaria sendo remanejado esse recurso, que não é o caso. Suplementação só é a Secretaria de Planejamento que pode mandar para cá o valor, quantos milhões, quantos mil e quanto centavos é para suplementar. Então, seria essa a minha colocação. Eu entendi que está tendo um mal-entendido na questão dos outros dois projetos.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, vou concluir o meu voto. Só queria ler o artigo 1º aqui, Deputado Jesuíno, antes de Vossa Excelência, que às vezes Vossa Excelência muda de ideia: “Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivo tributário nas operações internas com Querosene de Aviação – QAV e gasolina de Aviação GAV que especifica, destinados a empresas de serviço de transporte aéreo regional de passageiros e de táxis aéreo regional, estabelecidos no Estado”.

Então, logicamente que é para fomentar os voos regionais no Estado. Então, eu queria que Vossa Excelência levasse isso em consideração. O nosso voto, senhor Presidente, é pela aprovação do projeto, desse projeto importante que a sociedade espera, de Rondônia, por se tratar aqui de um voo, de voos regionais, Deputado Jesuíno, eu acho que é para o bem do Estado. O nosso parecer é pela aprovação.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, Questão de Ordem. Só quero fazer vista agora em Plenário, como eu digo, conhecido o voto do relator, por gentileza, eu quero ver o projeto.

O SR. LAERTE GOMES – Só uma Questão de Ordem, já passo para... Só uma Questão de Ordem. Gostaria que Vossa Excelência, não sei como que é o procedimento, ou suspendesse um pouco até o nobre Deputado Jesuíno...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não, tem outro projeto aí.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Faça a inversão de pauta.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Fazer a inversão de pauta que dá tempo ao Deputado Jesuíno analisar o projeto e se for possível já põe ainda em votação hoje. O outro projeto que o Deputado Jesuíno pediu, ele já pediu para

incluir na pauta, o que ele tinha pedido vista. Não é isso, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Esse projeto, na verdade eu estou buscando e a especialização de vários Deputados aqui, vários Deputados.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. AÉLCIO DA TV – Questão de Ordem. Esse projeto que foi, que está sendo, que o Deputado Jesuíno pegou para avaliar ali, para ele ver, conhecer melhor. Eu só queria fazer um pequeno comentário. Rondônia, nós temos muitos estudantes que estudam na Bolívia, tanto em Cochabamba como em Santa Cruz. E eu tenho uma filha que estuda em Cochabamba, já está no 5º ano e nesses cinco anos que ela está lá, a gente tem lutado, até uma empresa aérea de lá na época esteve aqui, a AEROCON, tentando trazer os voos regionais, Deputado Dr. Neidson, que também estudou em Cochabamba, tentando trazer os voos regionais para fazer Porto Velho, Ji-Paraná, Vilhena e Cuiabá e não conseguiu por causa do custo do combustível. O custo do combustível é assustador, ele pagar o preço que ia custar aqui o combustível para ele era cinco vezes o preço de lá.

Então, por causa desse custo de combustível, essa empresa nem existe mais, agora nós temos, inclusive vai estar aqui agora, esse final de semana, o pessoal da Ecojet, que é outra empresa de lá, tentando trazer esse voo regional, tem uns empresários de Cochabamba vindo para a FIERO aqui, com o pessoal da Federação da Indústria e do Comércio para fazer essa integração e o grande objetivo deles é trazer esse voo regional para atender essa demanda que é tão grande aqui de estudantes que estudam tanto em Cochabamba como em Santa Cruz. E, infelizmente, por causa do combustível, eles não conseguem trazer esse voos para cá, por isso a importância desse projeto para diminuir os custos do combustível para possivelmente conseguir operar também esse voo internacional aí vindo de Cochabamba e Santa Cruz.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Presidente só uma Questão de Ordem? Eu havia pedido lá de baixo. Esse projeto também tem que tramitar na Comissão de Fiscalização e Controle, está dentro da responsabilidade, tem que ser analisado, apreciado na Comissão de Fiscalização e Controle também, também não passou, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Ezequiel, gostaria da sensibilidade de Vossa Excelência, eu sei que Vossa Excelência tem. Isso é importante para nós que somos do interior, é voo regional, ninguém está falando nacional. O Deputado Jesuíno está ali pensando, ele voltando da vista vamos votar esse projeto. Eu tenho votado tantos projetos dos colegas aqui sem discutir, eu acho que é importante.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Presidente, eu acho que esse projeto é muito importante, demorou muito para o Governo mandar e agora mandou. Eu acho que nós temos que aprovar, porque senão as aeronaves vão sair fora do Estado, não vai dar lucro do mesmo jeito, está dando anistia numa coisa que não existe. Então, nós concordamos, só que foi feita uma denúncia aqui do Deputado Jesuíno que... Deputado Maurão, eu gostaria que a Casa, o senhor como Presidente, fizesse um ofício para a Secretaria de Saúde informando se essas passagens estão sendo pagas com a tarifa máxima, porque se for, já fazer de imediato um requerimento verbal, que o senhor fizesse pela Casa, já um ofício para nós apuramos isso, se isso é verdade.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, vamos encaminhar um requerimento agora já pela Casa, encaminhe à assessoria um requerimento para que eles mandem informação sobre a tarifa das passagens, se estão pagando o preço máximo. Então, já fica aqui o encaminhamento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E já também quanto está gastando. Qual o gasto mensal, gasto anual, para ter uma noção do que está sendo, e se está sendo a tarifa máxima, se está sendo na tarifa máxima eu acho que a denúncia do Deputado Jesuíno é muito grave, se é que está acontecendo isso, nós temos que averiguar. Mas esse projeto é um projeto que nós não estamos dando prejuízo para o Estado, não, porque ninguém está abastecendo aqui dentro do Estado. Se você entrar na internet e comprar no mesmo dia, no mesmo horário uma passagem lá no Acre, você compra mais barata do que aqui em Rondônia por causa desse combustível. Então, não estamos perdendo nada, é um projeto interessante que eu acho que nós temos que aprovar. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vou encaminhar o requerimento aqui, todos os Deputados podem assinar o requerimento pedindo o valor da tarifa e a quantidade de passagem que gasta mês.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – E o projeto é importante, gente. Inclusive nós tivemos agora há poucos dias reunião no Ministério Público, que o Tribunal de Contas foi um dos que fizeram a denúncia sobre a isenção, Deputado Lazineiro, das empresas do querosene sobre a isenção e o MP acabou suspendendo, no Brasil todo tem essa isenção, todo o Brasil. Inclusive a Azul, a empresa que fazia Cacoal e Vilhena estava suspendendo porque está com prejuízo de seiscentos mil/mês. E se não tivesse o incentivo que os outros Estados têm, eles iam parar de fazer esse voo. Então, na verdade, só Rondônia que o Tribunal de Contas conseguiu achar isso e aí nós perdemos a nossa empresa de voo que foi levantado essa tese lá pelo Tribunal de Contas e o único Estado que está perdendo é Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o parecer, depois Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Enquanto acontece a votação, Presidente, eu vou fazer a minha questão de ordem aqui. Eu queria dizer que é uma tristeza esse projeto não assegurar, como o anterior assegurava, 4 voos regionais. Infelizmente, ele fica aberto somente para voo regional, sem garantia de que os 4 municípios hoje polos, com aeroporto com grande infraestrutura como Vilhena, Ji-Paraná, Cacoal e Porto Velho, Porto Velho eu acho que nem deveria contar, mas entra como 4 voos regionais. Infelizmente esse projeto não assegura como o anterior assegurava.

E o que eu queria pedir aqui na questão de ordem, Presidente, Vossa Excelência está encaminhando verbalmente o requerimento à SESAU e ontem eu estive aqui com dois requerimentos feitos por minha pessoa, os dois esgotados, um foi reiterado, esgotou novamente o prazo regimental e não chegou documento nenhum dos meus requerimentos. Eu peço, Presidente, que a gente comece a tratar isso com seriedade, eu venho aqui me debruçar a Vossa Excelência, que é o Presidente, é líder desta Casa, para que chame a atenção do Executivo ou senão a gente já vá à esfera jurídica, tomando as posições que a gente tem que tomar, responsabilizando as pessoas por não tratar com seriedade um requerimento aprovado no Plenário desta Casa. Se os meus requerimentos não são aprovados, não é um descontento para a minha pessoa, mas de todos os Parlamentares que apoiaram o meu requerimento. Então, eu peço para que V.Ex.^a seja contundente na cobrança ou que a gente apele para a esfera jurídica, que aí a gente vai ter que responsabilizar o gestor do Estado para o qual foi encaminhado o requerimento.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, questão de ordem sobre a fala do Deputado Jean.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Por isso que eu digo, minha posição aqui, nunca um requerimento meu não foi atendido, todos foram atendidos, Deputado Jean. Então aplica o artigo 66 da Constituição, crime de responsabilidade, pega-lhe o artigo 31, convoca-se esse diretor aqui e pronto, acabou com a história. Eu somo com o requerimento, faça a convocação na sua Comissão, na Comissão de Constituição e Justiça, que essa pessoa que não veio, esse diretor, esse Secretário seja responsabilizado, só assim eles param. Todos meus requerimentos que eu encaminho eu já coloco dispositivos legais, 'sob pena de', então ele já tem ciência, já tem ciência. Então, peço agora, no exato momento, que quem não veio, quem não cumpriu o seu requerimento, que já encaminhe o documento para a Comissão de Constituição e Justiça para a gente encaminhar já e requerer.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Faremos isso, vamos encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça os dois requerimentos, um destinado à SEPOG, os dois à SEPOG, para chamar o Secretário da SEPOG aqui para prestar esclarecimentos, porque requerimento trata de seriedade. Um visa compensação

financeira, o que o Estado já recebeu, isso inclui a SEFIN também, mas sobretudo da SEPOG, e o outro a gente está requerendo como está sendo administrado, como estão sendo gerido os recursos provenientes dos financiamentos, seja do PROINVEST, seja do PIDISE. É de suma importância para o meu trabalho, e acho que de todos os colegas aqui, acompanhar o investimento desse recurso. É o maior recurso que o Estado já contraiu na história dele, quase um bilhão, Deputado Lazineho. Nós não podemos deixar que o Estado comece a aplicar sem nenhum tipo de informação para nós aqui. Porque nós sabemos as demandas do Estado, eu acho que no mínimo a gente tem que ser informado para repassar para aquelas pessoas que nos cobram infraestrutura, que nos cobram melhorias no atendimento público da Secretaria de Segurança, da Educação, da Saúde, enfim, nós somos representantes não só para fiscalizar como também para levar informação para as pessoas, a demanda, a ponta que nos aguarda nos interiores, nos rincões mais distantes daqui da nossa capital.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Deputado, Presidente, após conversar aqui com o nosso grande líder da oposição ao lado do Deputado Jesuíno, Deputado Laerte Gomes, e fazer uma breve análise deste projeto que não é tão complexo assim, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, eu estou abrindo mão desse interstício, dessa passagem do projeto pela Comissão, mas eu quero também pedir esse bom senso com relação ao Projeto 136/2015 e o 135, não se trata de remanejamento, entendeu? O 136, por exemplo, na ordem de doze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e alguns centavos é exatamente para a SEDUC, trata-se de convênio, então não se trata de remanejamento, porque eu sou bem criterioso também quando se fala em remanejamento. A gente tem que ter uma grande responsabilidade quando se fala em votar remanejamento. A gente já poderia também já fazer o pacote e votar esses dois projetos também e resolver esses problemas. Estou abrindo mão, Deputado Laerte.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente Maurão?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Bom, primeiro foi lido aí, no projeto lá fala que é por superávit, remanejando por superávit, aí nem o Governo sabe o que é, rapaz, nem o Governo sabe o que é. É a mesma coisa o que o Deputado Jean estava falando aí, o Governo não respeita esta Casa em nada. Respeita o Deputado Jesuíno porque ele tem medo do Deputado Jesuíno. Aí, para o Deputado Jesuíno ele responde os requerimentos, para Vossa Excelência, Deputado Jean, o Governo não responde. E não é só requerimento, não, é tudo, o Governo não respeita esta Casa em nada. E o projeto aí, Deputado Ezequiel, fala aí no *caput* do projeto que é remanejamento por superávit. Como é que é o negócio, é remanejamento, o que é isso? Aí fica difícil. O que o Deputado Jesuíno está questionando

aqui é exatamente isso. E sem contar o respeito, ela não respeita nem a Deputada Lúcia Tereza, nem por ser uma idosa, não respeita, não atende a Deputada Lúcia. Ela vai a Espigão d'Oeste e não atende ao telefone da Deputada Lúcia Tereza, essa Secretária.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado, sabe o que precisamos aqui? A gente não precisa que Secretário nem Governo tenha medo de Deputado, precisa somente ter respeito naquilo que é atribuição nossa.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É isso que não tem, não tem, Deputado Jean.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Presidente, tem esse projeto do... Aí eu quero deixar bem frisado, o Deputado Laerte veio, eu li todo o projeto, eu li todo o projeto. Eu quero fazer uma ressalva que é o compromisso do Deputado Laerte, porque não tem quantos anos esse benefício vai ficar consagrado aí, Deputado Laerte. Então, eu peço para V.Ex.^a que verifique junto a SEFIN e encaminhe para esta Casa o total, porque ficou em haver aí quantos anos, qual vai ser a questão do limite dessa disposição, no caso desse benefício para eles, para essas empresas. Então, eu peço que fique essa ressalva.

Quanto a essa matéria, eu abro mão da vista porque eu já verifiquei e analisei o projeto, então abro mão da vista nesta matéria, neste projeto, pode tramitar.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Jesuíno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com parecer favorável do eminente Deputado Laerte Gomes...

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu gostaria, o Deputado Ezequiel fez aqui um pedido para o Deputado Jesuíno, não sei se ele prestou atenção...

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, está em votação. Está em votação o projeto.

O SR. EDSON MARTINS – Não está em votação. Está discutindo o projeto. Não está em votação. Inclusive é possível que eu peça vista nesse Projeto, Presidente. Porque esse Projeto eu acho que não está bem claro. Eu acho que teria que amarrar esse Projeto, pelo menos nos principais municípios que seriam Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes.

O SR. LAERTE GOMES - Meu líder, Deputado Edson, deixe eu lhe explicar. Se votasse, que o Deputado Jean que chegou agora, que não acompanhou o debate nem ontem nem hoje, se votasse o Projeto da forma que foi votado no ano passado, Deputado Edson, ele era uma matéria viciada, porque já foi considerado, daquela forma, inconstitucional. O que está tratando aqui é uma matéria do Governo do qual Vossa Excelência faz parte e defende muito bem, é uma matéria que são os voos regionais para atender. Vossa Excelência mora no interior e sabe, meu líder, Deputado Edson, da importância que nós temos esse voo.

O SR. EDSON MARTINS – Mas aí não estão assegurados quais os municípios onde vai ter. Quantos voos que atende as necessidades?

O SR. LAERTE GOMES – Mas nós temos que trazer as empresas porque temos que buscá-las. E aí, Deputado Edson, só para falar para Vossa Excelência, eu tenho feito um esforço aqui para contribuir e nós não podemos amarrar uma coisa na outra. Se isso começar a acontecer aqui...

O SR. EDSON MARTINS – Eu não estou amarrando uma coisa na outra. Eu posso até devolver o Projeto, mas eu quero também analisar. Eu quero pedir vista. Eu quero analisar o projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Presidente, Presidente...

O SR. LAERTE GOMES – Eu só gostaria...

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Só um momento, Deputado Laerte. Questão de Ordem, Presidente. Agora uma situação. O pedido de vista, ele é único.

O SR. EDSON MARTINS – Não...

O SR. JESUÍNO BOABAI D - Calma, calma, me deixa falar. O pedido de vista, Deputado Edson, infelizmente, é precluso, o senhor não tem mais o direito de pedir vista. Por quê? O meu pedido é dado para todos. A partir do momento em que eu entreguei as vista, já superou essa fase de vista, agora o processo tem que ser julgado. Infelizmente o senhor é precluso no direito, é o Regimento que diz. Porque o pedido de vista, quando um pede, é dado de forma simultânea aos vinte e quatro, é isso que consta no Regimento. Não pode agora um pedir vista, o outro abrir mão; um pedir vista, o outro abrir mão. Então, está no Regimento desta Casa e deve ser aplicado. Infelizmente o senhor não tem mais o direito de pegar vista no processo.

O SR. EDSON MARTINS – Deputado Jesuíno, Vossa Excelência não pediu vista desse Projeto. Vossa Excelência pediu vista no Projeto da Educação, esse Projeto Vossa Excelência pediu só para analisar o Projeto, pediu só inversão da pauta.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Eu pedi vista. Eu pedi vista do processo para dar em Plenário.

O SR. EDSON MARTINS – O pedido de vista, Senhor Presidente, está sendo feito por mim. Eu estou apresentando o pedido de vista deste projeto para nós analisarmos. Eu gostaria que fosse considerado pelo Deputado Jesuíno o pedido do Deputado Ezequiel, que pelo menos diga que sim ou que não, que o Deputado Ezequiel disse aqui que não trata de projeto de remanejamento os dois projetos da Educação, trata-se de projeto de suplementação do orçamento por excesso de arrecadação. É projeto, recurso, repasse do Governo Federal inclusive para atender às escolas indígenas. Parte desse projeto que atende vários municípios, é um projeto importante, é um projeto que vai apresentar a semana que vem...

O SR. LAERTE GOMES – Presidente Maurão, Presidente Maurão, cobra o Regimento da Casa e coloca em votação. É só isso que nós pedimos.

O SR. EDSON MARTINS – É um projeto que não tem condições, não é nossa competência alterar a questão de excesso de arrecadação. Ali é o valor de convênio, a Secretaria de Planejamento, eles têm o valor de tantos milhões, tantos reais e tantos centavos, e eles mandam para cá pedindo para suplementar esses recursos e nós temos, ou nesta ou em outra Sessão, simplesmente vamos atrasar a execução desse recurso que é um convênio federal, nós não temos a competência de alterar esses valores da suplementação.

Então, Deputado Jesuíno, é só isso que eu gostaria que Vossa Excelência pudesse analisar o pedido do Deputado Ezequiel Junior, já que é relevante o pedido do Deputado, que pudesse analisar esse projeto e que pudesse também votar nesta Sessão, se Vossa Excelência entender, mas entendo que o pedido de Vossa Excelência é legítimo. Agora, realmente, eu entendi que não tinha pedido de vista ainda. Se ainda há tempo, eu gostaria de pedir.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Senhor Presidente, o pedido de vista é único. Eu pedi vista, inclusive ainda fiz a leitura, conhecido o voto do relator, eu vou pedir vista, mas vou analisar em Plenário, eu falei isso. Pode pedir a degravação agora, todo mundo ouviu a minha fala. Eu pedi vista. Agora não pode, terminou a vista, vem outro Deputado. Inclusive o Deputado Ezequiel Junior pediu vista no mesmo momento, naquele momento nós estávamos juntos com a vista, quarenta e oito horas. Agora a gente pode em quarenta e oito horas devolver o processo, em até quarenta e oito horas. Eu analisei e pronto. Gente, coloca em votação.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Calma, gente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Para acabar com essa discussão, eu vou colocar em votação em Plenário. Os Deputados que queiram que permaneça a vista...

O SR. LAERTE GOMES – Já votou o Parecer, meu chefe.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Permaneça a vista, o pedido de vista. O Deputado Edson...

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Aí não, Presidente. Aí não...

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, questão de ordem...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou colocar em votação.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, questão de ordem, questão de ordem...

O SR. JESUÍNO BOABAI D – O Deputado Edson não tem mais direito, não. Aí está rasgando o Regimento.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, eu vou conceder o pedido de vista...

O SR. LEBRÃO – Presidente, questão de ordem, questão de ordem, questão de ordem... Vossa Excelência não pode

submeter ao Plenário o pedido de vista do Deputado Edson Martins...

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Presidente, o Deputado Edson não tem mais direito, não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu só gostaria...

O SR. LEBRÃO – Só um segundo, me dê o direito à fala. E também não cabe mais o pedido de vista do Deputado Edson Martins porque já tinha entrado em votação, faltava somente os Deputados votarem. Portanto, não é legítimo o pedido de vista. Eu solicito que Vossa Excelência coloque em votação o Projeto. Os Deputados favoráveis vão votar a favor e os contrários vão votar contra.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado vai abrir mão aqui. Eu já conversei com ele, ele vai abrir mão, pelo entendimento...

O SR. EDSON MARTINS – Presidente...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só um minutinho, Deputado Edson. Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu só queria fazer aqui, Presidente, que o senhor prestasse atenção em uma coisa. O pedido de vista do Deputado Edson é nulo, não vale. Nós não temos que reportar ao Plenário uma coisa que não existe. Segundo, não consta no Regimento votar pedido de vista, e terceiro, Vossa Excelência tem que cumprir o Regimento. Bota para votar...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, o Regimento diz que é comum o direito de ele pedir, tem sim. Ele está abrindo mão.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Ele não tem direito de pedir vista, não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Já encerrou. Encerrou. Ele que encerrou o pedido. Ele que encerrou.

O SR. EDSON MARTINS – Está retirado, senhor Presidente, o meu pedido de vista.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Retirado não. Não tem...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não tem que submeter ao Plenário.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, coloca em votação. Já tirou, coloca em votação e acabou.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Que fique registrado que o Deputado Edson não retirou...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está encerrada a discussão. O parecer do relator é favorável. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto 155/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Projeto.

Vai a segunda discussão e votação.

O SR. LEBRÃO - Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Eu estou gostando desta legislatura. É uma legislatura bastante quente e os Deputados estão aí seguindo rigidamente aquilo que o Regimento Interno da Casa nos pede.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 144/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 158. Altera e acrescenta dispositivos à Lei 3.306, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a instituição da Ficha de Controle Sanitário da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia e seus procedimentos e tratamento de suas informações.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 144/15. Falta o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, Agropecuária e Finanças e Orçamento. Deputado Adelino para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Deputado Lebrão, tira, pode retirar o meu Projeto aí que já teve problema até para manter. Pode tirar o meu Projeto, por favor. Pode tirar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Jesuíno retira novamente o Projeto dele.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem 158 do Poder Executivo, Projeto 144/15. Altera e acrescenta dispositivos à Lei 3.306, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a instituição da Ficha de Controle Sanitário da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia e seus procedimentos e tratamento de suas informações.

Esse Projeto já foi discutido na Comissão de Redação e Justiça, já foi, de autoria do Deputado Lazinho, e nós somos de parecer favorável. O próprio Governo, foi acatado o Veto e agora foi... A assessoria está informando, porque ontem foi passado pela Comissão de Redação e Justiça e eu já tinha dado o parecer lá. Mas como não reuniu a Comissão, agora eu estou dando o parecer pelas Comissões pertinentes e não mais só pela Comissão de Redação e Justiça. Esse Projeto é muito importante, de autoria da Comissão de Agricultura, com o Presidente Deputado Lazinho, e é importante para poder colocar o nome também da esposa, quando na questão da Ficha do IDARON.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu ainda não pedi vista. Eu só quero que o Deputado Lazinho explique, deixe bem claro, que eu vi, foi lá em Ji-Paraná que começou essa discussão, explique para todo mundo, fique claro porque esse Projeto é de suma importância, sim, que o Deputado Lazinho, inclusive comungo com essa ideia. Aí é diferente, aí é outra situação. Eu acompanhei toda a situação, o Governo vetou e encaminhou para esta Casa, o Deputado Lazinho teve o compromisso do Estado em encaminhar esse Projeto. Eu quero que o senhor explique para os pares do que se trata.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Só para adicionar essa grande ideia, que eu falo sempre, aos poucos eu acredito que a mulher vai ser valorizada. Aí está a valorização da mulher em partes iguais, tanto no trabalho quanto também nos benefícios que podem ser dados. Eu quero parabenizar, não só porque valorizou a mulher, mas a mulher que trabalha, que anda ombro a ombro com o homem.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Já foi explicado. Na realidade, era um Projeto de Lei que nós havíamos discutido na Comissão, encaminhamos a esta Casa, esta Casa votou unanimemente pela aprovação do Projeto e quando chegou ao Governador a assessoria deu o parecer contrário, dizendo da inconstitucionalidade. Não era. Porém numa conversa posterior com o Governador, ele assumiu o compromisso de encaminhar para nós novamente o Projeto da mesma forma que foi votado da outra vez, sem tirar uma vírgula e agora o Governador está cumprindo e encaminhando para esta Casa. Quero pedir o apoio e agradecer já o Governo do Estado, é para valorizar, é para incluir o nome da esposa junto à ficha do IDARON que é uma pauta das trabalhadoras rurais de todo o Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso. Então ficou bem claro que é apenas para incluir o nome da esposa, então não existe nenhum prejuízo, não era inconstitucional, o Governo mandou. Então, eu peço ao Presidente que coloque em discussão para a gente votar essa matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Porque o Projeto original tinha vício de inconstitucionalidade, então ele mandou, ele concordou, vetou, nós acatamos o veto conforme acordo e agora mandou o Projeto corrigindo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está entendido, Deputado Jesuíno? Esclarecido?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Está esclarecido.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão ainda o parecer do eminente Deputado Adelino Follador. Em votação o relatório do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO, requerendo à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, que seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos 144/15 e 155/15.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente Maurão, eu posso pedir vista do Requerimento do Deputado Lebrão?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o Requerimento do eminente Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias. Está encerrada a Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, o Deputado Jesuíno está analisando aqui e ele está vendo que os dois Projetos são convênios, de repente vota hoje. Vota porque é só convênios, ele mesmo já viu, porque são convênios os dois Projetos. Nós estávamos examinando aqui, o Deputado Jesuíno viu que todos são convênios já firmados, e é repasse do Governo Federal para poder cumprir os convênios.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Como ainda não encerrou a Sessão e Sua Excelência o Deputado Jesuíno Boabaid está solicitando que coloque em tramitação um Projeto de sua autoria, eu peço permissão para fazer a leitura, senhor Presidente.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Institui e Disciplina o Programa de Incentivo à Especialização – PIE no Exercício do Mandato Parlamentar.

O SR. ALEX REDANO – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, só registrar a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Buritis,

Vereador Adriano Confecções, presente no Plenário. Obrigado, Adriano. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado. Solicito ao Deputado Lebrão para emitir o parecer pela Comissão de Justiça e pela Mesa Diretora e Finanças.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu, por mim, não tem nenhum problema, o Deputado Jesuíno que pediu vista, se ele liberar, não tem nenhum problema por mim. Mas eu peço, Deputado Maurão, que no mínimo a Assembleia chame a atenção, através da Presidência, da Mesa Diretora, chamar atenção dessa Secretária de Educação para que respeite os Deputados, principalmente os mais idosos, já que não respeita como Deputado, respeite pela idade.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O registro do vosso pedido, Deputado Hermínio, fica acatado aqui o pedido.

O SR. LEBRÃO – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas. Trata-se do Projeto de Resolução nº 020/15, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, que Institui e Disciplina o Programa de Incentivo à Especialização – PIE no exercício do Mandato Parlamentar. É um Projeto que tem um amparo constitucional, regimental. E o meu parecer é favorável, pela Mesa Diretora e também pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do eminente Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Vai à discussão única O Projeto de Resolução nº 020/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Já teve entendimento aí, Deputado Jesuíno, do Projeto para nós votarmos, colocarmos em pauta?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu e o Deputado, realmente que trata, aí é diferente, era só analisar, realmente tem todos os termos aqui dos convênios, dá para analisar, tem os contratos, caso haja qualquer irregularidade desses milhões do que está sendo encaminhado, que é um convênio da União, aí sim. Eu analisei, realmente não tem nem o que se fazer. Caso haja qualquer irregularidade...

Agora, vou pedir que a assessoria me mande uma cópia desse processo para ficar em minhas mãos para eu acompanhar também a questão dessas movimentações, que são doze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta. Então, eu peço, eu estou abrindo mão agora neste exato momento, que até em 48 horas eu posso abrir mão. Então, eu estou abrindo mão e pode colocar na Ordem do Dia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O líder da oposição está ajudando o Governo, muito bom.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Estou ajudando o Estado, ajudando o Governo não, ajudando o Estado. Sou estadista, o povo.

O SR. EDSON MARTINS – Eu só gostaria, Presidente, de dizer aqui a importância do Deputado Jesuíno, um Deputado que tem uma atuação muito efetiva nesta Casa e um Deputado de fácil entendimento, com certeza, tem um olhar realmente, bastou olhar os projetos e entender, Deputado Jesuíno. Parabéns por estar abrindo mão aí do seu pedido de vista, porque realmente esses projetos interessantes e de certa urgência porque se trata de convênio, o Governo Federal, o recurso que vai entrar para o Estado poder beneficiar a Educação do Estado. Parabéns.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O outro projeto é o Projeto de Lei 135/15, está aqui no código também, execução de convênios com a União. Então, também são verbas oriundas da União para execução de obras. Estão aqui os documentos, George Braga, que também vamos pedir, Deputado Jean Oliveira, que ele venha aqui e no ensejo eu vou indagar sobre esses convênios também. Então, eu estou abrindo mão e me dê encaminhamento desse projeto também para o meu gabinete. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Senhor Presidente, aproveite e coloque para votar rapidinho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vamos apreciar o parecer do Projeto de Lei nº 135/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em votação o Projeto de Lei nº 135/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Projeto. Vai à segunda votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 136/15 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 144. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 12.551.630,73, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei nº 136/15 para apreciar o parecer do relator. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Projeto de Lei nº 136/15, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, senhor Presidente. Eu queria aqui reiterar e agradecer a presença do Vereador do meu partido, Presidente da Câmara de Buritis, meu amigo Adriano, que eu não estou enxergando mais Adriano, você tem que registrar quando chegar ali. Dizer que nós nos sentimos muito honrados com a sua presença aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado aí, Deputado, registrando aí a presença do Vereador, aqui vieram os nomes para ser registrados, mas a maioria já foi registrada pelos colegas Deputados e a gente agradece aí a presença dos colegas, amigos Vereadores aqui prestigiando o nosso Plenário. Eu não consigo enxergar as pessoas daqui, a maioria não estou conseguindo, às vezes estão aí, falam: ‘*Oh, eu estive lá no Plenário e o Presidente não viu*’. Então, é importante que faça o registro e os colegas Deputados que vamos vendo os Vereadores, eles registram a presença de cada um deles que estão nos prestigiando neste Plenário.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa, nos termos do § único do artigo 199, do Regimento Interno, que seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei nº 135/15 e também do Projeto de Lei nº 136/15, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Senhor Presidente, não há mais matérias para serem deliberadas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda registrando aqui a presença do Vereador Juvenil, lá do município de Alto Paraíso. Sinta-se à vontade nesta Casa.

Encerrada a Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Extraordinária a fim de apreciar as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 11 horas e 34 minutos).

**ATA DA 52ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 26 de agosto de 2015

Presidência dos Srs.

**Maurão de Carvalho - Presidente
Edson Martins - 1º Vice-Presidente**

**Secretariados pelo o Sr.
Luizinho Goebel - Deputado**

(Às 11 horas é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airtton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Glaucione (PSDC), Marcelino Tenório (PRP), Rosângela Donadon (PMDB) e Saulo Moreira (PDT),

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 52ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário da Casa, proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Sr. Presidente solicito a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa. Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 135/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 143 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$14.045.814,47, em favor da Unidade Orçamentária, Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei 135/15, já com Parecer, em segunda votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado em segunda votação.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário Ad Hoc) – PROJETO DE LEI 144/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 158 - Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.306, de 19 de dezembro de 2013, que “dispõe sobre a instituição da Ficha de Controle Sanitário da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia, seus procedimentos e tratamento de suas informações”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 144/15, segunda votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 155/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 167 - Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo tributário nas operações internas com Querosene de Aviação – QAV e Gasolina de Aviação – GAV que especifica.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 155/15.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário Ad Hoc) – PROJETO DE LEI 136/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 144 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$12.551.630,73, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 136/15.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Não há mais Matérias, Senhor Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Presidente? Só rapidamente convidar a todos os Deputados e público aqui presente que agora às 2 horas e 30 minutos nós vamos ter uma solenidade de homenagem ao Colégio Barão aqui de Porto Velho que é o Colégio mais velho. E muitas autoridades, muitas pessoas, muitos moradores de Porto velho e do Estado de Rondônia aqui, hoje, já estão com sua idade avançada passaram por esse aí... Então, nós fomos convidados pelo colégio, pela direção e estamos juntos nesta Casa, fazendo essa homenagem a essa grande instituição de ensino que é a primeira do Estado de Rondônia. Inclusive, teve atos importantes, Deputado Jean, que aconteceram em frente ao prédio do colégio desde a sua fundação. Então, eu gostaria de convidar todos os Deputados.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Destacar, Deputado Lazinho, destacar o trabalho que o colégio tem à frente do esporte. A gente sabe que a Escola Barão tinha um dos melhores times de basquete, infelizmente, como todos os desportistas do nosso Estado, não

receberam incentivos e ao longo do tempo veio perdendo esse ânimo e a sua estrutura no time de basquete. Recentemente tratei com o Superintendente de Esportes uma forma de ajudar os esportes aqui no nosso Estado, infelizmente o esporte está sendo deixado de lado. Eu gostaria de deixar frisado que a escola que o Deputado Lazinho está prestando homenagem é uma escola que já foi evidenciada por ter um dos maiores times de basquete do Estado de Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente. Eu quero só aproveitar este momento para convidar o pessoal para convenção municipal, lá em Ariquemes, no Estado todo o Democratas está fazendo convenção esta semana até o dia 30, e no mês que vem nós já temos a convenção regional e depois nós estamos elegendo os delegados para nível nacional. Então, amanhã, lá em Ariquemes, às 17 horas, a convenção dos Democratas, na Câmara Municipal. Hoje, está em Cacaulândia, na região, a maioria dos municípios do Estado de Rondônia, onde não tem a comissão definitiva, nós vamos fazer as novas provisórias, então nós estamos organizando o ano que vem. Para nós é uma satisfação, quem puder estar presente.... Queria justificar também, Deputado Alex, que tem Audiência Pública sábado, mas eu já tinha esse que eu já falei contigo. Eu tinha um compromisso, vou estar no casamento lá em São Paulo, do meu primo, inclusive. E nós já tínhamos feito esse compromisso há tempo. Mas eu vou mandar um representante lá, Deputado Alex. Vai ter um representante lá para nos representar e aquilo que estiver no nosso alcance para resolver esse problema da FIAR lá em Ariquemes, nós estamos à disposição. Nós sabemos que é um problema muito grave, tanto jurídico quanto a questão financeira. Os alunos que estão todos desesperados.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado.

Eu só gostaria de agradecer Vossa Excelência. Sempre, quando não pode estar presente, sempre mandou o representante e eu recebi o convite do encontro dos Democratas. Farei questão de prestigiar Vossa Excelência.

Muito obrigado pela parceria.

O SR. SÓ NA BENÇA – Questão de Ordem, Presidente. Ontem, dia 25 foi o Dia do Soldado. Cadê o Deputado Jesuíno? Eu quero prestar minha homenagem aos bravos guerreiros da Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia e de todo o nosso Brasil, homens e mulheres empenhadas em fazer deste Estado mais seguro e melhor para se viver. Então, quero homenagear todos os soldados, o Exército.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, pela ordem.

Só registrar a presença dos Vereadores de Alta Floresta, Vereador Jarlei, Vereador Edmar Boldt. Registrar a presença do meu companheiro Ricardo, suplente de Vereador. Registrar também a presença dos companheiros.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

Em nome do nosso patrono da Polícia Marechal Cândido Rondon, parabenizar toda a Polícia do nosso Estado.

Presidente, eu queria dizer, Deputado Aécio, que o Edmar Boldt é meu amigo lá do município de Nova Venécia também. Vereador de Alta Floresta que está aqui presente no plenário, foi Presidente da Câmara ali do município. Os venecianos vieram para cá, Deputado Aécio, e grandes figuras políticas assim como o nosso companheiro Deputado Aécio, Vereador Edmar Boldt, que está aqui no plenário.

Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

Eu gostaria, Senhor Presidente, eu respeito à Deputada Lúcia e vou ser bem breve, Deputado Léo. Gostaria, de agradecer ao Deputado Jesuíno e ao Deputado Ezequiel que tiraram a vista do projeto da isenção do querosene. Eu acredito que nós demos um passo importante para realmente regionalizar a aviação no Estado de Rondônia. Precisamos trabalhar agora para atrair empresas, buscar melhorar os nossos aeroportos, que infelizmente o de Ji-Paraná, Deputado Alex, está em condições precárias. Precisamos fazer um trabalho conjunto, Deputada Lúcia, para dar condições a nossa população para que ela tenha condições de usar esse serviço e para que nós possamos ter um serviço constante de voos regionais nas nossas cidades polos, até para buscarmos investimentos, buscarmos empresas que possam vir investir, gerar emprego e renda. Mas eu agradeço a todos os colegas Deputados. Deputado Edson, que também tirou a sua vista aqui, que teria pedido Deputado Edson, Vossa Excelência sabe da importância disso. Nós precisamos defender o nosso Estado, nosso Estado que continua desenvolvendo, continua crescendo. Nós temos que ajudar a dar, Deputado Adelino, mecanismos para que nós possamos atrair mais investimentos para o nosso Estado. Então, eu quero agradecer a todos os colegas que entenderam se sensibilizaram de votar esse Projeto sem tramitar pelas Comissões, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Eu acho importante o Projeto, foi válido. Eu acho que debate, esta Casa é para isso mesmo, não saindo no tapa, o resto tudo vale aqui, e o debate é...

O SR. LAERTE GOMES – E também Presidente, só para concluir, me desculpe a falha.

Gostaria, Deputada Lúcia, de agradecer a Vossa Excelência, o nosso Presidente, o Coordenador da Bancada Federal o Deputado Nilton Capixaba, que esteve na reunião, todos os Presidentes de Poderes, o Governador, que sentaram em uma Mesa redonda e definiram esse Projeto. Então, nós temos também que dar o mérito, o crédito às pessoas que contribuíram junto conosco nesta Casa de Leis para oferecer esses mecanismos, para que nós possamos oferecer, atrair novas empresas para o nosso Estado para fazer novas linhas de voos, Deputado Doutor Neidson.

Obrigado.

O SR. AÉLCIO DA TV – Senhor Presidente, eu queria fazer um pequeno comentário, porque na semana passada, nós, uma Comissão de Deputados, eu, o Deputado Léo Moraes, o Deputado Lebrão e o Deputado Ribamar Araújo, nos deslocamos até Boa Vista, onde fomos participar do Encontro do Parlamento Amazônico, e foi muito produtiva a viagem. Foi muito importante para a integração do Parlamento Amazônico. O Parlamento Amazônico, hoje, conta com os Parlamntos de Tocantins, Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Estado do Acre, são nove Estados, e aproximadamente 250 Parlamentares. E tivemos a participação de Parlamentares de todas essas regiões, discussões sobre temas voltados para a região. Tivemos a presença de vários palestrantes dos Ministérios, como o Secretário Geral de Minas e Energia, enfim, nós tivemos boas palestras. E tivemos grandes debates com relação a problemas. O Estado de Roraima, por exemplo, que foi o anfitrião do Evento, levantou as questões das demarcações de terras na região. Hoje, o Estado de Roraima tem 88% de seu território, são terras indígenas, são Reservas, são Parques, e a população de lá tem sofrido muito. Mas eu quero fazer um comentário rapidinho porque nós tivemos o privilégio também, eu não conhecia a cidade de Boa Vista, tivemos o privilégio, eu e o Deputado Léo, tivemos a oportunidade de circular pela cidade. Boa Vista é uma cidade bem menor do que Porto Velho, bem menor não, uma cidade de aproximadamente de 300.000 habitantes, mas com uma infraestrutura, com uma qualidade de vida de fazer inveja. Quando a gente vê pesquisa, como a pesquisa Exame, que diz que Porto Velho é a pior capital do Brasil, e aí você vai para Roraima que é um Estado pequeno, 450.000 habitantes, você fala: eu não acredito que Roraima seja melhor do que aqui.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Rio Branco também, você vai lá...

O SR. AÉLCIO DA TV – E quando nós chegamos lá, vimos que é de fazer inveja. Realmente ficamos impressionados, é uma cidade limpa, é uma cidade modelo, é uma cidade exemplar. A Prefeita de lá, que não sei nem de que partido é, também não me envolvi nessa questão partidária. É uma Prefeita que está exercendo o seu terceiro mandato, vai para a reeleição, não tem nem concorrente, de tão boa a sua administração. E ao contrário, disse que a Governadora está numa condição muito ruim, mas a Prefeita é amada por todos. A cidade é linda, a cidade é limpa, não tem nenhuma semelhança com Porto Velho. Quando a gente vê aquela cidade pode falar: hoje eu entendo, realmente, porque é que Porto Velho é considerada a pior capital do Brasil, lamentavelmente. Então, eu quero fazer esse registro, e mais uma vez agradecer aos Nobres colegas que estiveram conosco lá, o Deputado Ribamar Araújo, Deputado Léo Moraes, Deputado Lebrão. Porque realmente discutimos temas relevantes, importantes sobre a Amazônia.

Eu tive oportunidade de levantar com o Secretário de Minas e Energia, o Secretário Geral de Minas e Energia, a questão da construção da hidrelétrica de Tabajara, que foi uma preocupação do Deputado Ezequiel. Eu fiz o comentário na minha pergunta para ele, tivemos uma Audiência com mais de 2.000 pessoas participando da Bancada Estadual. Uma presença

maciça lá em Machadinho, que é a cidade mais próxima de onde vai haver o investimento. Ele garantiu que a obra inicia realmente no ano que vem, que faltam poucas licenças para terminar, porque são várias licenças e que está em fase final e, com certeza, o ano que vem a obra vai ser iniciada. Ele disse que o Ministério das Minas e Energia não abre mão daqueles 350 megawatts que serão construídos lá na Usina Hidrelétrica Tabajara. Então, foi bastante proveitosa e eu quero, mais uma vez, agradecer a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia por ter se empenhado em enviar esses representantes aqui do nosso Parlamento para fazer essa integração. Nós assinamos documento, conjunto, entre as 09 Assembleias, representantes de todos esses Estados, enviando para a Presidente da República, enviando para os Ministérios, enfim, coisas importantes. Isso demonstra a integração e principalmente o fortalecimento de uma região tão grande. Nós somos a maior região do Brasil, temos uma população pequena, somos pouco habitados geograficamente, mas temos a área que é, sem dúvida alguma, a área mais cobiçada por todos. E, muitas vezes, as pessoas que estão lá fora estão querendo mandar onde nós que moramos, não temos o privilégio de dar diretrizes, de mandar sobre onde vivemos. Então, essa integração fortalece e nós dissemos lá, 'nós queremos mandar onde vivemos'. Então, por isso a importância, por isso quero fazer esse registro.

O SR. LÉO MORAES – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LÉO MORAES – Na verdade, Deputada Lúcia, quero parabenizar pela colocação do Deputado Aécio da TV que conhece sobre a administração, porém, sobretudo ele conhece a cidade de Porto Velho, assim como boa parte do Estado de Rondônia. Eu já comentei, ontem, a respeito da nossa ida a Boa Vista e que foi realmente renovador em relação as nossas esperanças, a expectativa de ver Porto Velho acontecer. E até esperei o Deputado Jean, que ontem ele fez, contra-arrazoou uma colocação que fiz em relação ao FITHA e dizer para Vossa Excelência que são dados inverídicos que foram repassados aqui por ele, no que diz respeito ao FITHA. Porque o FITHA é um recurso destinado às estradas vicinais, à recuperação das nossas ruas e nós temos 07 mil quilômetros de estradas vicinais aqui no município de Porto Velho. O único município que ainda não conseguiu pegar, isso é, e solicitar, requerer o FITHA, esses milhões de reais destinados a tal investimento, foi o município de Porto Velho, por simples e pura leniência, irresponsabilidade e falta de preparo, através da Secretaria Municipal de Agricultura. Não pegou. Parece que nós estamos muito bem obrigado, com a qualidade e com a saúde financeira, muito boa, com as coisas acontecendo no município de Porto Velho. E não é o que a gente tem visto. Então, eu gostaria de fazer esse esclarecimento dessa pequena distorção. Outra grande distorção, é a questão do asfalto em Porto Velho, quem faz é o Governo do Estado de Rondônia. Quem coloca insumo, Deputado Dr. Neidson, é o Estado de Rondônia. Quem coloca o material humano, quem coloca o maquinário é o governo do

Estado de Rondônia. Quando muito, a Prefeitura faz o quê? Só a drenagem, quando muito, porque são vários bairros que não têm sequer a drenagem. Usina de asfalto também é do Governo do Estado de Rondônia, é uma doação. O Bairro Socialista que foi asfaltado, foi sem drenagem. Então, alto lá, cada qual com seu cada qual, vamos usar a mesma medida para o mesmo peso. Prefeitura Municipal de Porto Velho, se não for a valorosa contribuição do Governo do Estado... sinceramente, nós já estamos entre as três piores cidades do Brasil, acima de 400 mil habitantes, nós seríamos a campeã da omissão, do desleixo e do descuidado. É por isso que reprovamos a atual administração e não tem como pactuar com isso. Quem fala bem é quem não vive aqui e não sofre com os percalços do dia a dia e isso é inadmissível, eu não possa aceitar.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu gostaria de falar para o nosso nobre Deputado Aécio da TV e para o Deputado Léo Moraes, realmente parece que pedimos tão pouco, mas é também, Deputado Aécio, questão cultural, o negócio de limpeza na cidade, que é Prefeito e povo também. Agora, o que nos falta realmente, Deputado Léo, é força política também, porque lá em Boa Vista e aqui no Acre também é uma força muito pujante, principalmente da esfera Federal em trazer benefício. Nós estamos atrasados, nós éramos um Estado que estava à frente em investimentos, do Acre, hoje nós estamos bem para trás. Mas é falta de gestão política, de força política, e principalmente da Bancada Federal. Dizer que o FITHA, o FITHA é um dinheiro que a gente, como Prefeito, a gente, já era dos Prefeitos, já era das Prefeituras. No Governo estadual passado, o que o Ivo Cassol fez? Ele juntou e dividiu de acordo com o número de quilômetros, de quilometragem de cada município, mas é um dinheiro que viria mensal, e fazendo assim se junta. Veja bem, Deputado Aécio, em Espigão d'Oeste o FITHA repassa um milhão e oitocentos. Nós temos 2.100 quilômetros de estrada, o dinheiro que se passa pelo FITHA e que o FITHA é bem fiscalizado e tem que fazer de qualidade, quando não, o menos que tem que se fazer é limpar as laterais, cascalhar, baular e cascalhar. Então, ela é durável, dura um ano, não é só patrolagem, ela é uma recuperação de estrada nível A, classe A. Eu gostaria de dizer que lá em Espigão passa-se mais de um milhão e oitocentos para o município. Agora, também o FITHA não é só para estrada, é também para habitação, portanto, cabe a Porto Velho apresentar, estar adimplente para poder receber todo ano. Espigão do Oeste agora que gastou o dinheiro do FITHA do ano passado, porque esse Governo tem mantido e tem repassado regularmente o dinheiro do FITHA, não quero aqui elogiar porque é obrigação dele porque esse dinheiro já era dos municípios.

O Sr. Adelino Follador – Conceda-me um Aparte, Deputada?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar a senhora por esse pronunciamento e dizer que o FITHA foi criado aqui na época que eu fui Secretário da AROM e o Carlos Magno era o Presidente. Nós copiamos lá do Mato Grosso, do Governador do Mato Grosso e nós corremos aqui para poder aprovar e o Carlos Magno, até não podia se envolver muito porque o município dele quase que perdia, mas só que como ele vem especificamente para estrada, ajuda os municípios muito. Então, é um projeto muito importante.

Quero aproveitar também, Deputada Lúcia, para pedir desculpas a senhora. A senhora pedia para mim uma reivindicação, que os projetos passassem pela Educação, que não passasse e não desse Parecer, mas, como esses dois projetos eram especificamente de convênios federais, então, já conversamos, a senhora está certa, nós temos que discutir na educação, discutir na Redação de Justiça os Projetos. Eu não falto nenhuma reunião porque eu acho que o importante é você discutir lá nas comissões, é melhor do que aqui no plenário. Mas eu quero pedir desculpas, porque hoje eu dei o Parecer em dois Projetos, mais depois acabou votando hoje, eu tenho certeza que nós estamos ajudando a população de Rondônia, e como é um recurso já estava empenhado específico para os convênios. Então, achei que nós deveríamos pedir, mas eu estou pedindo humildemente pedindo desculpas, mas a senhora está certa, sempre que puder discutir nas Comissões, a senhora está certa, eu também concordo.

Obrigado.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Mas é excesso de humildade de Vossa Excelência. Agora, o que Deputado Aécio, o que falta aqui para nós é união, é união, falar a mesma linguagem, lutar pelo mesmo objetivo. O individualismo, eu tenho muito medo desta Casa, começar a plantar um Projeto 'euismo', 'euismo'. Então, eu gostaria também, infelizmente de vir a esta Tribuna, hoje, participar, comunicar, e lógico, reforçar para quem já está sabendo do problema seriíssimo que Rondônia está vivendo. Olha bem como é a falta... ontem, eu não despachei com o Governador, porque ele não estava, não despachei com o Vice-Governador porque também ele não estava, desde antes de ontem. Estamos sem Governador e sem Vice-Governador. Então, eu trago a esta Casa esse problema, porque juntos nós poderemos ou minimizar ou tentar dizer porque estão discriminando tanto Rondônia.

Hoje, nós temos mais de cinquenta caminhões parados, presos em Cuiabá. Eu estou aqui falando de madeireiros, trabalhadores da madeira que são sérios, que tem os caminhões com a essência e com a metragem correta. Então, o que está valendo a fiscalização de Vilhena? Nada, porque chega a Cuiabá, o que está acontecendo? De acordo com o Doutor Jean Marques que é Delegado da SEDAM em Cuiabá. Os fiscais técnicos habilitados em que fiscalizar, medem, e diz esta ok, pode seguir viagem e confirmar que fez em Vilhena. Aí vem Polícia Federal Rodoviária, mede o caminhão com trena, com a carga em cima, o caminhão carregado e aí prendem os caminhões porque passou três metros, dois metros, quatro metros, não levando em consideração nem as vigas de

separação da madeira. E outra coisa, os caminhões estão lá, porque não tem pessoal para descarregar, medir a madeira e carregar ou prender ou deixar a madeira, a madeira que está sendo derrubada lá, está sumindo. Então, é um setor produtivo de Rondônia, já discriminado, estão com grandes dificuldades de atender a demanda que outros Estados pedem, também já está menor os pedidos, porque em outros Estados eu acho que chegou também a recessão. Estão até anulando pedidos de madeiras já serradas. Cada serraria esta demitindo trinta, quarenta, cinquenta, setenta funcionários, em todo o Estado, desde Nova Bandeirante até Espigão do Oeste, Machadinho e Ariquemes, em todo o Estado. E eu estou aqui sem saber para onde vou, eu vim apelar para Vossa Excelências, vamos fazer alguma coisa para seguir o correto, o certo, de madeira de origem, de projeto de manejo, de madeireiros que prima pela legalidade, legalidade, que há poucos, na verdade. Mas esses que estão dentro da legalidade, que ainda tentam trabalhar nesse setor, estão sendo, primeiro, discriminados. Segundo, discriminados e depois jogados ao relento, sem apoio nenhum nosso, principalmente da classe política. Eu conclamo Vossas Excelências, vamos formar uma Comissão, dois, três Deputados, vamos até o Mato Grosso, porque é de lá que tem que resolver o problema. Aqui a gente não tem para onde ir. Porque em todos os setores que eu fui falar... é assim mesmo, é outra lei, é de lá. Então, nós vamos ficar abandonando esse setor tão produtivo e tão sofrido.

(Às 12 horas e 05 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a Presidência ao Senhor Edson Martins)

O Sr. Alex Redano – Um Aparte Deputada.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não.

O Sr. Alex Redano – Parabéns, Vossa Excelência tocou num assunto que é delicado e muito importante. O que está acontecendo Deputada Lúcia Tereza, é uma verdadeira perseguição.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Correto.

O Sr. Alex Redano – Na região de Ariquemes também não é diferente, inclusive quero convidar Vossa Excelência, através do Deputado Ezequiel que fez o convite.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada.

O Sr. Alex Redano – Para participar de uma reunião segunda-feira com madeireiros, alguns madeireiros da região. Mas a ideia, Deputada, que Vossa Excelência deu é excelente, Presidente, Edson Martins, fazer uma comissão, reunir também os madeireiros, reunir, pode ser uma comissão até de 05 Deputados, Deputado Ezequiel, e iremos ao Mato Grosso cobrar das autoridades.

O Presidente Guilherme Maluf, Presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso, é um Parlamentar acessível e

também sensível a essas demandas. Tivemos oportunidade de participar junto com o Deputado Edson Martins de um jantar com ele no Mato Grosso, e debatemos vários assuntos que os dois Estados têm em comum. Eu tenho certeza, Deputada Lúcia, que o Presidente da Assembleia e demais Deputados vão ajudar o Estado irmão que é o nosso Estado de Rondônia.

Parabéns, brilhante iniciativa e eu gostaria de colocar-me à disposição para poder colaborar com essas ideias.

Obrigado.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Que maravilha, Deputado, que bom!

O Sr. Ezequiel Júnior – Um Aparte, Deputada?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não.

O Sr. Ezequiel Júnior – Deputada, além de tudo isso que a senhora e o Deputado Alex Redano, relataram aqui, classifico como perseguição, como uma vergonha, nesse País. Determinados setores parece que são tratados como bandidos, como fora da lei.

A SRA. LÚCIA TEREZA – São mesmo.

O Sr. Ezequiel Júnior – Um setor tão importante, é o segundo, o terceiro setor mais importante da economia do Estado de Rondônia e de toda região Norte. Como o Deputado Alex falou, na região de Machadinho d'Oeste também o descontentamento é muito grande, porque nós estamos ali na fronteira com o Mato Grosso. E os agentes do IBAMA têm feito o quê? Quando tem pego alguma irregularidade com trator ou com caminhão, o que eles estão fazendo? Estão incendiando...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Em Espigão incendiaram também.

O Sr. Ezequiel Júnior – Esses bens que não foram roubados, foram comprados, a custo de muito trabalho, de muito esforço por parte dos empresários da indústria madeireira. Então, eu vejo que nós temos que unir forças. Hoje, já tem uma Comissão Provisória da qual o Presidente é o Deputado Alex Redano, da qual eu sou relator. A senhora está convidada a fazer parte também.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu quero fazer parte também, ser membro dessa Comissão.

O Sr. Ezequiel Júnior – Faça parte dessa Comissão.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada.

O Sr. Ezequiel Júnior – Na segunda-feira, nós vamos ter uma conversa com madeireiros de Ariquemes e de Machadinho, já para reunirmos subsídios e fazemos questões também da participação de representantes da indústria madeireira, alguém que fale pelos madeireiros, além da nossa voz, como Parlamentares, para que nós possamos buscar junto ao Parlamento mato-grossense, a Assembleia Legislativa do Mato

Grosso, uma interlocução, um contato com o IBAMA lá do Estado do Mato Grosso...

A SRA. LÚCIA TEREZA – SEDAM, IBAMA.

O Sr. Ezequiel Júnior – Com a Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso, porque isso não pode continuar acontecendo. É um setor importante que gera milhões de recurso, de imposto todos os meses, que emprega, portanto, esse povo tem que ser respeitado.

Parabéns.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Que maravilha. Graças a Deus.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputada Lúcia, eu quero lhe parabenizar realmente, por estar discutindo um tema tão importante e que tem prejudicado os nossos madeireiros e aqui dois grandes Deputados também que tem sempre trazido essa discussão, tanto o Deputado Ezequiel da região de Machadinho, o Deputado Alex Redano, e eu... acho muito pertinente esta Comissão, e realmente temos que deslocar, ir até o Mato Grosso, porque isso é muito mais grave do que a gente pensa. Além da identificação da essência e de acordo com a conveniência, colocar alguma coisa a mais na metragem dessa madeira. Segundo que me falaram, eles passam a fita e mede, e madeira não pode ser empilhada no total, ela tem que colocar as vigas de separação e eles não vão cubicar isso aí. Vão dizer simplesmente que as pessoas têm alguns metros a mais de madeira e vai meter a caneta. E pior que isso, manda descarregar essa madeira em qualquer lugar, onde essa carga pode ser extraviada, desaparecer. Então, até que me prove o contrário, isso é roubo. Então, eu acho que nós temos que realmente tomar providências, estão sendo prejudicados muito os nossos madeireiros, que gera emprego, gera economia para o nosso Estado. O Leno lá de Nova Dimensão, nós podemos até citar o nome, é madeireiro, uma pessoa que gera emprego ali no Distrito de Nova Dimensão, nos procurou esses dias, Deputado Ezequiel, Deputado Alex, disse que a carga de madeira, ele conseguiu, depois de 05 dias, com mandato de segurança para carregar a madeira, quando foi no local, a madeira havia desaparecido. Então, realmente é muita gente. Eu me coloco à disposição de Vossa Excelência para que possamos realmente ir ao Mato Grosso, se for o caso levar o pessoal aqui da SEDAM, o pessoal do Ministério Público Federal ou quem quer que seja, técnicos para discutir, os madeireiros também representando, para que a gente possa achar uma solução ou um entendimento. Se é Lei, que eles tenham um entendimento na identificação

dessa essência dessa madeira para que venha realmente resolver esse problema de uma vez por todas que realmente tem sido muito grave.

Parabéns.

O Sr. Ezequiel Júnior – A legislação, é uma só.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Ela é federal.

O Sr. Ezequiel Júnior – Por que o IBAMA, a SEDAM em Rondônia interpreta de uma forma e a Secretaria de Meio Ambiente e o IBAMA do Mato Grosso interpreta de outra, ou a própria Polícia Rodoviária Federal? O que é que há de fundo nisso aí? Então, pode ter certeza que os madeireiros do nosso Estado que nos ouvem neste momento ou que vão saber através da imprensa, Deputada Lúcia, que nós não vamos medir esforços para mudar isso aí. Esse povo merece respeito.

A SRA. LÚCIA TEREZA - Que maravilha! Olha, saio daqui, apesar de todas as decepções que temos, saio daqui hoje, volto para Espigão ainda hoje, para dizer que nós não estamos sozinhos. E eu fico muito agradecida ao Deputado Edson Martins, ao Deputado Redano, Deputado Ezequiel, mas nós temos que ser rápidos, sabe por quê? Os caminhões já estão há cinco dias lá, não tem pessoal para descarregar para medir, porque Mato Grosso está numa outra operação em Alta Floresta. Deus sabe quantos dias os caminhões vão... cada dia parado de um caminhão desse, uma semana é mais de setenta mil reais, e hoje não está tão elástico o preço da madeira pra se ganhar tanto dinheiro assim. A coisa, para todo mundo, está muito apertada, e eu peço a Deus que os madeireiros, os empresários do setor da madeira não desanimem. Eles estão confiando em nós. Deputado, eu fico muito feliz, que quero saber que horas é essa reunião, onde vai ser e vamos marcar, Vossa Excelência, já estou nomeando aqui, Presidente, e como Secretário, vamos correndo porque nós não temos... quem é que vai conosco? Se eu busco aqui nos setores competentes eu não tenho, não tive com quem falar. Ninguém ligou para lá para saber. Tentei falar junto com o Presidente da Assembleia, mas todo mundo, cada um para um lado. Que bom que nós estamos já em 04 aqui.

O Sr. Alex Redano – Deputada, vamos nos unir. A união faz a força e nós temos a prerrogativa de Deputado. O órgão, se ele não se manifestar, nós podemos fazer requerimento. Nós podemos usar a nossa força partidária, usar a nossa bancada federal, todos nós ajudamos Senadores, Deputados Federais, então, é a hora, Deputada, de nós cobrarmos a contrapartida. Nós ajudamos, e os Deputados é para isso, para o momento que nós precisarmos da força, da União, da força federal, eles

intervirem. Porque quando os Deputados Federais precisam de alguma coisa do Estado, eles têm...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Mas não fazem nada.

O SR. ALEX REDANO – Eles têm acesso e muitas vezes ainda socorrem a nós Parlamentares estaduais. Então, essa é uma das obrigações da nossa bancada, é socorrer, porque nós não estamos pedindo socorro para nós, nós estamos pedindo socorro para a população de Rondônia.

A SRA. LÚCIA TEREZA - Não quero ser grosseira, mas na hora, para todos que eu liguei, poucos atenderam, são uns covardes, mas na hora das campanhas o setor madeireiro é tripé para ajudar. Eu vou dizer para Vossa Excelência, Deputado, eu quero que isso aconteça semana que vem, se Deus quiser, rapidamente, não vamos nos acovardar porque ainda existem pessoas sérias trabalhando nesse setor. Porque senão todo mundo vai andar na clandestinidade. É a mesma coisa que o desarmamento, você acha que o bandido vai falar que tem arma? É o homem decente que vai lá entregar o seu revólver. É a mesma coisa que você falar que a maioria para crimes, não tem que ter idade quando é crime hediondo, mas parece que querem criar mais cadeia do que escola. No setor madeireiro, eles são discriminados. Tem gente que gosta de ficar com madeireiro quando tem festa, mas tem gente que na hora do pega para capar não quer ficar do lado do madeireiro, não quer apoiar. Eu não sou covarde! Amigo tem defeito, por que todos nós temos, você está entendendo? Eu não sou Deputada de madeireiro, não sou Deputada das mulheres, não sou Deputada dos professores, eu quero ser Deputada para representar a classe que trabalha, que produz, a classe que ainda constrói Rondônia. Por isso eu fiquei muito feliz, porque já somamos aqui 4 ou 5 Deputados para que a gente resolva ou minimize. Tem que nos respeitar. É outra coisa que eu gostaria de dizer aqui, Excelência, que é tão difícil quando até gente do Governo do Estado... tem horas que eu fico pensando, o Governador tem que ser bom, não pode ser bonzinho... telefone funcional, você que é um aliado, mais íntimo do Senhor Governador, leve esse recado. Eu não critico a pessoa, porque eu sei o que é ser humano, eu critico a administração, mas nem telefone funcional eles atendem. Ou você passa por antipática, por antipático, coagindo, criticando, cobrando ou por boba. Então, eu quero agradecer, vou indo embora para o Espigão feliz porque eu não estou sozinha, estou escorada em pessoas sérias, nós ainda temos neste Estado, que são vocês. Muito obrigada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns, Deputada Lúcia. Realmente muito bem posicionada em defesa do madeireiro.

O madeireiro, às vezes, Deputada Lúcia, até pela complexidade do entendimento da nossa legislação, às vezes eles são penalizados. O madeireiro, para vocês terem uma ideia, me procuraram esses dias, foram multados numa balança, carregaram um caminhão lá na mata e chegou na balança, disse que o caminhão estava com excesso de peso. Aí teve que pendurar o caminhão num galho de pau lá na mata e pesar. Para vocês verem a que ponto que chega a perseguição em cima dos nossos madeireiros. Fiz até um compromisso e gostaria de pedir a Vossa Excelência, Deputado Ezequiel, também, que estar aqui, que nós pudéssemos apresentar uma lei ou assumisse o compromisso com eles, de que o madeireiro estaria isento da obrigação de pesar a carga de madeira *in natura* que saísse lá da mata e chegasse na primeira balança nas rodovias estaduais e pesasse... excesso e é multado. E ele precisa ser isento dessa obrigação de pesar. É impossível que o madeireiro saiba o peso da carga dele na saída da mata, porque não tem balança. E as madeiras são diferenciadas, os pesos de uma essência para a outra. Então, realmente nós temos que estar do lado do nosso madeireiro, até porque eles, às vezes estão na ilegalidade não é porque querem, é pela dificuldade de entendimento das leis.

Parabéns, Deputada Lúcia. Que esta Casa, possa, Deputada Lúcia, encaminhar documento e que possamos, realmente, formalizar o mais rápido possível. Eu gostaria de agradecer a presença do Flávio, que é Secretário de Agricultura lá no município de Presidente Médici. Obrigado, Flávio, pela presença. E também o Vereador Valgecir Bernardo Dias, o Branco, e a esposa, a Dália, do município de Urupá. Vereador já de três mandatos, uma liderança. Muito obrigado pela presença de vocês.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, comunico a realização de Sessão Solene, de autoria do Deputado Lazinho da Fetagro, no dia 26 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, hoje, em homenagem à Escola Barão de Solimões, que é uma escola tradicional, a mais antiga aqui da capital. Comunico também a realização de Audiência Pública no dia 27 do corrente, às 09 horas, de autoria do Deputado Léo Moraes, para discutir sobre o passe livre estudantil para a rede de ensino do Estado. Também Audiência Pública no dia 28 do corrente, às 09 horas, de autoria do Deputado Ales Redano, para discutir a situação acadêmica e jurídica da Faculdade FIAR, na Câmara Municipal de Ariquemes. Audiência Pública, também, no dia 31 do corrente, às 15 horas, de autoria do Deputado Airton Gurgacz, em homenagem ao Sport Club Genus. Convoco Sessão Ordinária para o dia 1º de setembro, no horário regimental, ou seja, às 15 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 12 horas e 19 minutos)

ASSESSORIA DA MESA**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, a necessidade do aumento de viaturas no patrulhamento do bairro Nacional, no município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, URGENTEMENTE a necessidade do aumento de viaturas no patrulhamento do bairro Nacional, no município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, é solicitar do Poder Executivo, o aumento do patrulhamento do bairro Nacional, haja vista que o policiamento consiste em fiscalizar e reprimir comportamentos, atividades, regular ou manter a ordem pública, crimes, contravenções, infrações de trânsito e outros, buscando zelar pela segurança da população, é cumprir o que determinado em Lei. Em nível estadual, cabe à Polícia Militar desempenhar a função de polícia ostensiva, juntamente com a de preservação da ordem pública. Tal competência define caráter híbrido de policiamento preventivo-repressivo.

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, a necessidade de atender à solicitação da Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Maria Carmosina Pinheiro, reforma geral na Quadra de Esportes, no município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, URGENTEMENTE a necessidade de atender à solicitação da Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Maria Carmosina Pinheiro, com reforma geral na Quadra de Esportes.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O atual aprendizado escolar está relacionado, entre outros, com a qualidade de vida dos alunos, tanto dentro da

área escolar como fora dele. Podendo concluir, que uma escola que oferece espaço físico estruturado para os alunos, buscar oferecer atendimento adequado que dela necessitam, é educação ideal.

A educação é fator primordial para o futuro e direito de todos, sendo dever do Estado garantir os direitos sociais da sociedade.

Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 205, preceitua a seguinte redação, *in verbis*:

"Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação do trabalho".

Insta salientar, que a educação também é direito de cidadania e de dignidade da pessoa humana e um espaço bem estruturado na escola é sem dúvidas de grande relevância para o corpo docentes e discentes, uma vez que será cenário diário de estudos, discussões, reflexões, convívios sociais e lazer.

Desta forma, cumpre ressaltar que o objetivo central da presente proposição é de atender os aspectos relacionados a estrutura física da escola pública em questão, buscando uma melhoria na qualidade de vida de todos aqueles que necessitam utilizá-la como futuro de uma vida mais digna e melhor.

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 2 de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Divina Taquari, entre as ruas T11 e T10 com Antônio Atanásio, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, URGENTEMENTE a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Divina Taquari entre as Ruas T11 e T10 com Antônio Atanásio, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, é solicitar do Poder Executivo, que junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Divina Taquari entre as Ruas T11 e T10 com Antônio Atanásio, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima

citada, buscando sanas as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização das Obras de Pavimentação Asfáltica, trará mais qualidade de vida a todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade.

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica da rua José Bezerra entre as ruas K4 e Avenida Jorge Teixeira, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art.146, inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, URGENTEMENTE a necessidade de pavimentação asfáltica da rua José Bezerra entre as ruas K4 e Avenida Jorge Teixeira, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica na rua José Bezerra entre as ruas K4 e Avenida Jorge Teixeira, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanas as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização das Obras de Pavimentação Asfáltica, trará mais qualidade de vida a todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade.

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Paranaguá, entre as ruas T15, T16, T17, T18, T19, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art.146, inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, URGENTEMENTE a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Paranaguá, entre

as ruas T15, T16, T17, T18, T19, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Paranaguá, entre as ruas T15, T16, T17, T18, T19, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanas as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização das Obras de Pavimentação Asfáltica, trará mais qualidade de vida a todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade.

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Campo Morão com Mogno, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, URGENTEMENTE a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Campo Morão com Mogno, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Campo Morão com Mogno, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanas as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização das Obras de Pavimentação Asfáltica, trará mais qualidade de vida a todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade.

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, a necessidade do aumento de viaturas no patrulhamento da Zona Sul, no município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, a necessidade do aumento de viaturas no patrulhamento da Zona Sul, no município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, é solicitar do Poder Executivo, o aumento de patrulhamento na zona Sul, haja vista que o policiamento consiste em fiscalizar e reprimir comportamentos, atividades, regular ou manter a ordem pública, crimes, contravenções, infrações de trânsito e outros, buscando zelar pela segurança da população, é cumprir o que determinado em Lei. Em nível estadual, cabe à Polícia Militar desempenhar a função de polícia ostensiva, juntamente com a de preservação da ordem pública. Tal competência define caráter híbrido de policiamento preventivo-repressivo.

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - Requer a Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 11 de setembro de 2015, às 9h, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 153/2015 que "Institui o Regulamento de Execução de Medidas para a Erradicação de Búfalos (*Bubalus bubalis*) e dá outras providências".

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 11 de setembro de 2015, às 9h, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 153/2015 que "Institui o Regulamento de Execução de Medidas para a Erradicação de Búfalos (*Bubalus bubalis*) e dá outras providências".

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O motivo pelo qual estamos propondo essa Audiência Pública é para discutir sobre o Capítulo X - do Controle de Recursos, especificamente sobre os artigos 48,49 e 50, do Projeto de Lei nº 153/2015.

Assim sendo, contamos com o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação de nosso Requerimento.

Plenário das Deliberações, 2 de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao Departamento de Estradas e Rodagem de Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Magno, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental, do art. 188 e art. 146, inciso VII, do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Magno, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Magno, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização das obras de pavimentação asfáltica, trará mais qualidade de vida à todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade.

Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao Departamento de Estradas e Rodagem de Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Ipê entre as Ruas T-17 e K1, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental, do art. 188 e art. 146, inciso VII, do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Ipê, entre as Ruas T-17 e K1, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Ipê, entre as Ruas T-17 e K1, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização das obras de pavimentação asfáltica, trará mais qualidade de vida à todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade. Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1 de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao Departamento de Estradas e Rodagem de Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Campo Grande, entre a Rua T-16, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental, do art. 188 e art. 146, inciso VII, do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Campo Grande, entre a Rua T-16, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Campo Grande, entre a Rua T-16, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização das obras de pavimentação asfáltica, trará mais qualidade de vida à todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade. Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1 de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao Departamento de Estradas e Rodagens de Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica da Avenida Jorge Teixeira com a Rua Divina Taquari, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, do art. 188 e art. 146, inciso VII, do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente a necessidade de pavimentação asfáltica da Avenida Jorge Teixeira com a Rua Divina Taquari, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da Avenida Jorge Teixeira com a Rua Divina Taquari, no bairro Val Paraíso, no município de Ji-Paraná.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima

citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização das obras de pavimentação asfáltica, trará mais qualidade de vida à todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade.

Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda ao órgão competente, a necessidade de recapeamento no retorno da Avenida Jorge Teixeira com Raimundo Cantuária, no município de Porto Velho.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, do art. 188 e art. 146, inciso VII, do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente a necessidade de recapeamento no retorno da Avenida Jorge Teixeira com Raimundo Cantuária, no município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de recapeamento no retorno da Avenida Jorge Teixeira com Raimundo Cantuária, no município de Porto Velho.

A finalidade desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, observando estes princípios que indicamos o recapeamento da Avenida acima citada, buscando sanar as necessidades da população em geral. Instar frisar, que a população em geral são os maiores prejudicados por falta de responsabilidade do Poder Executivo, tendo em vista que o problema supracitado na maioria dos bairros da capital.

Outrossim, o recapeamento na avenida acima citada, faz-se necessária por trafegarem veículos pesados e carros pequenos, em virtude do retorno ser obrigatório, e os buracos no retorno impossibilitam os veículos a trafegarem normalmente, provocando congestionamento nos horários de picos, ocasionando caos no trânsito na Avenida Jorge Teixeira. Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 2 de setembro de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT DO B - Indica ao Poder Executivo, que regularmente o pagamento do serviço extra realizado pelo Policial Militar e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental, do art. 188 e art. 146, inciso VII, do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente que regularmente o pagamento do serviço extra realizado pelo Policial Militar e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que regularmente o serviço extra realizado pelo Policial Militar e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia.

Destarte, que o Comando da Polícia Militar visando assegurar a segurança da população do Estado de Rondônia, contendo a violência e a redução da criminalidade, determinar o deslocamento dos policiais militares para o policiamento ostensivo/preventivo, mediante escalas especiais sem qualquer remuneração extra e, ainda, sobrecarregando e gerando todos os tipos de transtornos administrativos.

Contudo, os policiais militares vê-se na obrigação de continuar trabalhando em condições penosas, adversas e estressantes por várias horas além da jornada normal ou em escalas de serviço extras, sem a devida remuneração, sem ganhar horas extras nem adicional do trabalho noturno, configurando uma situação absolutamente injusta, inaceitável, desprovida de justificativa razoável, em face da violação do direito constitucional e dos direitos humanos dos policiais militares do Estado de Rondônia.

A Constituição Federal no artigo 7º, inciso XVI, prevê o direito aos trabalhadores o direito a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo em cinquenta por cento ao do normal, haja vista que a remuneração percebida visa compensar ao trabalhador os serviços executados além da jornada de trabalho, conforme transcreve *in verbis*:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 2 de setembro de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B -

Indica ao Poder Executivo, que interceda junto à SEDUC, a necessidade de atender à solicitação da Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental José Francisco Santos, reforma de novas pilastras, reforma do saguão com nova cobertura e ampliação, construção de banheiros com acessibilidade à deficiente físico, no município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente a necessidade de atender o pedido da Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental José Francisco Santos, com a construção de novas pilastras, que estão com riscos de cair e reforma do saguão com nova cobertura e ampliação, construção de banheiros com acessibilidade à deficiente físicos.

JUSTIFICATIVA

O atual aprendizado escolar está relacionado, entre outros, com a qualidade de vida dos alunos, tanto dentro da área escolar como fora dele. Podendo concluir, que uma escola que oferece espaço físico estruturado para os alunos, buscar oferecer atendimento adequado que dela necessitam, é educação ideal.

A educação é fator primordial para o futuro e direito de todos, sendo dever do Estado garantir os direitos sociais da sociedade.

Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 205, preceitua a seguinte redação, *in verbis*:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação do trabalho.

Instar salientar, que a educação também é direito de cidadania e de dignidade da pessoa humana e um espaço bem estruturado na escola é sem dúvidas de grande relevância para o corpo de docentes e discentes, uma vez que será cenário diário de estudos, discussões, reflexões, convívios sociais e lazer.

Desta forma, cumpre ressaltar que o objetivo central da presente proposição é de atender os aspectos relacionados a estrutura física da escola pública em questão, buscando uma melhoria na qualidade de vida de todos aqueles que necessitam utilizá-la como futuro de uma vida mais digna e melhor. Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADOS CLEITON ROQUE - PSDB e DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - PSDB -

Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical no valor de 800.00,00 (oitenta mil), visando atender as ruas e avenidas do Município de Rolim de Moura.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical no valor de 800.00,00 (oitenta mil), visando atender as ruas e avenidas do Município de Rolim de Moura.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

Considerando a importância de atender as necessidades de ampliação da sinalização de trânsito, visando buscar a segurança dos moradores que muitas vezes são vítimas de acidentes, tendo em vista a falta de sinalização. Com uma população estimada em 80.00 (oitenta mil) habitantes,

segundo dado do IBGE, a falta de uma sinalização apropriada têm ocasionado transtornos ao Município de Rolim de Moura. A confecção de placas e faixas, assim com o demais sinalizadores, para que a orientação de circulação de veículos e pedestres possa ser inseridos na infra estrutura do município, contemplando a população e o tráfego de veículos, viabilizando a prevenção de acidentes e principalmente a sinalização nas proximidades de escolas e áreas de grande fluxo como bancos, hospitais, igrejas e órgãos públicos, onde a necessidade de inclusão de redutores de velocidade é essencial importância, atendendo assim, a população que solicita ao poder público uma sinalização adequada, tornando viável a organização do trânsito e o tráfego no município.

Com a implementação da sinalização ora requerida, o trânsito em Rolim de Moura, tanto o motorizado quanto o de transeuntes será realizado com segurança, evitando acidentes a até perda de vidas.

Circular em vias públicas bem conservadas, segurança e sinalização é direito do cidadão, cabendo à administração pública o dever de assegurar-lhe esse direito.

Assim, solicitamos aos nobres pares, especial ao pelito, pedindo desde já a sua aprovação em plenário.

Plenário das Deliberações, 26 de agosto de 2015.

Dep. CLEITON ROQUE - PSDB

Dep. Jean Oliveira - PSDB

INDICAÇÃO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – PDT – Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e serviços públicos – DEOSP, a necessidade de realizar operação taba buracos na RO – 010 de Cacoal a Nova Estrela (Antigo Jabuti). O Deputado que o presente subscreve e ouvido o Plenário na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DEOSP, a necessidade de realizar operação Taba Buracos na RO – 010 de Cacoal a Nova Estrela (Antigo Jabuti).

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação tem como objetivo recuperar a malha asfáltica que em decorrência das fortes chuvas o trecho ficou esburacado causando prejuízos aos condutores além, das centenas de famílias que residem na referida área e no setor rural do município, sendo assim, os moradores solicitam com grande urgência operação tapa buracos no local supracitado.

Isto posto, não podemos deixar a RO-010 como encontra-se, é necessário quer seja realizado em trabalho de recuperação e acidentes na estrada.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.

Dep. Airton Gurgaz - PDT

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES – PEN e DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO – PRP – Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de reconstruir a ponte sobre a Rio Jaru ligando o Distrito de Santa Rosa no município de Vale do Paraíso ao Travessão 12, no município de Theobroma/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de reconstruir a ponte sobre a Rio Jaru ligando o Distrito de Santa Rosa no município de Vale do Paraíso ao Travessão 12, no município de Theobroma/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Atualmente não existe acesso a essa Ponte porque foi interrompido devido às más condições na estrutura, no qual oferecia riscos à comunidade em geral que utilizam esse acesso acarretando a estagnação do Distrito de Santa Rosa. Nossa propositura tem a finalidade de atender as reivindicações dos moradores desse Distrito que necessitam se deslocar aos dois municípios, haja vista que utilizando esse trajeto reduzem em aproximadamente 100km de viagem. Diante do exposto, se faz necessário o atendimento desse pleito e fim de garantirmos o direito de ir e vir de todos que necessitam desse acesso, bem como o desenvolvimento local do referido Distrito.

Plenário das Deliberações, 24 de agosto de 2015.

Dep. Laerte Gomes - PEN

Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADA GLAUCIONE – PSDC – Indica ao Poder Executivo de Rondônia, com cópia ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical no Município de São Miguel do Guaporé – RO.

A Parlamentar que o presente subscreve na forma regimental, após ouvido o plenário, indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical no Município de São Miguel do Guaporé – RO.

JUSTIFICATIVA

Considerando a importância de atender as necessidades de recuperação da sinalização de trânsito vertical e horizontal, especialmente nas proximidades de escolas e áreas de grande fluxo como banco, hospitais, igrejas e órgãos públicos, onde a necessidade e inclusão de redutores de velocidade (tartarugas ou lombadas) é de essencial importância por conta do trânsito e da necessidade de se possibilitar ao usuário (pedestre). Como é sabido, os técnicos do DETRAN já elaboraram estudo com respectivo relatório sobre as necessidades de sinalização no município.

Diante do exposto, apresentamos a indicação supra, para qual contamos com a colaboração dos nobres pares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 1º de Setembro de 2015.

Dep. Glaucione Maria Rodrigues - PSDC

INDICAÇÃO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – PDT – Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC a necessidade

de construir uma quadra poliesportiva na Escola Estadual de Ensino Fundamental Silvio Micheluzzi, município de Ji-Paraná. O Deputado que o presente subscreve e ouvido o Plenário na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia e a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC a necessidade de construir uma quadra poliesportiva na Escola Estadual de Ensino Fundamental Silvio Micheluzzi, município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

A escola Silvio Macheluzzi atende cerca de 322 alunos, está localizada na zona urbana periférica de comunidade bastante carente.

A presente indicação visa atender os anseios dos alunos e professores em ter uma área apropriada para as práticas desportivas, bem como a realização de eventos culturais e esportivos, ajudando a consolidação das atividades de educação em tempo integral.

Valorizar o esporte torna-se um importante incentivo na formação de futuros cidadãos de bem na medida que proporciona a obtenção de uma vida mais saudável, incentiva os adolescentes a ficarem longe das drogas, da criminalidade e do sedentarismo.

Nossa proposição visa a inclusão, não só dos estudantes ou atletas, mas também de toda a comunidade a terem uma vida saudável.

Certo que essa proposição mereça total acolhida, contamos com a opinião dos nobres pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 2 de setembro de 2015.
Dep. Airton Gurgaz - PDT

INDICAÇÃO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA – PSDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical no valor de 300.000,00 (trezentos mil reais), visando atender as ruas e avenidas do Município de Santa Luiza D' Oeste.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical no valor de 300.000,00 (trezentos mil reais), visando atender as ruas e avenidas do Município de Santa Luiza D' Oeste.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Considerando a importância de atender as necessidades de ampliação da sinalização de trânsito, visando buscar a segurança dos moradores que muitas vezes são vítimas de acidentes, tendo em vista a falta de sinalização. Com uma população estimada em 20.000 (vinte mil) habitantes, segundo dado do IBGE, a falta de uma sinalização apropriada tem ocasionado transtornos ao município de Santa Luiza D' Oeste. A confecção de placas e faixas, assim como os demais sinalizadores, para que a orientação de circulação de veículos e pedestres possa ser inseridos na infraestrutura do município, contemplando a população e o tráfego de veículos, viabilizando

a prevenção de acidentes e principalmente a sinalização nas proximidades de escolas e áreas de grande fluxo como bancos, hospitais, igrejas e órgãos públicos, onde a necessidade de inclusão de redutores de velocidade é essencial importância, atendendo assim, a população que solicita ao poder público uma sinalização adequada, tornando viável a organização do trânsito e o tráfego no município.

Com a implementação da sinalização ora requerida, o trânsito em Santa Luiza D' Oeste, tanto o motorizado quanto o de transeuntes será realizado com segurança, evitando acidentes e até perda de vidas.

Ante o exposto, peço apoio dos nobres pares para aprovação desta indicação

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jean Oliveira - PSDB

INDICAÇÃO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA – PSDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical no valor de 500.000,00 (quinhentos mil reais), visando atender as ruas e avenidas do Município de Alta Floresta do Oeste.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical no valor de 500.000,00 (quinhentos mil reais), visando atender as ruas e avenidas do Município de Alta Floresta do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Considerando a importância de atender as necessidades de ampliação da sinalização de trânsito, visando buscar a segurança dos moradores que muitas vezes são vítimas de acidentes, tendo em vista a falta de sinalização. Com uma população estimada em 25.652 (vinte e cinco mil e seiscentos e cinquenta e dois) habitantes, segundo dado do IBGE, a falta de uma sinalização apropriada tem ocasionado transtornos ao município de Alta Floresta do Oeste.

A confecção de placas e faixas, assim como os demais sinalizadores, para que a orientação de circulação de veículos e pedestres possa ser inseridos na infraestrutura do município, contemplando a população e o tráfego de veículos, viabilizando a prevenção de acidentes e principalmente a sinalização nas proximidades de escolas e áreas de grande fluxo como bancos, hospitais, igrejas e órgãos públicos, onde a necessidade de inclusão de redutores de velocidade é essencial importância, atendendo assim, a população que solicita ao poder público uma sinalização adequada, tornando viável a organização do trânsito e o tráfego no município.

Com a implementação da sinalização ora requerida, o trânsito em Alta Floresta do Oeste, tanto o motorizado quanto o de transeuntes será realizado com segurança, evitando acidentes e até perda de vidas.

Ante o exposto, peço apoio dos nobres pares para aprovação desta indicação

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015.
Dep. Jean Oliveira - PSD

INDICAÇÃO DEPUTADO EDSON MARTIN - PMDB - Indica ao Governo do Estado de Rondônia a necessidade urgente de dotar a 1ª Companhia Independente de Policiamento Ostensivo de Jarú com 2 (dois) aparelhos decibelímetro e 3 (três) Etilômetros, bem como a Delegacia Regional de Jarú com 1 (um) aparelho decibelímetro e 1 (um) Etilômetro.

O Parlamentar que abaixo subscreve, na forma regimental, requer seja a presente indicação encaminhada ao excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia solicitando do mesmo a tomada de medida urgente no sentido de dotar 1ª Companhia Independente de Policiamento Ostensivo de Jarú com 2 (dois) aparelhos decibelímetro e 3 (três) Etilômetros, bem como a Delegacia Regional de Jarú com 1 (um) aparelho decibelímetro e 1 (um) Etilômetro.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Este Parlamentar atuante e que desenvolve suas ações em todo Estado de Rondônia tomou conhecimento por meio da Recomendação nº 004/2015, oriunda da 3ª Promotoria de Justiça de Jarú que, a 1ª Companhia Independente de Policiamento Ostensivo bem como a Delegacia de Polícia de Jarú vem sofrendo transtornos pela ausência de equipamentos adequados a comprovação da materialidade das informações penais ambientais, de trânsito e de perturbação ao sossego. A falta de aparelhos decibelímetro e Etilômetro nas referidas instituições acarreta em não coleta de prova técnica para comprovação de crime e infração administrativa de trânsito cometida por condutor veicular sob efeito de substância etílica, e também na comprovação de crime ambiental de poluição sonora. Ainda como consequência ainda mais gravosa, pela falta dos aparelhos já acima descritos, é o fato que apesar das polícias civil e militar agirem e levarem os infratores a responder perante o Poder Judiciário, acaba o Ministério Público Autor da Ação Criminal Impossibilitado de concretizar todo o trabalho desenvolvido pelas polícias no sentido de responsabilizar os infratores e criminosos. O prejuízo à sociedade rondoniense é tão grande, pois, após toda a mobilização da máquina pública com os inúmeros processos que envolvem os delitos de embriaguez ao volante, perturbação ao sossego, poluição sonora acabam se encerrando com a absolvição dos infratores e criminosos por falta de prova material. A prova material existiria e seria facilmente produzida de as instituições de policiamento ostensivo e judiciário tivessem em seu poder os aparelhos decibelímetro e etilômetro.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de aprovar a presente indicação, sendo a mesma encaminhada ao Governador do estado de Rondônia para que o mesmo sensibilizado com a necessidade urgente de segurança pública a que o povo de Rondônia tem direito, tome medidas para dotar a 1ª Companhia Independente de Policiamento Ostensivo e a Delegacia de Polícia Civil de Jarú com aparelhos decibelímetro e etilômetro.

Plenário das Deliberações, em 1 de setembro de 2015
Dep. Edson Martins – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO – SD - Indica ao Poder Executivo Estadual junto a SEJUCEL, a necessidade de elaborar Projeto de Lei de concessão de incentivos fiscais à cultura e ao esporte.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica ao Poder Executivo Estadual junto a SEJUCEL, a necessidade de elaborar

Projeto de Lei de concessão de incentivos fiscais à cultura e ao esporte.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Esta propositura se faz necessária a fim de fomentar o crescimento e maximizar o desenvolvimento da nossa cultura local, simultaneamente ao esporte. É de ciência que nossa Rondônia é um verdadeiro caldeirão cultural, sujo a composição se dá por elementos oriundos da época da exploração dos nossos seringais paralelo a construção da Ferrovia Madeira Mamoré.

Nosso Território, outrora denominado Vale do Guaporé, contou com a presença da força operacional de vários locais do Brasil inclusive de outras nações. Esta soma de conhecimento e dogmas de outros países foi mesclado através dos anos, até que hoje presenciamos um novo modelo cultural, que infelizmente ora se encontra desfavorecido. A presente indicação visa providenciar a promoção de acesso aos bens culturais da criação, pesquisa e produção artística, estímulo e desenvolvimento das ações culturais do Estado, incentivar à formação de plateia e valorização das ações apresentadas no âmbito artístico.

O esporte em nosso Estado não é incentivado de forma eficaz, haja vista a existência de campeonatos e eventos esportivos, mas que por falta de incentivos e fomentos estatais passa a se encontrar em decadência. Essa infelicidade pode ser sanada em parceria ao Governo e seus respectivos estes, parceria esta que resultará na realização de sonhos e criará expectativa ao nossa juventude. Esta indicação sugere ao Governo do Estado que crie um PL específico desta natureza que verse sobre as empresas e cooperativas já instaladas e que vierem a se instalar, em implantação, em ampliação ou em modernização, inseridas em atividades industriais, agroindustriais, industrial agroflorestal, industrial florestal, industrial extrativa vegetal e indústria turística, que a estes será concedido incentivo tributário na modalidade de financiamento direto a contribuinte.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015
Dep. Alex Redano – SD

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DEPUTADO ALEX REDANO - SD - Altera os artigos 204 e 208, da Constituição Estadual para instituir o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA, nos termos do § 3º do art. 38, da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 204 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 204 O Sistema Estadual de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre a União, os entes da Federação, os municípios do Estado de Rondônia e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.”

§ 1º O Sistema Estadual de Cultura fundamenta-se na política estadual de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no plano estadual de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

- I – diversidade das expressões culturais;*
- II – universalização do acesso aos bens e serviços culturais;*
- III – fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;*
- IV – cooperação entre os entes federados, os municípios, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural*
- V – integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;*
- VI – complementaridade nos papéis dos agentes culturais;*
- VII – transversalidade das políticas culturais*
- VIII – autonomia dos entes federados, dos municípios e das instituições da sociedade civil;*
- IX – transparência e compartilhamento das formações;*
- X – democratização dos processos decisórios com participação e controle social;*
- XI – descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;*
- XII – ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.*

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Estadual de Cultura:

- I – órgão gestor da cultura;*
- II – conselho Estadual de política cultural;*
- III – conferência Estadual de cultura;*
- IV – comissões intergestores;*
- V – planos de cultura;*
- VI – sistemas de financiamento à cultura;*
- VII – sistemas de informações e indicadores culturais;*
- VIII – programas de formação na área da cultura; e*
- IX – sistemas setoriais de cultura.*

§ 3º Lei Estadual disporá sobre a regulamentação do Sistema Estadual de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas ou políticas setoriais de governo.

§ 4º Os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias”.

Art. 2º Acrescenta o parágrafo único ao art. 208 da Constituição Estadual:

Art. 208......

Parágrafo Único – Constitui receita principal do fundo estadual de desenvolvimento da cultura FEDEC:

I – dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) assegurando o percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita tributária líquida do Poder Executivo do Estado de Rondônia.

II – transferências federais e/ou estaduais à conta do FEDEC/RO.

Art. 3º. Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A presente proposição tem por objetivo incluir na constituição estadual o Sistema Estadual de Cultura, conforme prevê o estabelecido pela Constituição Federal no § 4º do Art. 212-A Emenda Constitucional 071/2001, que tem o papel de articular o Estado, nos três níveis de governo, e a sociedade para que seja realizada uma mudança radical na gestão cultural

no Estado, estabelecendo novos patos que promovam a descentralização dos recursos e a disseminação das políticas e das ações culturais por todo o Estado, contemplando todas as regiões e todos os segmentos culturais, corrigindo distorções históricas.

Uma nova forma de organização da gestão cultural é configurada na estrutura do Sistema Estadual de Cultura – SNC, criando condições para que sejam construídas políticas públicas de cultura com a participação efetiva da sociedade e implementadas articuladamente pelas diversas instâncias de governo, nos níveis nacional, estadual, distrital e municipal, com monitoramento e controle social. Os componentes que constituem a estrutura do SNC estão definidos no § 2º do art.216-A da Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012.

Entendemos salutar também a implantação no âmbito estadual nos moldes do concebido pelo Sistema nacional da Cultura, o qual promoverá profunda mudança na gestão cultural do nosso Estado, com ampla repercussão em todas as regiões do Estado.

Esse novo modelo de gestão representa a possibilidade de valorização da imensa diversidade cultural, do desenvolvimento de todas as áreas culturais e linguagens artísticas ampliação do acesso aos bens e serviços culturais, da descentralização das decisões e dos recursos, da qualificação e democratização da gestão pública em todos os níveis de governo.

Nesse percurso muitas vitórias já foram conquistadas, a mais importante delas a aprovação e promulgação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012, instituindo o Sistema Nacional de Cultura, hoje presente na Constituição Federal.

Outros Estados e mais uma gama de municípios também já institucionalizaram seus Sistemas de Cultura. O funcionamento regular dos conselhos de política cultural e suas instâncias de participação social e a consolidação de um calendário com a realização periódica de conferências com ampla participação da sociedade fortalecem o CNS, dando-lhe legitimidade política.

Assim, senhores a aprovação da presente proposição criando o Sistema Estadual de Cultura e instituindo os Planos de Cultura asseguram estabilidade política e institucional à esse modelo de gestão e continuidade às políticas públicas de cultura.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015
Dep. Alex Redano - SD

REQUERIMENTO DEPUTADOS LAZINHO DA FETAGRO - PT e JEAN OLIVEIRA - PSDB - Requer a realização de audiência pública no dia 1º de outubro de 2015, às 14h30min no Plenário dessa Casa de Leis para debater sobre regras para pagamento por serviços ambientais no estado de Rondônia e, em ato contínuo, Requer a retirada de tramitação do requerimento nº 217/2015.

O Deputado que este subscreve, após o cumprimento regimental pertinente, Requer a realização de audiência pública no dia 1º de outubro de 2015, às 14h30min no Plenário dessa Casa de Leis para debater sobre regras de para pagamento por serviços ambientais no Estado de Rondônia e, em ato contínuo, Requer a retirada de tramitação do Requerimento nº 217/2015.

JUSTIFICATIVA

“Art. 225. Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF/1988)”.

A apresentação deste requerimento vem no objetivo de viabilizarmos debates acerca desse instrumento cujo aplicação é considerada pelos protagonistas do setor ambiental – sejam eles governamentais ou não governamentais- como de extrema importância.

Na nossa legislação Nacional e Estadual ainda não existem regras pertinentes ao pagamento por serviços ambientais, situação essa continua contribuindo para aumentar cada dia mais as agressões ao meio ambiente no campo e na cidade.

Nosso objetivo, com a realização dessa audiência pública, é o debate sobre formas e regras a serem construídas para remunerar a quem preserva recursos naturais e a quem recuperar o que foi destruído. Nestes termos que requeremos essa Audiência Pública e esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes Pares.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015
Dep. Lázinho da Fetagro – PT
Dep. Jean Oliveira – PSDB

REQUERIMENTO COLETIVO - Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 19 de novembro de 2015, às 9 h, com o objetivo de debater sobre a Consciência Negra. Os Deputados que o presente subscreve, nos termos regimentais, requerem à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 19 de novembro de 2015, às 9h, com o objetivo de debater sobre a Consciência negra.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O motivo pelo qual estamos propondo esta Audiência Pública é para debatermos sobre a Consciência Negra. O Dia da Consciência Negra é uma data celebrada no Brasil no dia 20 de novembro. Este dia está incluído na semana da Consciência negra e tem como objetivo uma reflexão sobre a introdução dos negros na sociedade brasileira.

O dia foi escolhido como uma homenagem a Zumbi dos Palmares, data na qual morreu lutando pela liberdade do seu povo no Brasil, em 1695.

Procurados que fomos por lideranças de movimentos da luta pela cidadania do negro na Capital, que nos solicitaram a realização desta Audiência Pública para promoção desse debate, de modo que a sociedade como um todo, possa participar de campanhas de conscientização mais efetivas e intervenções mais firmes contra a exclusão social.

Assim sendo, contamos com o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação de nosso requerimento.

Plenário das Deliberações, 1º de setembro de 2015 .
Cleiton Roque Deputado Estadual – PSB

ADVOCACIA GERAL**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 007/ALE/2011
PROCESSO Nº 01036/2011-SPDO 513/2013
- VOLUME VI**

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Contratada: OI MÓVEL S.A - CONSÓRCIO PP 017/2011/ MOBILIDADE.

OBJETO: referente à prestação de serviços de empresa especializada em telecomunicações, para a prestação de serviços continuados de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, Estado de Rondônia, por intermédio de 300 códigos de acesso, associados a um plano de serviço pós-pago, para ligação local e de longa distância nacional e internacional, com a disponibilização de aparelhos, em regime de comodato, de acordo com Edital do Pregão Presencial nº 017/2011 e da proposta da **CONTRATADA**.

VALOR: O valor global do presente instrumento para cobertura do período mencionado no parágrafo anterior corresponde a quantia de R\$ 697.881,36 (seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos), sendo correspondente ao valor mensal de R\$58.156,78 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para atender o presente **TERMO ADITIVO**, para o período de agosto a dezembro, foi autorizada despesa parcial no valor correspondente à R\$ 290.783,90 (duzentos e noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa centavos) que se refere ao atual exercício financeiro.

PRAZO: o prazo de 12 (doze) meses, a contar de 16 de agosto de 2015 e ultimando-se em 15 de agosto de 2016.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte programação: Fonte – 0100000000 - Evento – 400091 / UO – 1001 - Programa de Trabalho – 01122102020620000 - Elemento de Despesas – 339039 - Nota de Empenho - 2015NE00815 de 23/07/2015.

Para firmeza e como prova do acordado, foi lavrado o presente **TERMO ADITIVO**, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes às fls. 19 (dezenove) do Livro de Registro de Termos Aditivos da Advocacia Geral do ano de 2015.

Porto Velho, 04 de agosto de 2015.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho - Presidente
Arlido Lopes da Silva – Secretário-Geral

Contratado: OI Móvel S/A - Consórcio PP 017/2011/Mobilidade
Lucas Ramos Carneiro - Representante Legal -
Executivo de Negócios

Maria Zenaide de Carvalho - Representante Legal -
Executivo de Negócios

Visto:

Celso Ceccatto

Advogado-Geral –ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 228/2015-SRH/D/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 05 a 06/09/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se aos municípios de Ariquemes, Campo Novo e Monte Negro - RO, para exercerem a função jornalística assessorando o Excelentíssimo Senhor Presidente Deputado Maurão de Carvalho, conforme Processo nº. 11498/2015-14.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161748	Eranildo Costa Luna	Asses. Técnico	Dep.Com.Social
200161010	Marisvaldo Jose da Silva	Asses. Técnico	Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 04 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 229/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor relacionado para realizar serviços de Motorista do Excelentíssimo Senhor Presidente Deputado Maurão de Carvalho, que estará se deslocando aos municípios de Ariquemes, Campo Novo e Monte Negro - RO, no período de 05 a 06/09/2015, conforme Processo nº. 11498/2015-14.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161011	Olivio Gilberto Persch	Asses. Parlamentar	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 04 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 230/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor relacionado para realizar a segurança do Excelentíssimo Senhor Presidente Deputado Maurão de Carvalho, que estará se deslocando aos municípios de Ariquemes, Campo Novo e Monte Negro - RO, no período de 05 a 06/09/2015, conforme Processo nº. 11498/2015-14.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161013	Alberto Andrade do Nascimento	Chefe de Divisão	Dep. Pol. Legislat.

Porto Velho - RO, 04 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral